



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E
ECOLOGIA SOCIAL

Monica Cardoso Ambivero

**HISTÓRIA ORAL DOS MORADORES AFETADOS PELO AHE SIMPLÍCIO - QUEDA
ÚNICA, TRÊS RIOS: contribuições para educação ambiental**

Rio de Janeiro

2016

Monica Cardoso Ambivero

HISTÓRIA ORAL DOS MORADORES AFETADOS PELO AHE SIMPLÍCIO - QUEDA ÚNICA, TRÊS RIOS: contribuições para educação ambiental

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito ao grau de mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro

Rio de Janeiro

2016

Ficha Catalográfica

Ambivero, Monica Cardoso

História oral dos moradores afetados pelo AHE Simplício - Queda Única, Três Rios: contribuições para educação ambiental / Monica Cardoso Ambivero – Rio de Janeiro, 2016.

Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia, 2009.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro

1. História Oral
2. Educação Ambiental
3. Atingidos por Barragem
4. Modos de Vida
5. Meio Ambiente – Teses. I. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS. III. Título.

Monica Cardoso Ambivero

HISTÓRIA ORAL DOS MORADORES AFETADOS PELO AHE SIMPLÍCIO - QUEDA
ÚNICA, TRÊS RIOS: contribuições para educação ambiental

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito ao grau de mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada em

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, UFRJ

Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira, UNIRIO

Profa. Dra. Andreza Aparecida Franco Câmara, UFF

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2016.

Dedico este trabalho àquela que é
uma força da natureza, minha
mãe.

Aos meus amados irmãos Lê e
Nina, pelos sorrisos, amor e
amizade.

Aos meus amados avós Dona
Nair (em memória) e Seu
Roberto que me ensinaram que
no coração sempre cabe mais um.

Ao meu nonno Umberto, que me
ensinou a flutuar.

Ao meu amado Ale, por todo
amor, cumplicidade e paciência.

Aos amigos visionários Ivo e
Cati, tão essenciais à conclusão
desta etapa.

Aos moradores do bairro 21 e
Gramma pela resistência e
simplicidade!

AGRADECIMENTOS

Durante todo o mestrado tive a cia de pessoas espetaculares às quais gostaria de dizer o quanto sou grata por todo apoio recebido.

Agradeço à Capes, à UFRJ e ao Eicos; em especial, gostaria de agradecer aos funcionários do programa que sempre estavam ajudando da melhor forma possível e solucionando vários problemas que foram surgindo.

Um agradecimento especial aos moradores da região em que este estudo se deu. Mais especial ainda àqueles que permitiram que esta pesquisa foi feita ao nos abrir suas casas, suas vidas, suas intimidades. Aprendi demais com vocês e suas histórias. Muito obrigada pela confiança!

Sem meu querido orientador nada disso teria se concretizado. Obrigada, Fred, por tanta atenção e sabedoria disponibilizadas. É, com certeza, um grande exemplo de luta e profissional para mim. Sou sua fã! Muito obrigada pela paciência, pela força, pela amizade.

Aos colegas do grupo de pesquisa mais “sinistro” do Brasil, quiçá, do mundo: Lieas. Aprendi muito com todos vocês e espero aprender mais ainda. Por falar em Lieas, gostaria de agradecer à minha grande amiga, um achado do mestrado: Lígia Carvalho. Cara, eu te amo! Você tem sido uma amiga incrível, uma cúmplice perfeita e uma conciliadora fantástica. Você me ajudou muito e tem um lugar especial no meu coração

À Andreza, meu muito obrigada! Obrigada por me indicar o caminho, por me ajudar a organizar as ideias, por ter colocado as referências no formato correto no meu projeto (rs), por ser esse doce de pessoa, por ser incrível na luta, por ter sido, inclusive, incrível na trincheira quando a luta era nossa.

Agradeço à mitológica Vivi Cardoso, minha estagiária preferida, por ser uma ótima ouvinte, uma ótima conselheira e uma ótima amiga. Me assusto com tanta sensatez. Muito obrigada pelas conversas sensacionais e risos ilimitados, Marisa Monte barbacenense. Assim como sua bela composição (Rá!) “Signos e o álcool” que não me sai da cabeça, a terei para sempre em meu coração. E ao meu adorado amigo *ryco*, *phyno* e poliglota, Helder, pronto a me ajudar quando me ouviu chamar.

Aos meus *BFF's* (rs), Flávia, Sabrina e Luiz Vitor, meu muito obrigada. Vocês já estão há tanto tempo caminhando ao meu lado... é uma honra ter pessoas como vocês para chamar de amigos. Obrigada pelo carinho, amizade e amor. Desculpa por não ter tido vida social nos últimos anos. Depois do doutorado eu volto pra vocês (rs).

Gostaria de agradecer aos amados Ivo e Cati por terem acreditado em mim, por terem me impulsionado, por terem me ajudado de tantas formas que nem consigo mais contabilizar. Sem vocês, eu não teria saído da zona de conforto. Eu nunca vou conseguir agradecer o bastante ou dizer o quão importante vocês são para mim.

Pelas horas que passamos tagarelando ao telefone, pelos cafés nos finais de tarde, pelos anos que foi minha *roommate*, a melhor do mundo!, pela lealdade, pela amizade linda que construímos livre de julgamentos e preconceitos, por todo apoio e amor... Débora, se tornou mais uma caçula na minha vida, minha irmã filha de outra mãe e pai. Saiba que muito disso aqui tem influência sua. Obrigada por existir na minha vida!

Quero agradecer ao meu pai por ter me devolvido a sanidade quando eu precisei. Espero que possamos construir um belo futuro juntos. Temos um livro cheio de folhas em branco esperando para ser preenchido.

Agradeço à minha família, que mesmo bagunçada e maluca sempre foi refúgio. Em especial ao meu avô Roberto, que me ensinou muito, que, mesmo com a nossa perda, vem mostrando que todo segundo da vida deve ser aproveitado; à minha amada avó Nair, que mesmo não estando aqui fisicamente, espalhou tanto amor por esse mundo que quase podemos toca-la; às minhas tias Cida e Madrinha e ao meu tio Índio, pelo carinho e amor; aos meus primos-irmãos: Nath, João e Lú.

Lê, meu irmão-melhor-amigo-amor, já passamos por tanta coisa... eu adoraria me ver pelos seus olhos. Você é um irmão incrível, um amigo precioso. Você é um camaleão que se estampa de qualquer coisa que eu precise que seja. Eu te amo tanto, tanto! Muito obrigada por todo apoio, por toda admiração, por toda cumplicidade e lealdade. Muito obrigada por ser o melhor irmão que eu poderia ter.

Nina, minha pequena, minha caçulinha linda, muito obrigada por todo amor, por toda paciência que sempre teve comigo. Estamos construindo uma bela amizade e relação fraterna juntas. Você é tão meiga, tão carinhosa e amorosa... tenho muita sorte por ter uma irmã tão maravilhosa quanto você.

Mãe, foram tantos trancos e barrancos para chegarmos até aqui. Foi tão difícil... sempre me surpreendia com o seu sorriso no meio do olho do furacão. Mas você é o furacão! Você é uma força da natureza, grandiosa, magnífica, imponente e onipresente. Você é um exemplo de força, de persistência, de resiliência. Obrigada por toda liberdade, por toda confiança, por ter me ensinado a não abaixar a cabeça e a ser humilde ao mesmo tempo. Eu não sei se aprendi tudo o que ensinou, mas tento todos os dias ser a melhor pessoa possível para te ver feliz. Obrigada pela vida, obrigada por ser a minha mãe!

Amor, muitos foram os meus momentos tensos, sendo assim, por toda paciência comigo, muito obrigada. Sei que às vezes é difícil segurar a barra, mas você tem sido maravilhoso até aqui. Você é maravilhoso! O que era fonte de inspiração acadêmica acabou se tornando algo muito maior: você é meu porto-seguro, a minha melhor parte do dia. Amo abrir meus olhos quando acordo e te ver e me descobrir mais um dia apaixonada. Cheguei até aqui de mãos dadas contigo. Você deu o sentido que me faltava e devolveu o brilho que já ia fosco. Você será para sempre o meu *BoyMagia*, o meu amigo, o meu parceiro de loucuras, o cara que me salvou dos raios e do desprazer de uma vida sem *Lost*. Eu agradeço pelo apoio, força e perseverança ao meu lado durante a feitura desse trabalho. Porém, somos mais do que isso e, por esse motivo, eu te agradeço pelos risos, pelas noites dormidas no sofá, por nos desbravarmos, pela cumplicidade e olhares enigmáticos que apenas nós conhecemos, pela bravura, por se jogar, por me jogar, pelos seus olhos, pelas piadas ruins, pelas piadas-que-não-são-piadas incríveis, pelo caráter, pela intimidade... por tudo que é, que somos e que sou desde que chutou a porta da minha vida: Obrigada! ...*mais que ontem!* E, para finalizar, a música que disse que não saía da minha cabeça essa tarde: "*I tell you all the time/ heaven is a place on earth with you [...] It's better than I ever even knew/ they say that the world was built for two/ Only worth living if somebody is loving you*" L. DR..

*“Vamos oferecer todo o conforto
que luz e força tarifadas geram
à custa de outro bem que não tem preço
nem resgate, empobrecendo a vida
na feroz ilusão de enriquecê-la. ”*

Adeus a Sete Quedas, Carlos Drummond de Andrade.

AMBIVERO, Monica Cardoso. **História oral dos moradores afetados pelo AHE Simplício - Queda Única, Três Rios**: contribuições para educação ambiental. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

RESUMO

O presente estudo buscou analisar como a história ambiental se apresenta a partir da oralidade de moradores dos bairros da Grama e Reassentamento 21, na zona rural de Três Rios-RJ, atingidos pelo AHE Simplício – Queda Única, de propriedade da empresa de economia mista Furnas S/A. Centrais Elétricas. O empreendimento, contemplado pelo PAC a um custo de 2,2 bilhões de reais financiado pelo BNDES, está localizado na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e contou com uma avançada tecnologia que permite produção de hidroeletricidade mesmo em épocas de seca; em seu funcionamento pleno é capaz de gerar 333,7 MW de energia elétrica, o que aumenta em 28% a capacidade energética do estado do Rio de Janeiro. O AHE Simplício causou a remoção de cerca de 140 famílias da área de instalação no trecho fluminense e 60 do lado mineiro, tendo influência direta em quatro municípios: Três Rios e Sapucaia (RJ), Chiador e Além Paraíba (MG). Este estudo de caso baseado na história oral tem como recorte espaço-temporal as comunidades da Grama e do Reassentamento 21 no período de vida dos entrevistados em que as memórias individuais persistem; dessa forma, os objetivos foram analisar os aspectos presentes na oralidade dos participantes que indiquem danos aos modos de vida há muito disseminados em ambas as localidades, elaborar contribuições da história oral à educação ambiental e à relação dessas matérias no âmbito do licenciamento ambiental. Na busca pela construção de uma história local, foram apropriados os conceitos de história oral que possibilitam superar a invisibilização a que são submetidos os sujeitos tradicionalmente oprimidos pelas forças hegemônicas do capital; para tanto, utilizou-se as técnicas de entrevistas temáticas abertas, que permitiram capturar, inclusive, aspectos não ditos acerca do empreendimento na vida dessas comunidades devido ao aprofundamento e liberdade na fala permitidos por esse procedimento; e a abordagem *snowball*, que possibilita desenhar interações sociais locais criando, assim, uma rede. Foi possível identificar que os modos de vida locais foram construídos em ensinamentos hereditários de contato direto com o ambiente e fortes laços sociais e que, em grande parte, o fator parental é crucial para manutenção destes. No Reassentamento 21 identificou-se que as relações sociais e com o meio foram fortemente abaladas pela realocação e enfraquecimento da comunidade com a perda de muitos entes que não vivem mais na região de impacto direto. Em contrapartida, na Grama, apesar de terem sofrido grande decréscimo de sua população e impacto em suas atividades laborais, os moradores encontraram nesta calamidade forças para investir na organização social e enfrentar a situação que se instalou com negligências do Estado, representado pelo IBAMA, pelo poder público local e de Furnas. Diante dos resultados, pôde-se perceber que a invisibilização dessas comunidades foi fortalecida, sendo assim, a história oral pode contribuir muito com a educação ambiental (EA), principalmente no que diz respeito à EA praticada no âmbito do licenciamento ambiental, que, com a escuta apurada e respeitosa dos sujeitos atingidos, poderia elevá-los a posição de protagonistas de sua história e construir um programa democrático e emancipatório. Contudo, isto não é o bastante para superar esta condição de reprodução de desigualdades presente no licenciamento, mas é um importante passo a ser dado em busca de um processo mais justo.

Palavras-chave: História Oral, Educação Ambiental; Atingidos por Barragem; Modos de Vida; Impactos Socioambientais.

AMBIVERO, Monica Cardoso. **História oral dos moradores afetados pelo AHE Simplício - Queda Única, Três Rios**: contribuições para educação ambiental. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

ABSTRACT

This is a case study based on oral history considered the time life that the memory persists of the respondents who participated in Reassentamento 21 e Grama neighborhood. The objectives were analyze the aspects in orality and to evince damages in theirs ways of life long disseminated in both places, drawn up contributions of oral history to environmental education (EE) and their relationship in environmental licensing scope. The pursuit in order to build a local history, were applied the oral history notions that allows overcome the invisibility that the traditionally oppressed subjects are submitted by capital hegemonic forces. Therefore, was used the technique of open questions in a thematic interview witch allowed capture the unsaid aspects about the project in their life due the speaking's widening and freedom enable by this procedure; and the snowball approach that allows draw the social interactions building a network. It was possible to identify that the ways of life were build based on hereditary teachings based on close contact with the environment and strong social laces, and the parenthood is crucial to their maintenance. In Reassentamento 21 was identified that the social relations and with the environmental were strongly affected by the relocation and community weakening with the loss of persons who no longer live in there. In contrast, in Grama, although they had suffered enormous decrease of their population and work activities impacts, residents found in this calamity forces to invest in social organization and face the situation that has developed with negligence of the State, represented by the IBAMA, local government and Furnas. In front of this results, notices that the invisibility of that communities were enhanced, therefore, the oral history can contribute EE, particularly in regard to EE practiced within the environmental licensing, that, with accurate and respectful listening of the individuals affected, could lead them to the protagonists position on their own history and build a democratic and emancipatory program. However, this is not enough to overcome these breeding condition present inequalities in licensing, but is an important step to be taken in pursuit of a fairer process.

Key words: Oral History, Environmental Education; Affected by Dams; Way of Life; Social-environmental Impacts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadros

Quadro 1 - Principais etapas na formação do setor elétrico brasileiro. _____	24
--	----

Figuras

Figura 1. Vista do Reservatório de Anta. _____	22
Figura 2. Mapa mostrando a extensão do Complexo Simplício. _____	26
Figura 3. Mapa do Complexo Simplício. _____	27
Figura 4. Comportas da PCH de Anta. _____	27
Figura 5. Barragem da PCH de Anta. _____	28
Figura 6. Mapa da área de instalação do Complexo Simplício e as áreas de influência direta. ____	29
Figura 7. Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. _____	30
Figura 8. Ponte das Garças antes da inclusão da pista de rodagem para automóveis. _____	33
Figura 9. Vista parcial do Centro de Três Rios e bairros próximos antes da expansão desordenada que se alastrou na região. _____	34
Figura 10. Logomarca do governo do prefeito Vinícius Farah (2009-2016). _____	35
Figura 11. Vista panorâmica do centro de Três Rios nos dias atuais. _____	36
Figura 12. Centro urbano de Bemposta: (a) Praça do distrito de Bemposta; (b) Instalações da subprefeitura localizada na rua principal; (c) rua que dá acesso à área mais populosa do distrito; (d) rua principal do distrito. _____	38
Figura 13. Fazenda Bemposta _____	39
Figura 14. Escola Municipal Guilhermina Guinle. _____	40
Figura 15. Foto da vista do rio Paraíba do Sul em Três Rios. _____	55
Figura 16. (a) Vista do quintal de uma das residências do Reassentamento 21; (b) Vista geral do Reassentamento 21. _____	60
Figura 17. Notícia veiculada no Jornal Entre-Rios em 11 de março de 2005. _____	63
Figura 18. Ao fundo, caixa d'água para distribuição nos imóveis do Reassentamento 21. _____	65
Figura 19. (a) Praça do Reassentamento 21; (b) tampa de esgoto localizada no meio da praça; (c) Estrutura exterior da fossa do Reassentamento 21 nos fundos da praça. _____	66

Figura 20. Vista do playground construído por Furnas e Reservatório de Anta. _____	68
Figura 21. (a) Frente do prédio escolar construído no Reassentamento 21; (b) interior da escola tomado pela vegetação. _____	70
Figura 22. (a) Entrada do Bairro da Grama e igreja ao fundo; (b) Vista de casa próxima à igreja no Bairro da Grama. _____	75
Figura 23. Costume local: casa localizada no Bairro da Grama. _____	76
Figura 24. Igreja católica localizada no centro do bairro e o pátio frontal onde ocorrem as festas da comunidade. _____	79
Figura 25. (a) Acesso na BR-393 ao Bairro da Grama; (b) Calçamento deteriorado e inclinação íngreme da estrada de acesso ao bairro. _____	85

LISTA DE SIGLAS

ADA - Área diretamente afetada

AHE - Aproveitamento Hidrelétrico

AID – Área de influência direta

APA – Área de Proteção Ambiental

BH – Bacia Hidrográfica

CFURH - Compensação Financeira sobre Utilização de Recursos Hídricos

CGEAM - Coordenação Geral de Educação Ambiental

COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

EA – Educação Ambiental

EF - Ensino fundamental

EIA – Estudo de impacto ambiental

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMGG – Escola Municipal Guilhermina Guinle

HO - História Oral

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice do Desenvolvimento Humano Municipal

ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB - Movimento de Atingidos por Barragens

MMACF - Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MZA – Macrozona Ambiental

MZR – Macrozona Rural

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDE - Plano Decenal de Expansão de Energia

PDTR – Plano Diretor do município de Três Rios
PEA - Projeto de Educação Ambiental
PIB - Produto Interno Bruto
RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RIMA - Relatório de impacto ambiental
SAAETRI - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios
SMMAA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
UC - Unidade de Conservação
UEPG - Unidade Espacial de Planejamento e Gestão
UHE - Usina Hidrelétrica
UTE – Usina Termelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 ASPECTOS NACIONAIS E REGIONAIS DO CENÁRIO ENERGÉTICO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	23
1.1 O COMPLEXO SIMPLÍCIO.....	26
1.1.1 A REGIÃO ATINGIDA: O MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS	32
1.2 O ESPÓLIO DO DESENVOLVIMENTO.....	40
CAPÍTULO 2 MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO	43
2.1 HISTÓRIA ORAL.....	44
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	47
2.2.1 JUSTIÇA AMBIENTAL.....	50
2.4 ENTREVISTAS E SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	52
CAPÍTULO 3 QUANDO A ORALIDADE EXTRAVASA: A HISTÓRIA ORAL PARA RESGATAR AS VOZES DOS QUE FICARAM	55
3.2 O REASSENTAMENTO 21.....	59
3.1.1 A PROMESSA TRAVESTIDA DE BENFEITORIA SE REVELA.....	61
3.1.2 NESSE CHÃO, TUDO O QUE SE PLANTA, NADA SE COLHE	71
3.3 O BAIRRO DA GRAMA	75
3.2.1 A VIDA ANTES DO COMPLEXO SIMPLÍCIO	77
3.2.2 ILHADOS NO BAIRRO.....	83
3.2.3 E NÓS QUE ESTAMOS AQUI?	88
3.2.4 A VOZ QUE EMANA ROUCA E A REINVENÇÃO NECESSÁRIA.....	99
3.4 CONTRIBUIÇÕES: HISTÓRIA ORAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107

REFERÊNCIAS..... 110

ANEXOS..... 119

INTRODUÇÃO

Há umas décadas a vida ocidental tem vivido profundas mudanças, muitas delas devido ao avanço da tecnologia que nos deu novas formas de fazer medicina, de extrair petróleo, de nos comunicarmos entre outras atividades. A tecnologia possibilitou práticas completamente novas e elaborou outras já empregadas no nosso cotidiano.

Com essa mudança acelerada que nos deparamos, o nosso consumo e necessidades também vão sendo modificados. Devido a esse quadro, a produção de energia nos dias atuais tem aumentado constantemente, assim como a demanda por mais energia.

Da Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II - que hoje é a Central do Brasil no centro do Rio de Janeiro – que teve a primeira instalação de iluminação elétrica gerada por meios mecânicos no país (CMEB, [s.d.]), à Estátua do Cristo Redentor, que nos dias atuais esbanja um show de luzes e cores. A eletricidade tomou tal proporção nas vidas atuais, que viver sem ela é impensável.

Para manter o atual modelo de consumo em que vivemos, a produção de energia, seja ela qual for, na visão dos administradores, deve ser garantida. Para tanto, investimentos como exploração de petróleo nas camadas pré e pós sal têm se intensificado, linhas de transmissão são estendidas pelo país e através dele, parques eólicos, usinas termelétricas e hidrelétricas estão sendo edificadas (MPOG, 2016, p. 35).

No documento “2º Balanço do PAC 2015-2018” (MPOG, 2016, p. 34–50), a seção de geração de energia aponta a questão social apenas ao falar da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte. A publicação destaca:

Foram investidos até o momento mais de R\$ 2,5 bilhões em contrapartidas socioambientais por meio da execução de 158 programas e projetos, sendo 41 exclusivos para as 11 terras indígenas abrangidas pelas análises de impacto do empreendimento.

Os outros empreendimentos enfatizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) na seção citada têm apenas números de produção e custos ressaltados (op. cit.). Essa questão se torna relevante a partir do momento que vidas são impactadas por tais investimentos, o que quer dizer que é relevante a discussão a partir do momento em que esses projetos são concebidos.

Megaempreendimentos, como os citados anteriormente, têm seus prós e contras como qualquer outro, contudo, a magnitude dos impactos que podem ser gerados e os mecanismos para

lidar com estes devem ser muito bem avaliados. É neste contexto que se faz necessário o licenciamento ambiental que “é um instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional de Meio Ambiente” (CONAMA, 1997). Este instrumento tem o objetivo de avaliar todo o projeto em suas diferentes fases, bem como a sua viabilidade. Além disso, o licenciamento deve ser um espaço democrático que conta com a participação dos diversos atores sociais envolvidos em seu desenrolar.

Um dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, o Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Simplício – Queda única, está localizado na divisa do estado de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, no rio Paraíba do Sul, e passou por todo o processo federal de licenciamento necessário para sua operação. A área de influência direta (AID) abrange os municípios de Além Paraíba e Chiador (MG) e Sapucaia e Três Rios (RJ). O AHE Simplício causou o deslocamento de 60 famílias em Chiador e 140 em Três Rios (FURNAS, 2016). Nossa pesquisa foi feita neste último município em duas comunidades atingidas: Reassentamento 21 e Grama.

A construção de UHEs acontece, na maior parte dos casos, em regiões rurais e afeta pessoas com modos de vida ligados à terra. A história de milhares de famílias é ameaçada, bem como a história local, uma vez que as intervenções causam o deslocamento dos moradores da área determinada. A invisibilização cotidiana de grande parte desses grupos atingidos é agravada durante o processo de licenciamento ambiental. Muitos desses instrumentos possibilitam a participação popular apenas nas audiências públicas, enquanto estas têm regras específicas e costumam ter limites de perguntas por participante, horários fixados, assuntos não tratáveis em público, o que acaba silenciando os atingidos.

Esse trabalho buscou explorar como os moradores da região atingida pelo AHE Simplício perceberam os impactos sofridos utilizando a história oral (HO) como método desta investigação. A HO possibilita àqueles silenciados pela história hegemônica uma alternativa protagonista ao colocar o orador como sujeito da ação (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004). O recorte desta pesquisa se deu em uma localidade já conhecida: passei parte da minha infância no distrito de Bemposta, próximo ao empreendimento e o contato com moradores da região se fez na escola.

Assim como Bemposta, o bairro do Km 21, atualmente Reassentamento 21 e o bairro da Grama, sempre foram negligenciados pelo poder público. Essas localidades têm vida pacata e modelo familiar patriarcal; a maior parte das famílias que vive nessa área sobrevive do trabalho braçal. Muitos dos moradores desses bairros têm atividades ligadas à terra, têm um modo de vida rural arraigado, que persiste e se reproduz há gerações. Bemposta tem maior visibilidade e força para pressionar o

poder público; apesar disso, carece de muitos serviços básicos. No caso das comunidades que vivem na Grama e Reassentamento 21, a situação é mais delicada e preocupante há muitos anos.

Em 2014 terminei minha graduação na UFRRJ e apresentei uma pesquisa que investigou os reflexos da industrialização acelerada no município de Três Rios nas escolas públicas e a necessidade da educação ambiental (EA) no cotidiano docente devido a esse fator. Foi possível perceber que o município de Três Rios está crescendo rapidamente e que os impactos são percebidos por professores e alunos (AMBIVERO *et al*, 2015; AMBIVERO, 2014). Esses trabalhos foram fruto do projeto “A formação permanente de professores como instrumento de mobilização social em questões ambientais no município de Três Rios/RJ”, coordenado pelo professor Alexandre F. Lopes, e que buscava informações a partir dos professores da rede pública de ensino sobre as necessidades locais para criação do modelo de um curso de formação permanente em EA.

A proposta do município é promover a instalação do maior número possível de empresas (TRÊS RIOS, 2012), ainda que o fôlego para atender às necessidades e melhorias necessárias para população não seja o mesmo e acabe causando outros problemas colaterais (AMBIVERO *et al*, 2015). Portanto, devido ao meu interesse pela região e considerando que a universidade pública tem o dever de atuar para servir aos interesses e necessidades da sociedade, ao me deparar com a realidade das comunidades atingidas pelo AHE Simplício no município de Três Rios identifiquei uma situação a ser pesquisada e trazida a público contribuindo com os dados publicados em outros estudos na região que serão citados adiante.

DANIEL (2009), analisou documentos institucionais relativos ao AHE Simplício publicados por Furnas, o relatório de impacto ambiental (RIMA) do empreendimento e entrevistas com moradores locais. A autora apontou que os modos de vida locais seriam extremamente afetados, uma vez que a população da região desenvolvia atividades diretamente ligadas à terra e teve a manutenção de suas funções cerceadas.

Uma monografia produzida no curso de Ciências Econômicas da UFRRJ por um aluno atingido pelo empreendimento, abordou a questão das indenizações acordadas entre os moradores e os técnicos de Furnas. Segundo informações presentes no trabalho, durante as reuniões os técnicos não falavam sobre valores e diziam que nada ficaria pior, que o empreendimento apenas melhoraria as vidas dos moradores (VANTINE, 2010).

CÂMARA & DANIEL (2012) em outra publicação evidenciaram a falta de participação das comunidades locais que foram ouvidas apenas em audiências públicas que os moradores chamavam de “reuniões”. Nestes encontros os técnicos de Furnas tiveram um papel enfraquecedor e dissipador da organização local.

CÂMARA (2014), em sua tese de doutoramento trouxe um minucioso estudo sobre as comunidades afetadas sob o ponto de vista jurídico, com análises das ações civis públicas que povoaram a implantação do empreendimento e pareceres técnicos do IBAMA; abrangendo ainda questões como a ausência de participação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), justiça ambiental, entre outros. O estudo traz ainda a explanação de diversas entrevistas com gestores municipais, moradores e um rico acervo midiático sobre o evento. Seu trabalho tem referencial teórico e, portanto, direcionamento diferentes do nosso, porém, foi de grande valia para esta pesquisa, considerando que este é o estudo mais aprofundado feito na região.

Devido à geografia brasileira e à grande disponibilidade hídrica, o Brasil adotou desde o século XIX o uso de barragens, sobretudo, na produção de energia elétrica. Ao longo dos anos a lei ambiental e as instituições reguladoras foram surgindo e sendo aprimoradas. Nesse contexto, é que é implementado o licenciamento ambiental como instrumento de avaliação e suporte para tomada de decisões (SÁNCHEZ, 2008, p. 80–84).

Contudo, o licenciamento ambiental tem, desde seus primórdios¹, caráter político e reprodutor do cenário social. Deste modo, ao entendermos a sociedade brasileira como altamente desigual, o instrumento, que deveria ser democrático, justo na divisão do ônus e benesses gerados, e espaço para manifestação popular, é utilizado como forma de reprodução da desigualdade observada entre classes e grupos minoritários (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007). HERNANDEZ & MAGALHÃES (2011, p. 312) também evidenciam esse quadro no processo de licenciamento da usina Belo Monte ao abordar a “deslegitimação do discurso de grupos sociais que se opõem às políticas oficiais de desenvolvimento”.

O relatório da Comissão Mundial sobre as Barragens (*World Commission on Dams*) (2000, p. 9), aponta que os gastos com obras de infraestrutura energética são gigantescos e, durante a década

¹ Segundo SÁNCHEZ (2008, p. 81), o licenciamento no Brasil iniciou-se na década de 1970, no estado do Rio de Janeiro, e sua inclusão no rol de leis federais se deu em 1981. Cabe ressaltar aqui que neste período vivíamos a ditadura militar no país.

de 1990, mais de 40 bilhões de dólares foram injetados anualmente na construção de grandes barragens, desse total 80% foi investido nos países em desenvolvimento. Ainda assim,

A construção de grandes barragens causou deslocamento de cerca de 40 a 80 milhões de pessoas em todo o mundo. Grande parte dessas pessoas não foi reassentada ou recebeu a compensação adequada, quando houve. É estimado que, entre 1986 e 1993, 4 milhões de pessoas foram deslocadas anualmente pelo início da construção de uma média de 300 barragens a cada ano. Estes números dão apenas uma ideia do tamanho do problema, uma vez que existem grandes variações entre os casos. [Tradução nossa] (WCD, 2000, p. 16–17)

O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) estima que mais de um milhão de pessoas foram deslocadas em virtude da construção de usinas hidrelétricas. O número total de atingidos é desconhecido, contudo, calcula-se que de cem famílias deslocadas, 70 não recebem qualquer tipo de indenização no Brasil (DANIEL, 2009; IHU, 2013; MAB, 2004).

SEVÁ-FILHO (2008), ao explanar sobre o cenário de embate político e ideológico dos empreendimentos hidrelétricos afirma:

Os cidadãos prejudicados e os patrimônios naturais e construídos que serão destruídos pelas obras, são vistos, nos estudos e pareceres guiados pela razão hidrelétrica cega, como “interferências” em suas obras. O fato de existirem pessoas com posses e direitos, trabalhando na área, a serem respeitadas, e patrimônios a serem defendidos, é estigmatizado como um “entreve”.

Diante do cenário apresentado, esta pesquisa apresenta grande relevância, pois possibilita acesso à realidade particular aos moradores atingidos pelo AHE Simplício, realidade esta que consta nos documentos referentes ao processo de licenciamento de forma maquiada e superficial. Portanto, esta investigação se deu em uma perspectiva crítica, que buscou na fala dos sujeitos historicamente invisibilizados elementos que pudessem evidenciar o silêncio entranhado nessas comunidades durante o processo de licenciamento ambiental. Com isso, pretendemos contribuir com dados e explicações significativos para uma tomada de decisão mais justa e pautada nas necessidades de todas as partes envolvidas num processo complexo como esse. Em suma, esta pesquisa é de grande relevância, principalmente, para esses moradores que tiveram aqui o espaço para extravasar suas histórias. Isso é reflexo daquilo que já anunciava VAINER (2004, p. 187):

O silêncio ideologicamente fundado e tecnicamente produzido não resiste, porém, aos processos históricos, que apontam para a emergência, generalização e fortalecimento dos movimentos de resistência contra a implantação de grandes barragens.

Nosso principal objetivo foi analisar na oralidade dos moradores afetados pelo AHE Simplício no município de Três Rios os impactos socioambientais sofridos. Para tanto, nossa investigação

trouxe à baila a necessidade de descrever a região em que está localizado o empreendimento, tendo como recorte espacial o município de Três Rios e as comunidades afetadas nesta área, bem como discutir a relação da história oral (HO) com a educação ambiental (EA) e a importância de ambas na superação de cenários socioambientais desiguais. Além disso, também buscamos apresentar relatos da oralidade dos moradores da região afetada em Três Rios pelo Complexo Simplício, evidenciando os danos percebidos e trazendo contribuições para educação ambiental.

Este trabalho está dividido em três capítulos: o capítulo 1 “Aspectos nacionais e regionais do cenário energético: uma breve contextualização” aborda momentos cruciais em nossa política hidroenergética; a descrição da área de estudo e do empreendimento AHE Simplício – Queda Única; e o papel do capital e do discurso desenvolvimentista na reprodução de injustiças socioambientais. Já no capítulo 2 “Marco teórico-metodológico”, tratamos de expor o arcabouço teórico que fundamentou esta pesquisa, bem como as técnicas, conceitos e metodologia adotados. Adiante, no capítulo 3 “Quando a oralidade extravasa: a história oral para resgatar as vozes dos que ficaram”, trouxemos a experiência da pesquisa de campo e a discussão dos dados obtidos através de entrevistas fundamentadas na HO. Finalizamos este trabalho com a exposição de algumas considerações finais que relacionaram os três capítulos e sugestões para pesquisas futuras baseadas no que aqui apresentamos.



Figura 1. Vista do Reservatório de Anta.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

CAPÍTULO 1

ASPECTOS NACIONAIS E REGIONAIS DO CENÁRIO ENERGÉTICO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um país com grande potencial hidrelétrico e, segundo o último Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), há ainda muito que se explorar aumentando a capacidade em 57% em relação ao produzido no final de dezembro de 2013 por usinas hidrelétricas (UHE). Está previsto o investimento de cerca de 86 bilhões de reais nesses empreendimentos, 38,4% do total previsto para o período 2013-2023 (além das UHEs, o PDE categoriza outros projetos como: outras fontes renováveis; usinas termelétricas; e usinas nucleares) (BRASIL, 2014a).

Desde o final do século XIX que usinas hidrelétricas são utilizadas para produzir energia elétrica no Brasil (DANIEL, 2009): em 1900 cerca de 5,5 MW eram gerados (PINHEIRO, 2007); pouco mais de cem anos depois o governo fecha o balanço do ano de 2015 com aproximadamente 92.055 MW gerados, o que representa 62% da energia elétrica produzida no Brasil no período (ANEEL, 2015).

A primeira UHE do país foi a Usina de Ribeirão do Inferno, em Diamantina, inaugurada em 1883; no entanto, este era um empreendimento privado que pertencia à mineração Santa Maria e atendia exclusivamente às necessidades energéticas da referida empresa. Após seis anos iniciaram-se as atividades da primeira UHE que serviria à utilidade pública: a Usina de Marmelos-Zero, no município mineiro de Juiz de Fora; este foi um investimento da Companhia Mineira de Eletricidade. Com a disponibilização de energia elétrica para o público, diversas empresas têxteis se instalaram na cidade (MIELNIK; NEVES, 1988, p. 18).

O estado fluminense teve sua primeira hidrelétrica instalada no rio Itamarati, afluente do rio Piabanha, em Petrópolis, no ano de 1896. A UHE tinha capacidade de geração de 648 kW de energia elétrica e atendia à iluminação do município petropolitano aproveitando uma queda de 85 metros no leito do rio (CMEB, [s.d.]). Em 1924 foi inaugurada no rio Paraíba do Sul a UHE Ilha dos Pombos, no município de Carmo, interior do estado do Rio de Janeiro com 22 MW de potência. Sua construção começou dois anos antes e contou com um projeto arrojado que ostentava as maiores comportas de concreto do mundo à época. A empresa responsável pelo empreendimento foi a canadense Brazilian Hydro Electric Company Ltd.. A UHE foi planejada para atender à demanda de energia elétrica na capital do país, o Rio de Janeiro, naquele momento (CMEB, [s.d.]).

De acordo com MIELNIK & NEVES (1988, p.17), para chegarmos à estrutura atual do setor energético, houve conflitos e conciliações entre os domínios privado e o público:

A formação da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil foi condicionada por duas vertentes que percorreram a primeira metade do século XX segundo lógicas independentes: a vertente privada e a vertente institucional. Embora os objetivos fossem distintos, as duas vertentes tinham em comum alguns aspectos, no quadro dos quais mediram forças, por vezes entraram em conflito aberto, chegando por fim a um compromisso [...].

Em pouco mais de um século o Brasil evoluiu bastante no ramo da energia hidráulica e, cabe ressaltar, a exploração dessa fonte energética em terras tupiniquins deu-se concomitantemente em outros países estrangeiros (GOMES; VIEIRA, 2009). O Quadro 1 mostra a evolução na estruturação desta pasta.

Quadro 1. Principais etapas na formação do setor elétrico brasileiro.

Período	Principais eventos
1880-1930	<u>Monopólio privado</u> — primórdios do uso da energia elétrica no Brasil, com a implantação dos primeiros empreendimentos nacionais e estrangeiros, dominados a partir da década de 1920 pelas empresas de capital estrangeiro. Corresponde ao período da República Velha.
1931-45	<u>Presença do Estado</u> — o Estado elabora as primeiras regulamentações no setor, com destaque para a implantação do Código de Águas, em 1934. A aceleração do desenvolvimento econômico brasileiro corresponde a um aumento da demanda de energia que não tem contrapartida em investimentos. Corresponde ao governo de Getúlio Vargas.
1946-62	<u>Estado indutor</u> — com a queda de Vargas, é estabelecida uma maior participação do Estado no setor elétrico, com aumento dos investimentos públicos, especialmente nas concessionárias estaduais. Criação da Eletrobrás em 1962.
1963-79	<u>Modelo estatal</u> — a Eletrobrás é a empresa indutora do processo de nacionalização e estatização do setor elétrico, efetuando grandes investimentos. É consolidado um novo modelo institucional que atingiu seu ápice em 1979.
1980-92	<u>Crise institucional</u> — com a crise econômica se agravando, o crescimento do setor elétrico é afetado. Em 1992, a inadimplência é generalizada e o modelo estatal é questionado.
1993-2002	<u>Modelo híbrido</u> — promulgada a Lei no 8.631/93, que equaciona os débitos. Começam as mudanças institucionais no setor elétrico brasileiro. Ao final de 2002, a geração e a transmissão de energia eram, majoritariamente, de empresas estatais e a distribuição era principalmente privada.

Fonte: GOMES & VIEIRA (2009).

O atual cenário de desenvolvimento e expansão do setor elétrico brasileiro se deu na tentativa de atender às necessidades do crescimento econômico que atuou no país, principalmente, nos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para tanto, iniciou-se o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e, posteriormente, a implantação do PAC 2, na administração da atual presidenta da República Dilma Rousseff. O PAC tem o objetivo de acelerar o desenvolvimento do país através de forte investimento em projetos de infraestrutura (BRASIL, 2014b), contudo, como veremos mais adiante, esta investida do governo federal está atrelada ao acordo estabelecido entre os doze países sul-americanos chamado Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) que, como diz o nome, pretende integrar setores estratégicos como os de transporte, telecomunicações e energia dos participantes.

O PAC tem investido em obras de mobilidade urbana; habitação; portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias e rodovias para o escoamento da produção primária, principalmente; no setor de energia com projetos de usinas termelétricas (UTE), hidrelétricas e biodigestores, plataformas de petróleo, além da exploração da camada do pré-sal oceânico e usinas de refino; na indústria naval com a construção de novos estaleiros, sondas e plataformas; entre outros. É uma grande mudança na realidade brasileira, não há como negar. As dúvidas que ficam e que têm sido exaustivamente investigadas por pesquisadores brasileiros são: de que forma que esse avanço rumo ao horizonte do desenvolvimento tem sido conduzido? A quais interesses o tão aclamado “desenvolvimento econômico” tem servido? Marx e Engels já alertavam em seu Manifesto do Partido Comunista de 1848 para o crescimento da burguesia e da multiplicação do capital à medida em que a indústria, o comércio, as vias férreas se desenvolviam, relegando a segundo plano as classes oprimidas desde o final da Idade Média e início da expansão mercantil e da transição da manufatura para a produção industrial (MARX; ENGELS, 1952 apud HARVEY, 2013, p. 41).

Como veremos na próxima seção, um dos investimentos do PAC foi a construção do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) de Simplício – Queda Única, que tem como área de influência direta (AID) quatro municípios: Três Rios e Sapucaia, ambos situados no estado fluminense, e Chiador e Além Paraíba, em Minas Gerais. E área diretamente afetada (ADA)

1.1 O COMPLEXO SIMPLÍCIO

O Aproveitamento Hidrelétrico Simplício – Queda Única (FIGURA 2) é formado por duas usinas: Anta (RJ) e Simplício (MG) com capacidade de geração de 333,7 MW, a segunda maior do estado fluminense, significando um aumento estimado em 28% da oferta de energia elétrica na referida unidade federativa.



Figura 2. Mapa mostrando a extensão do Complexo Simplício.

Fonte: FURNAS ([s.d.]).

A construção do complexo se iniciou em 2007 após Furnas vencer no leilão de 2005; todavia, inventários foram feitos na região desde a década de 1960. De acordo com o estudo de impactos ambientais (EIA) produzido pela Engevix, foram quatro levantamentos feitos pelas empresas Cemig, CFLCL, Ibra e Dnaee. Em 1986 Furnas iniciou o estudo de viabilidade desses levantamentos aprovados pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee), gerando, em 1987 e 1988, dois projetos básicos (ANEXO 1) (ANEXO 2) que tinham uma AID muito maior do que a do modelo atual já implantado (FIGURA 3).

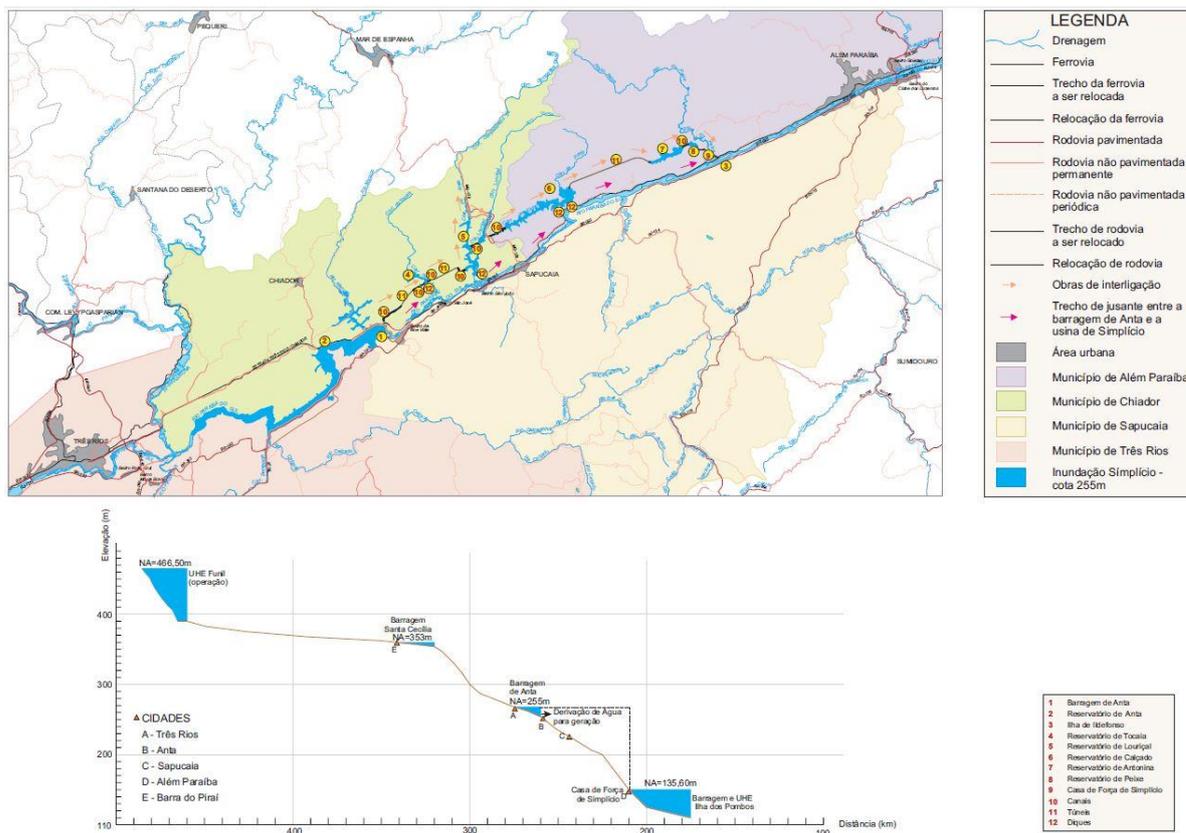


Figura 3. Mapa do Complexo Simplício.

Fonte: Engevix (2004)

Segundo a página eletrônica da instituição, o empreendimento teve um custo de R\$ 2,1 bilhões e foram utilizados 250 mil m³ de concreto e 78 mil toneladas de aço no soerguimento de uma casa de força, um vertedouro, 10 diques e 15 canais, que se interligam estrategicamente aproveitando um desnível de 115 m (FURNAS, 2016).



Figura 4. Comportas da PCH de Anta.

Fonte: Flickr - FURNAS (2010).

A área alagada é de 64 Km² e barragem de 370 m de comprimento e 46 m de altura, com reservatório de aproximadamente 15,36 Km² (FIGURA 5), possibilitando ao projeto a arrecadação com créditos de carbono, visto que suas características atendem a critérios do Protocolo de Kyoto (CÂMARA, 2014, p. 186–187).



Figura 5. Barragem da PCH de Anta.

Fonte: Flickr - FURNAS (2010).

O Complexo Simplício foi instalado no rio Paraíba do Sul em um trecho limítrofe entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A área de influência direta (AID) do empreendimento atinge os municípios mineiros de Chiador e Além Paraíba; e os municípios fluminenses de Três Rios e Sapucaia (FIGURA 6).

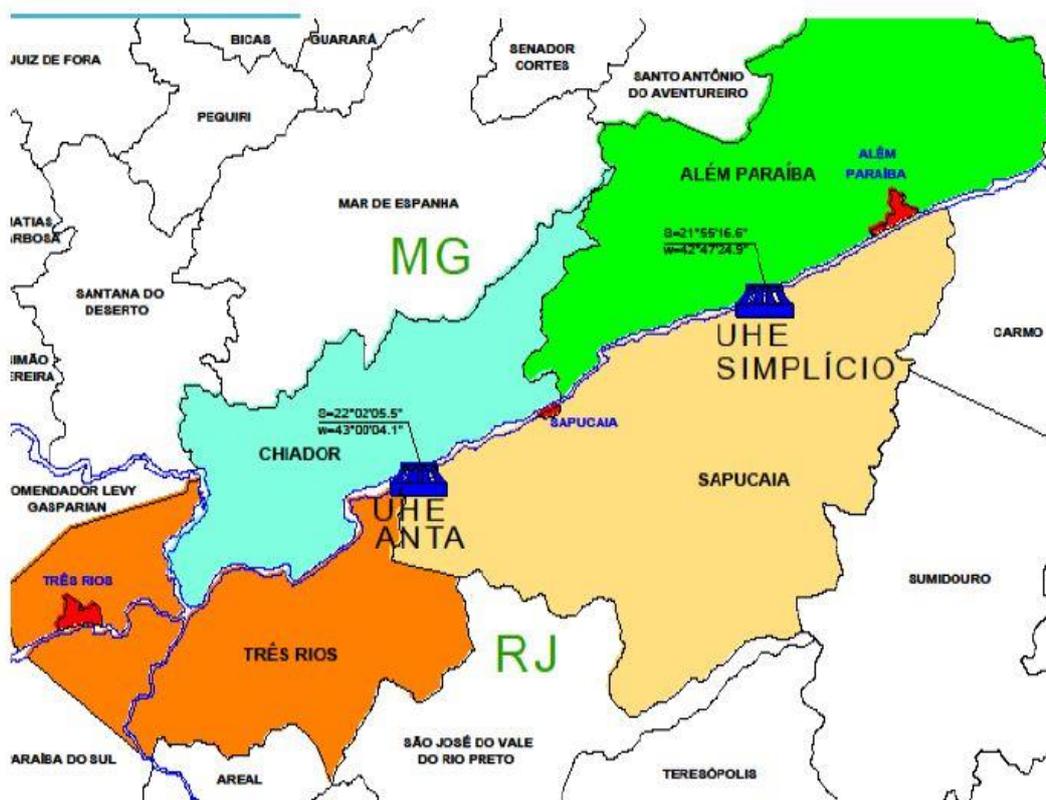


Figura 6. Mapa da área de instalação do Complexo Simplício e as áreas de influência direta.

Fonte: ELETROBRÁS/FURNAS S/A (2010)

O rio Paraíba do Sul é formado pela união dos rios Paraibuna e Paraitinga, os quais nascem no estado de São Paulo a cerca de 1.800 metros de altitude. Sua foz é no norte do estado carioca após trajeto de 1.150 km, no município de São João da Barra, na praia do Atafona. Os principais afluentes do rio Paraíba do Sul são os rios Jaguari, Paraibuna, Pirapetinga, Pomba e Muriaé pela margem esquerda; e os rios Uma, Bananal, Piraí, Piabanha e Dois Rios pela margem direita (CEIVAP, [s.d.]).

A bacia hidrográfica (BH) do rio Paraíba do Sul (FIGURA 7) tem 62.074 Km² e abrange 184 cidades: 39 em São Paulo; 57 no Rio de Janeiro; e 88 em Minas Gerais. A área tem um desenvolvido parque industrial e contribui com 56% do PIB nacional. A ocupação do solo se dá majoritariamente por pastagens, somando um total de 67%; enquanto agricultura e reflorestamentos estendem-se por 22% da região e somente 11% ainda preservam florestas nativas da Mata Atlântica. No estado fluminense ocupa uma área de 63% do território, 5,5 milhões de pessoas vivem em regiões dentro da BH e 14,2 milhões de pessoas dependem do abastecimento proporcionado pelo rio Paraíba do Sul (CEIVAP, [s.d.]

dedicadas à questão tecnológica, meia lauda foi o necessário para o segmento socioambiental em seu corpulento documento:

2.3.6 - Justificativas Socioambientais

Relativamente as justificativas socioambientais podem ser destacadas:

dinamização socioeconômica induzida pela presença do empreendimento no Vale do rio Paraíba do Sul;

disponibilização de energia como incentivo a instalação de projetos e empreendimentos industriais, aumentando a oferta de empregos na região;

implantação do projeto com foco nas questões socioambientais, minimizando as interferências e diminuindo os riscos ambientais; e

participação positiva das comunidades afetadas durante a elaboração do Diagnóstico o que certamente facilitará a compreensão do mesmo e sua discussão nas fases de licenciamento (LP, LI e LO);

inserção do empreendimento em ações de monitoramento e gestão ambiental da bacia do rio Paraíba do Sul, notadamente no saneamento do trecho do rio entre Anta e Simplício (ENGEVIX, 2004a).

Os empregos gerados na construção de uma usina hidrelétrica duram tão logo a obra seja concluída, entretanto, o deslocamento de famílias para as cidades próximas aos canteiros de obras sobrecarrega os serviços públicos municipais e inflacionam os custos de vida da região. Após a conclusão do empreendimento, muitas dessas famílias permanecem. Além disso, os modos de vida das comunidades locais sofrem perturbações, bem como seus aspectos culturais e laços sociais; ameaçando a continuidade dos mesmos.

O licenciamento ambiental, como dito anteriormente, “é um instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional de Meio Ambiente” (CONAMA, 1997). Sendo assim, cabe esclarecer que a gestão ambiental é entendida nesta pesquisa como

[...] o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal (QUINTAS, 2005, p. 30).

O processo de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos sofre grande pressão política e força a flexibilização daquele que deveria ser um instrumento democrático, com Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), medidas compensatórias e mitigadoras; o que sugere uma adequação ambiental ao rumo desenvolvimento, bem como das comunidades atingidas às necessidades da maioria, fazendo crer que esta existe (LASCHEFSKI, 2011a, p. 21–50).

1.1.1 A região atingida: o município de Três Rios²

Três Rios é um município localizado na região centro-sul³ do estado do Rio de Janeiro e faz fronteira com: Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, São José e Sapucaia. O território trirriense também faz divisa com Chiador, município mineiro. Além disso, Três Rios está próximo aos principais centros urbanos e comerciais do sudeste brasileiro e de cidades como Petrópolis (RJ) e Juiz de Fora (MG) (AMBIVERO, 2014).

O território de Três Rios era pertencente à Paraíba do Sul antes de sua emancipação. Foi elevado a vila em 1890, devido ao protagonismo desempenhado na região. Sua fundação enquanto município data de 14 de dezembro de 1938 com toponímia de Entre-Rios, no entanto, como outras duas cidades tinham o mesmo nome, em 31 de dezembro de 1943 passou a ser chamada de Três Rios em referência aos três rios que cortam o município: rios Paraibuna, Piabanha e Paraíba do Sul (SILVA, 1991, p. 113).

Três Rios se desenvolveu praticando uma série de atividades, porém, nenhuma delas foi tão importante como a cafeicultura. Um exemplo desse quadro é o relato do historiador Pedro G. Silva sobre uma das famílias que se instalou em Bemposta⁴:

Em pouco tempo o tenente transformou os matos virgens da Bemposta em grandiosas lavouras de café, e a ele se deve o povoamento da zona, sendo um verdadeiro iniciador do progresso local, incentivando o plantio do café na zona leste do município de Paraíba do Sul (SILVA, 1991, p. 138).

Em 1861 foi inaugurada a Estrada União-Indústria ligando Petrópolis à Juiz de Fora, cortando Três Rios na localidade hoje conhecida como Cantagalo (TRÊS RIOS, [s.d.]) e Ponte das Garças (FIGURA 8), local que mantém até os dias atuais uma ponte de mesmo nome projetada pelo engenheiro José Koeller, tombada em 1997 pelo Conselho Municipal de Cultura (TRÊS RIOS, [s.d.]). A União-Indústria foi a primeira estrada macadamizada do país, e foi um importante investimento

² Neste ponto fazemos um breve relato de importantes momentos históricos trirrienses para possibilitar melhor entendimento dos processos atuais que dominam o município, contudo, não é nossa pretensão detalhar a história de Três Rios.

³ Três Rios integra a região centro-sul fluminense e aqui, além de utilizar esta denominação, também utilizamos aquela que é referente à BH a qual o território trirriense faz parte.

⁴ A região de Bemposta é hoje: Grama, Reassentamento 21 e Bemposta; neste último tem uma subprefeitura e atua como centro integrador da área rural de Três Rios.

para desenvolver os municípios que atravessava (DADOSMUNICIPAIS, [s.d.]; SILVA, 1991, p. 110).

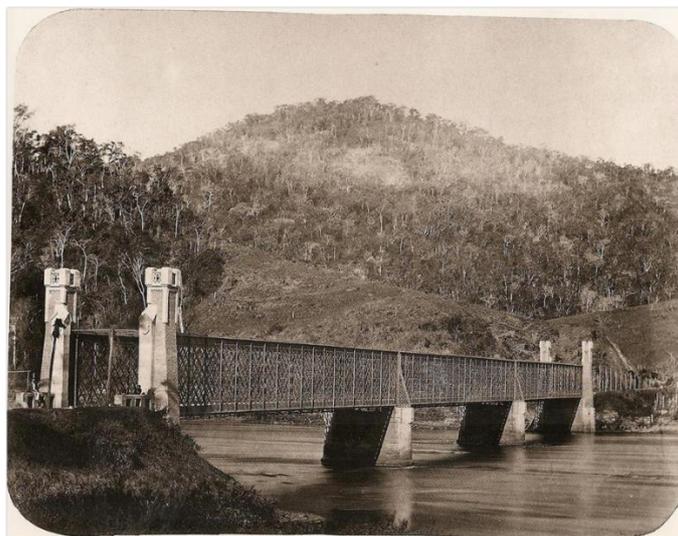


Figura 8. Ponte das Garças antes da inclusão da pista de rodagem para automóveis.

Fonte: Blog Luana Lazarini (2012).

Com um território de 326,757 km², o município está inserido no bioma Mata Atlântica e, de acordo com dados do IBGE de estimativas para 2015, a população trirriense é de 79.264 (IBGE, [s.d.], 2015). Localizado numa região conhecida como Vale do Café, a história do município se confunde com a história cafeeira no país, assim como ascendeu, entrou em declínio tão logo o mercado do café colapsou.

O capital que foi acumulado com a atividade cafeeira no interior fluminense fugiu desse espaço buscando locais e atividades mais dinâmicas e rentáveis. Nesse sentido, a partir do declínio da cafeicultura escravagista o interior do estado do Rio de Janeiro passou a viver um intenso processo de esvaziamento (SILVA, 2005).

SILVA (1991, p. 15) evidencia a crise do café abordando o declínio da exportação cafeeira informado pelo governo brasileiro no VI Congresso Brasileiro de Geografia:

Nos escritos históricos a ideia [cidades mortas] foi retomada por Afonso Taunay em Nascimento, vida e morte de Vassouras, artigo no suplemento de O Jornal, do Rio, comemorativo do bicentenário do café (1927). Para se ter idéia da decadência econômica do Estado do Rio ao limiar da década negra de 1920, eis o informe do seu governo ao VI Congresso Brasileiro de Geografia, Belo Horizonte, em setembro de 1919: da média anual de 131 572 t no quinquênio 1881-5, a exportação fluminense de café caíra à 90534t em 1886-90, a 75366t em 1891-5, para chegar a 35119 t em 1918, quando já era 1/3 da mineira e apenas 1/10 da paulista (separata do Jornal do Commercio, Rio, 1919). Ao curso da crise econômica deflagrada em 1929, e para manter o preço de exportação, o governo

federal ao queimar café em Entre-Rios de abril a julho de 1932, no campo onde foi a oficina da Santa Matilde, trouxe-o praticamente todo de Minas pela Central e Leopoldina. (A comoção popular que essa queima provocou está nos jornais de Paraíba da época). Praticamente, em 1932 o café remanescente no Estado se confinava em Pádua e Itaperuna. 'Nada mais restava na terra dos barões'

O resultado da exploração degradadora do ciclo do café no vale do rio Paraíba do Sul deixou marcas visíveis ainda nos dias atuais. A paisagem foi modificada e o que se vê nos morros que circundam Três Rios é o solo coberto por pastagem degradada. Segundo SILVÉRIO NETO *et al* (2015), o município tem seis unidades de conservação em seu território e todas concentram fragmentos alongados e distanciados, o que dificulta o fluxo gênico e outros processos ecológicos. Além disso, dos 326,757 km² de área trirriense, apenas 70,76 km² tem cobertura vegetal. Um dos resultados do baixo índice de vegetação que pode ser percebido em Três Rios é o fenômeno da formação de ilhas de calor que são causados por

Práticas como a impermeabilização dos solos, a utilização de materiais construtivos inadequados, a retirada da cobertura vegetal original, a canalização fechada de rios e córregos, a emissão de poluentes para a atmosfera tem sido frequente nas cidades. Essas modificações associadas às características naturais dos ambientes tropicais têm proporcionado a geração de ilhas de calor e têm sido registradas situações de desconforto térmico (AMORIM, 2010).

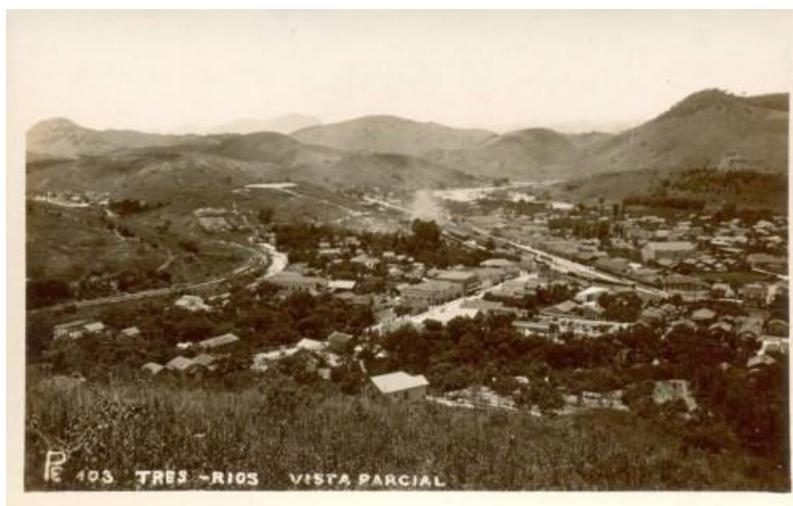


Figura 9. Vista parcial do Centro de Três Rios e bairros próximos antes da expansão desordenada que se alastrou na região.

Fonte: Jorge A. Ferreira Jr. ([s.d.]).

Apesar da criação de unidades de conservação municipais, as atenções do poder público local estão voltadas para o processo de industrialização, que foi mais explorado em meados da primeira década deste século. De acordo com informações na página da Secretaria de Indústria, Comércio e Trabalho, o município tem cerca de 17 núcleos industriais e, boa parte desses, fica às margens dos

rios que atravessam a cidade (TRÊS RIOS, 2016). É possível perceber no discurso oficial amplamente divulgado pela prefeitura, inclusive em sua página institucional na internet, que a prioridade é trazer o maior número de empresas para o município.

Sendo base da economia da cidade de Três Rios, o setor de Indústria e Comércio cresceu nos últimos anos de forma a acelerar o crescimento e desenvolvimento do município. Nos últimos quatro anos, 1139 empresas (entre pequenas, médias e grandes) se instalaram em Três Rios, gerando cerca de 9000 novos postos de trabalho e colocando a cidade como uma das principais apostas do Estado do Rio de Janeiro. Com localização privilegiada, na região Centro Sul Fluminense, sendo de fácil acesso para grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, Três Rios foi escolhida por grandes empresas como Nestlé, Neobus e Latapack-Ball, que hoje fazem parte da história de crescimento motivada pela política agressiva de captação de investimentos promovida pela gestão Vinicius Farah. As empresas que chegam em Três Rios, tem os seguintes benefícios para sua instalação: isenção do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), ISS e Licença para Execução das Obras, além da redução do ICMS em 2% (TRÊS RIOS, 2016)

O jornal Folha de São Paulo publicou em 26 de junho de 2014 duas reportagens abordando a questão da industrialização de Três Rios: numa delas (ANEXO 3) compara o município a Juiz de Fora, em Minas Gerais, que já foi conhecida como a Massachusetts mineira, devido ao seu alto nível de industrialização em meados do século XX, e afirma que Juiz de Fora está sendo ultrapassada pela cidade vizinha⁵; noutra (ANEXO 4) aponta Três Rios como exemplo do “Brasil que dá certo” e, mais uma vez, coloca a industrialização num pedestal⁶. Contudo, o censo de 2010 aponta que quase 53 mil pessoas com mais de dez anos recebem até dois salários mínimos sendo que desse contingente: 20.749 pessoas não têm qualquer rendimento; 18.751 têm rendimento até um salário mínimo; e 14.721 têm rendimento de um a dois salários mínimos (IBGE, 2011). A confrontação desses dados pode sugerir que apesar dos investimentos e isenções concedidas ao setor privado, a população trirriense não tem sido tão favorecida quanto as empresas.



Figura 10. Logomarca do governo do prefeito Vinicius Farah (2009-2016).

Fonte: PMTR (2012).

⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1476534-tres-rios-cresce-com-incentivos-e-balanca-cidades-vizinhas-mineiras.shtml>

⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1476535-grandes-industrias-fazem-crescer-vagas-com-carteira-assinada-em-tres-rios.shtml>

Cabe salientar que é importante evidenciar o direcionamento do poder público trirriense para que se possa entender melhor os processos sociais que foram investigados neste trabalho, pois, ao se tratar de história oral e impactos socioambientais, é mister que tenhamos uma ampla visão do contexto geral de determinada situação.

As mudanças municipais foram percebidas também no Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): no plano trirriense, o IDHM saltou de 0,522 em 1991 para 0,725 em 2010 (IBGE, 2013). O índice nacional no mesmo período era de 0,608 e atualmente é de 0,755 (PNUD, 2015, p. 235), o que demonstra que o município, apesar de estar com um nível mais baixo do que o índice nacional na década de 1990, ascendeu no ponto de vista social e nos tempos atuais está muito próximo da média brasileira. Isso sugere que Três Rios tem tido êxitos em alguns aspectos, o que não significa que a atual política tenha garantido pleno sucesso na questão social da região.

De acordo com dados do último censo demográfico, a população total de residentes com mais de dez anos em Três Rios é de 66.868, desses, 30.934 têm apenas o ensino fundamental (EF) incompleto ou não têm qualquer grau de instrução. Considerando a população que frequenta o EF que é de 11.397 pessoas, quase 20 mil pessoas no município estão em situação de baixa escolaridade ou analfabetismo, esse valor é relativo a mais de 20% da população trirriense. Dos 56.566 residentes com mais de 15 anos, apenas 6.541 frequentam alguma instituição de ensino (IBGE, 2011).



Figura 11. Vista panorâmica do centro de Três Rios nos dias atuais.

Fonte: Jornal Entre-Rios (2014).

1.1.1.1 Bemposta: a grande APA

A lei nº 3.906 de 02 de outubro de 2013, que instituiu o novo Plano Diretor do município de Três Rios (PDTR), trouxe, entre outras providências, a seguinte divisão de seu território:

Art. 11 - O território jurisdicional de Três Rios passa a ser dividido, para fins administrativos, jurídicos e fiscais e de planejamento e gestão nas seguintes categorias espaciais:

I - Unidades Espaciais de Planejamento e Gestão;

II - Macrozonas;

III - Zonas e Subzonas e

IV - Bairros. (TRÊS RIOS, 2013)

O distrito de Bemposta é identificado no PDTR como Unidade Espacial de Planejamento e Gestão II (UEPG) e, enquanto aglomerado urbano disperso, é caracterizado pela ocupação predominantemente residencial, indústrias de pequeno e médio porte e ligação do município de Arreal à BR-393. Em no artigo 13, inciso II dispõe:

§ 1º - A Unidade Espacial de Gestão e Planejamento I (UEGP) – Três Rios, corresponde a porção oeste do município e está limitada a leste pela faixa marginal dos rios Piabanha e Paraibuna, onde se localiza a totalidade das áreas urbanas e de expansão urbana do município e as principais atividades econômicas sobretudo industriais de médio e grande porte distribuídas ao longo das rodovias Washington Luiz, BR-040 e antiga União Indústria, atual BR-393 além de abrigar a sede da administração pública municipal.

§ 2º – A Unidade Espacial de Planejamento e Gestão II (UEGP) – Bemposta, corresponde a porção leste do município, limitada a oeste pela faixa marginal dos rios Piabanha e Paraibuna, onde está localizada o núcleo urbano disperso de Bemposta e se observa uma ocupação predominante de grandes extensões de vegetação de Mata Atlântica, em estágio primário e secundário, e grandes propriedades de lazer rural, remanescentes de relevante significado para a história de ocupação da região durante o ciclo do café. (TRÊS RIOS, 2013)

A localidade, que tem uma população de cerca de 4 mil pessoas (IBGE, 2010), dispõe de instrumentos públicos como uma escola, uma quadra poliesportiva, uma unidade de subprefeitura, um posto de saúde da família e uma agência dos Correios (FIGURA 12). O transporte público é feito por uma única empresa, a Viação Progresso, e é um dos maiores problemas da região, com horários da linha municipal esparsos e contínuos atrasos. A Cerâmica Argibem Ltda. é uma das principais fontes de empregos locais e está na região há mais de 50 anos, no entanto, as vagas do distrito não

são o bastante para absorver a demanda da população e grande parte dos residentes empregados atua em postos de trabalho localizados na parte mais central de Três Rios.



Figura 12. Centro urbano de Bemposta: (a) Praça do distrito de Bemposta; (b) Instalações da subprefeitura localizada na rua principal; (c) rua que dá acesso à área mais populosa do distrito; (d) rua principal do distrito.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

O PDTR localiza Bemposta como pertencente à Macrozona Ambiental (MZA) e instituiu

Art. 39 – Fica instituída a Área de Proteção Ambiental de Bemposta – APA Bemposta, que atenderá as normas estabelecidas na Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000 - Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, em particular ao Art. 15.

Parágrafo Único – Fica estabelecido o prazo de 1 (um) ano contados a partir da publicação da presente Lei para instalação do Conselho da APA Bemposta conforme determinação contida no § 5º, do Art. 15, da Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000 - Lei do SNUC. (TRÊS RIOS, 2013)

Apesar de ter sido decretada como APA, Bemposta continua sofrendo com a expansão desordenada e com contínuas queimadas na região. O plano de manejo da unidade de conservação (UC) ainda não foi apresentado, mesmo a UC tendo sido criada há quase três anos e promovendo grande contribuição à arrecadação do ICMS ecológico.

A região é responsável por grande acervo histórico arquitetônico, com fazendas erguidas ainda na época da escravatura. Uma das mais importantes é a Fazenda Bemposta (FIGURA 13), que deu nome ao distrito e é considerada a primeira fazenda de Três Rios, com sua inauguração em 1805. A propriedade é hoje um hotel fazenda.



Figura 13. Fazenda Bemposta

Fonte: Website da fazenda Bemposta ([s.d.]

A região do bairro da Grama e do Reassentamento 21 faz parte da APA Bemposta, assim como o bairro Hermogênio Silva.

O PDTR traz uma abordagem genérica sobre a Macrozona Rural (MZR) e não denomina as áreas que fazem parte desta. Identificamos o bairro da Grama e a região do Reassentamento 21 como integrantes da MZR. É possível observar que o documento desconsidera as atividades econômicas da agropecuária e agricultura familiar, bem como a pesca artesanal e trabalhos baseados no extrativismo, o que fortalece a deslegitimação dos modos de vida locais.

Art. 35 – A Macrozona Rural (MZR) corresponde à fração mais oriental do território municipal onde se observa uma ocupação territorial dispersa e de baixa densidade demográfica, onde se destaca a presença de grandes propriedades rurais remanescentes do ciclo do café que atualmente **representam imóveis destinados a residências de veraneio e lazer.** (Grifos nossos) (TRÊS RIOS, 2013)

A Escola Municipal Guilhermina Guinle (EMGG) (FIGURA 14) está superlotada e tem cerca de 700 alunos ⁷, nela funciona a educação infantil e o ensino fundamental. O prédio serve ainda para o funcionamento de turmas fora de sede do Colégio Estadual República do Líbano⁸. A EMGG absorveu o contingente de alunos da antiga escola que atendia às comunidades da Grama e do antigo Bairro 21.



Figura 14. Escola Municipal Guilhermina Guinle.

Fonte: Portal da Transparência do município de Três Rios ([s.d.])

Na seção que segue, trataremos dos frutos do gerados pelo modelo de desenvolvimento baseado em um capitalismo dependente (LEHER, 2007), que muito tem a ver com o atual plano econômico e político de Três Rios.

1.2 O ESPÓLIO DO DESENVOLVIMENTO

O Brasil, desde a chegada dos portugueses, passou por diversos momentos de prosperidade e de crise. A monarquia encerrou-se no país com o feito inédito de 50 anos sem conflitos internos e deixou muitos órfãos na comunidade brasileira; contudo, este foi um governo singular e todos os anteriores tiveram muita dificuldade e resistência em suas gestões. O regime republicano iniciado em

⁷ Informações obtidas informalmente por contato telefônico com a secretaria escolar. Esse valor é referente ao total de alunos, incluindo as matrículas municipais e estaduais.

⁸ O Colégio Estadual República do Líbano tem sede no distrito de Anta, pertencente ao município de Sapucaia. Esta configuração de turmas fora de sede tem mais de uma década.

1889, e que segue até os dias atuais, instaurado por vias de golpe militar, encontrou em mais de um século de existência bonança e penúria. A Primeira República, como ficou conhecida a temporada posterior a queda do império, teve seu fim em 1930, quando teve início a Era Vargas.

MENDONÇA (2015, p. 265–266) aponta três momentos cruciais na política nacional: O “velho” desenvolvimentismo – entre 1930 e início dos anos 1980 (de Vargas a João Figueiredo); Auge do neoliberalismo – dos anos 1980 a 2002 (Sarney/Collor/Franco/Cardoso); e Novo-desenvolvimentismo ou “desenvolvimentismo às avessas” – de 2003 a 2013 (Lula da Silva/Rousseff).

O primeiro vislumbrado pelo referido autor, baseia-se no nacionalismo e forte intervencionismo estatal; encontra fôlego no mercado interno e tem impressionante crescimento econômico, que deu ao período o título de “milagre econômico”. Além disso, é na era do “velho” desenvolvimentismo que a indústria brasileira desponta.

O segundo momento, identificado como “auge do neoliberalismo” por Mendonça, é marcado pelo Estado “mínimo”, desregulamentação dos mercados, privatizações de instituições públicas e queda na taxa de crescimento do PIB.

O último quadro apontado pelo autor, “desenvolvimentismo às avessas”, tem como principais marcas a ênfase na estabilização macroeconômica que associa o crescimento econômico com a diminuição da desigualdade social, aumento tímido do crescimento do PIB, fortalecimento do Estado enquanto instância reguladora.

Com as grandes mudanças no país vieram também grandes impactos negativos. Os grandes empreendimentos geram efeitos muitas vezes severos para aqueles que estão na sua área de implantação e o poder público, além de ser executor de muitos desses projetos, omite-se com frequência deixando a população mais vulnerável à mercê dos interesses desenvolvimentistas.

É o caso da UHE Itaocara, na BH do rio Paraíba do Sul, que teve seu licenciamento interrompido após protagonista atuação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (CÂMARA, 2014, p. 182); do Complexo Amador Aguiar, no rio Araguari (MG), que, além de ser uma área de grande importância para manutenção da biodiversidade pela transição dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, inundou, cerca de 70 km² de áreas destinadas à agricultura e pecuária de pequenos produtores (ZHOURI; GOMES, 2011, p. 275–276); e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) - notadamente um projeto com questões obscuras a seu respeito, como a ausência de licenciamento único de todas as suas partes

constantes - que apesar de sua promessa de compromisso com a sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico para o município de Itaboraí (RJ) e arredores, causará a desterritorialização de comunidades locais e pescadores artesanais e impactará o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense (MMACF), unidade de conservação (UC) essencial para manutenção de manguezais da Bacia de Guanabara e de relevante biodiversidade, por sua proximidade à APA Guapimirim (MOYSÉS, 2010; ROUGEMONT; PÉREZ, 2013).

Outro exemplo são os milhares de atingidos pelas construções de UHE. O MAB, movimento que será abordado mais adiante, aponta que cerca de 1 milhão de pessoas no Brasil foram deslocadas na implantação desses empreendimentos (DANIEL, 2009; IHU, 2013; MAB, 2004). O número total de atingidos é desconhecido, mas estima-se que de cem famílias deslocadas, 70 não recebem qualquer tipo de indenização.

O Ministério de Minas e Energias, segundo o dossiê “Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro” publicado pelo MAB, apesar de ouvir com maior frequência o movimento desde o início do governo Lula, mantém-se omissivo e diz que não vai intervir nas negociações entre empresas e atingidos; apesar do MME ter adotado medidas que ampliassem a comunicação com os movimentos sociais, o órgão sustenta certa distância dos mesmos para não interferir nas alianças firmadas com grandes organizações (em geral são estrangeiras) que atuam no país (MAB, 2004).

Cabe ressaltar que a população rural e tradicional é a que mais sofre impactos com a implantação desses megaprojetos, os quais promovem a perda de laços sociais e a modificação de espaços simbólicos (REIS;BLOEMER, 2001, apud, PINHEIRO, 2007, p. 32). As famílias que ocupam áreas afetadas geralmente vivem da agricultura familiar, da pesca artesanal e/ou de outras atividades ligadas à terra; muitas dessas pessoas não têm outros ofícios, elas desenvolveram as habilidades que sustentam suas famílias ao longo de suas vidas. São conhecimentos de gerações, transmitidos “de pai para filho”. Segundo DANIEL (2009), a história familiar e o lugar onde vivem estão imbricados; as lembranças e memórias de uma comunidade rural estão associadas à terra, às relações familiares e com a comunidade, o que causa a afeição ao local, a perpetuação de valores e laços. Ao romper com isso, os empreendimentos que atendem aos interesses do capital exterminam muito mais do que casas, ruas e árvores; a história de gerações também é afogada, bem como sua continuação.

CAPÍTULO 2

MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Casos de populações afetadas por barragens são frequentes em todo o Brasil, e, seguindo a corrente do desenvolvimento e expansão do setor hidrelétrico, a região de Três Rios teve parte de sua população rural afetada pela implantação do AHE Simplício – Queda Única. O empreendimento que, como dito anteriormente, abrange quatro municípios, teve maior número de realocados no bairro da Grama e sua extensão, popularmente conhecida como “km 21”, localizados no distrito de Bemposta, no município de Três Rios. Segundo moradores, algumas pessoas não receberam qualquer tipo de indenização ou receberam um valor que não condizia com o impacto gerado em suas vidas e que não permitiria “recomeçar” devido à especulação imobiliária local desde o anúncio do projeto do AHE de Simplício. Além disso, de acordo com AMBIVERO *et al* (2015), o município de Três Rios vem passando por um processo acelerado de industrialização, o que trouxe grandes empresas como a gigante do setor de alimentos Nestlé S.A., Latapack-Ball, NeoBus, entre outras; esse cenário também contribuiu para o aumento do valor das propriedades.

Antes de qualquer coisa, é necessário deixar claro que esta pesquisa reconhece seu caráter aproximado, provisório, inacessível em relação à totalidade do objeto, vinculado à vida real e historicamente condicionado (MINAYO *et al.*, 2013, p. 37). Sendo assim, esta é uma pesquisa social qualitativa que utiliza como abordagem o estudo-de-caso que pode ser compreendido como “[...] uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.” (VENTURA, 2007).

Para não incorrer no erro citado por ALVES-MAZZOTTI (2006), ao apontar que diversas pesquisas definem suas áreas de estudo de forma superficial, pela conveniência, o recorte aqui feito se sustenta no fato de que estas comunidades foram escolhidas em função do impacto sofrido, além de que os dados relacionados a atingidos por barragens são conflitantes, e não há investigação de todos os casos, o que dificulta ainda mais a obtenção de fontes confiáveis.

Isto posto, este trabalho se divide em duas partes, sendo a primeira a preparação e planejamento da segunda, que consiste no momento de campo, de análise dos dados e de interpretação dos mesmos. Cabe ressaltar que a pesquisa é entendida aqui como um ciclo e, portanto, nenhuma ação descrita como de uma ou outra parte se finda na etapa em que se encontra, há sempre a

necessidade de se movimentar num plano metodológico proporcionando, inclusive, a oportunidade da autocrítica durante todo processo de pesquisa.

O primeiro momento deste trabalho consistiu em selecionar a literatura que seria utilizada no decorrer desta pesquisa. Dessa forma, foi feito o levantamento bibliográfico que angariou produção acadêmica, e dados secundários como documentos técnicos, legislativos e midiáticos. Nesta parte da pesquisa, além do levantamento bibliográfico, foi feita a apreciação do material selecionado; isso possibilitou aprimorar a ideia inicial, além disso, foi possível compreender melhor o objeto de estudo e o contexto em que está inserido, bem como planejar de forma mais adequada o segundo momento desta investigação.

O planejamento mencionado acima é referente a definição do campo de observação e das técnicas a serem utilizadas nestas visitas e durante a ordenação, classificação, análise e interpretação dos dados. Para análise e interpretação dos dados de forma crítica, será utilizado como suporte o material bibliográfico selecionado anteriormente.

Os procedimentos metodológicos adotados para esta pesquisa em sua fase de campo consistem na história oral e entrevista aberta.

2.1 HISTÓRIA ORAL

De acordo com POLLAK (1992), a história oral (HO) é “um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação” capaz de “produzir um discurso sensível às pluralidades das realidades”. Para ALESSANDRO PORTELLI (2010) a HO é mais do que entrevistas com fontes que obtém informações que nos são necessárias, é, antes de tudo, uma relação intensa entre oralidade e democracia.

No entanto, antes de adentrar a HO, é necessário levantar a discussão do conceito de memória e situar este trabalho em relação ao mesmo.

Para HALBWACHS (1990), a memória é coletiva e, portanto, um fenômeno construído socialmente. Para o sociólogo francês, a memória individual é um ponto de vista dentro da memória

coletiva; além do mais, a memória é coletiva, pois, somos formados dentro da estrutura social, ao passo que esta é historicamente construída.

PORTELLI (1997), em contrapartida, considera que utilizar o termo “memória coletiva” é demasiado arriscado, uma vez que essa igualdade pregada é a mesma que fundamenta racismos e sexismos e, portanto, deve se considerar o fator da diferença, pois, apenas quando somos diferentes podemos reconhecer aquilo que nos une como iguais.

PIERRE NORA(1993), por sua vez, destaca que conforme a memória coletiva vai se esvaindo, é necessário que a memória individual opere para que o fato continue existindo. Ao fazer esta afirmação Nora alerta que pode mais uma memória durar no plano individual do que coletivo.

Partindo dos três pontos de vista apresentados, neste trabalho compreendemos a memória como fenômeno individual, porém, fundamentando-nos no caráter ontológico do ser social (LUKÁCS, 2012, 2013), consideramos que esta é também socialmente construída (POLLAK, 1992). Também entendemos a memória como concepção ideológica, diante do fato que o território da memória é marcado por disputas, significa poder e escolhas (POLLAK, 1989, 1992; PORTELLI, 2010).

Tendo esclarecido o conceito de memória aqui assumido, trataremos da HO que por nós é entendida da seguinte forma:

Como está implícito no próprio termo, a história oral é uma forma específica de discurso: história evoca uma narrativa do passado; oral indica um meio de expressão. [...] Na prática, a história oral permanece mais no entre: seu papel é precisamente conectar a vida aos tempos, a primazia à representatividade, tão bem como a oralidade à escrita. (PORTELLI, 2001)

A HO tem como preocupação o aprofundamento na realidade do objeto de estudo; os laços e estruturas sociais, padrões culturais ou processos históricos são os dados obtidos com o uso dessa técnica de pesquisa. Para tanto, os relatos orais de pessoas envolvidas no recorte selecionado são fontes de dados. Além de possibilitar uma visão mais concreta do funcionamento e de trajetórias do grupo social estudado, a HO permite que aqueles pertencentes às classes sociais constantemente silenciadas e excluídas na construção da história oficial assumam um papel protagonista e tenham voz ativa. Desta maneira, trazem à luz visões de mundo e realidade em que estão inseridos como sujeitos da história evocada (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004).

A HO adentra a vida de pessoas e, como sugere o historiador italiano, às vezes o entrevistado não quer falar sobre o que o entrevistador pergunta, o que pode significar um material muito mais

interessante, porém, diferente daquilo que está investigando. Nesses casos é necessário que se tenha paciência com o entrevistado, flexibilidade e, o mais importante, vontade de aprender com o entrevistado, vontade de ouvir o que ele tem a dizer. Isso pode significar grandes chances de sucesso para o trabalho (PORTELLI, 2010)

A busca pelas fontes orais diz respeito à possibilidade da interpretação de temas da história ainda insuficientemente registrada por outros tipos de informações, a fatos relevantes cuja documentação se deseja completar ou abordar por ângulo diverso do habitual. Um dos momentos mais sublimes da pesquisa pode ser caracterizado como um momento em que as relações sociais já vividas são dilapidadas e recriadas, quando o hoje visita o ontem com outros olhares e perspectivas, construindo o passado pelo presente e reconstruindo o próprio presente (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004).

THOMPSON (1997) diz que para utilizar o método de HO é necessário que haja algo realmente motivador ao entrevistador, pois este é um árduo processo cheio de fracassos e decepções e que se deve trabalhar de forma a garantir que a produção não tenha utilidade apenas na academia, uma vez que as relações construídas entre o pesquisador e o entrevistado são de ordem pessoais. MATOS & SENNA (2011) destacam que a fonte oral sofre críticas quanto à sua validade e cientificidade por ser considerada por muitos pesquisadores como subjetiva e falível ou fantasiosa ao passo que se ancora na memória de indivíduos impregnados de valores. No entanto, assim são todas as demais fontes, e ingênuo seria pensar o contrário de dados resultantes de outras origens. Cabe ainda ressaltar que

A não plena objetividade do significado dos fatos é muito própria desta metodologia de pesquisa que prioriza os elementos mutáveis, ou seja, a narrativa, o discurso, a memória e a subjetividade como fontes de dados, fornecendo múltiplas verdades de um mesmo tema. Por esse motivo, muitos cientistas discordam da veracidade e cientificidade dos significados atribuídos ao objeto pesquisado através da história oral, justamente pela utilização de tais elementos mutáveis. No entanto, são estes elementos que compõem e formam a contribuição genuína da História Oral, propiciando ao pesquisador tecer a interação social e pessoal aliados a fatos corroborados junto ao objeto pesquisado (CASSAB & RUSCHEINSKY, 2004).

Em suma, o método selecionado consiste em fazer entrevistas de vida e ser responsável e ético com o que é compartilhado pelo entrevistado. A entrevista significa parte da vida da pessoa que contribui com a pesquisa, é parte da intimidade dela e, portanto, não se deve tratar os dados com uma postura apenas acadêmica, deve-se antes de tudo agir de forma ética e respeitosa. POLLAK (1992) afirma que é uma tarefa difícil fazer uma pessoa falar sobre sua própria vida, e muito mais difícil fazê-la se abrir com um estranho. A abordagem inicial, as perguntas que devem ser feitas, nada disso é oferecido em um guia, é necessário que se conheça o objeto de estudo e a bibliografia selecionada,

bem como o conteúdo do material resultante do levantamento dos dados secundários para conduzir uma pesquisa de qualidade. É fundamental que o entrevistador entenda que ele não deve agir como superior, mas também não deve tentar se igualar: entrevistador e entrevistados estão em posições diferentes, acabar com essa dissemelhança pode colocar em risco toda a fase de campo.

Neste sentido, MATOS & SENNA (2011) apontam para quatro tipos distintos de pesquisadores que utilizam esta técnica: arquivo-documentalista; reducionista; analista completo e difusor populista, aquele em que nos enquadrámos neste trabalho:

Para esses entusiastas, a história oral surgiu como uma verdadeira ‘alternativa’ para divulgar a história daqueles que não foram registrados objetivamente nas histórias oficiais, nacionais ou internacionais. Os difusores populistas constroem amplos acervos orais, mas não tentam avançar seus conhecimentos.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A educação ambiental é um campo de disputas políticas e ideológicas. Portanto, iniciamos este item nos localizando neste embate: a EA que orientou nossa pesquisa leva o adjetivo “transformadora” e se caracteriza por ser

“aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais” (LOUREIRO, 2012, p. 99)

Este autor aponta mais detalhadamente o que seria esse caráter transformador da EA que aqui concebemos como caminho dialógico para superação, inclusive, das injustiças socioambientais:

O que vem sendo denominado por vertente transformadora da educação ambiental, no Brasil, começou a se configurar nos anos de 1980, pela maior aproximação de educadores, principalmente os envolvidos com educação popular e instituições públicas de educação, junto aos militantes de movimentos sociais e ambientalistas com foco na transformação societária e no questionamento radical aos padrões industriais e de consumo consolidados no capitalismo. Tal fenômeno, articulado ao avanço do conhecimento e aos instrumentos legais disponíveis no país, propiciou condições objetivas para a consolidação de novas práticas e teorias inseridas no escopo da educação ambiental (LOUREIRO, 2004, p. 67).

Nesse sentido, pensarmos a educação ambiental, enquanto prática dialógica, libertadora, que objetiva a expansão da consciência crítica, implica em abordagens da problemática socioambiental que inter-relacione os múltiplos aspectos que constituem o real, ou seja: sociais, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos, ecológicos, jurídicos, éticos, espirituais etc.

Não é nosso interesse fazer uma linha do tempo da EA, uma vez que isto já foi feito à exaustão, assim como também não é do nosso interesse apontar críticas a outras correntes. Entretanto, se faz necessário explorar elementos legais que fundamentam a EA tendo em vista que nosso escopo se dá no âmbito do licenciamento ambiental. A lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental traz a seguinte definição de EA e define a abrangência desta:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

O decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que dispõe de novas providências à PNEA traz em seu art. 6º, inciso II

Art. 6º Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados:

[...]

II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental (BRASIL, 2002)

Para que o espaço da gestão ambiental tenha de fato a participação daqueles que mais foram atingidos, se faz necessário um Projeto de Educação Ambiental (PEA). O PEA tem por finalidade promover ações educativas que possam gerar qualidade na participação desses atores sociais afetados, tornando, assim, o processo decisório mais democrático (QUINTAS, 2005, p. 127). Sendo o meio social complexo, há, então, a necessidade de pensamento igualmente complexo a fim de compreender melhor os problemas humanos (MORIN, 2011).

A Instrução Normativa do IBAMA nº 2, de 27 de março de 2012 definiu os procedimentos a se adotar em Programas de Educação Ambiental (PEA) no licenciamento ambiental:

Art. 1º - Estabelecer as diretrizes e os procedimentos para orientar e regular a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos de educação ambiental a serem apresentados pelo empreendedor no âmbito do licenciamento ambiental federal.

[...]

Art. 3º - O PEA deverá compreender a organização de processos de ensino-aprendizagem, objetivando a participação dos grupos sociais das áreas de influência atividades ou empreendimentos licenciamento, na definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação, exigidos como condicionantes de licença.

§ 1º - O PEA deverá ser elaborado com base nos resultados de um diagnóstico socioambiental participativo, aqui considerado como parte integrante do processo educativo, cujo objetivo é projetos que considerem as especificidades locais e os impactos gerados pela atividade em licenciamento, sobre os diferentes grupos sociais presentes em suas áreas de influência.

§ 2º - O diagnóstico socioambiental deverá fundamentar-se em metodologias participativas, aqui entendidas como recursos técnico-pedagógicos que objetivam a promoção do protagonismo dos diferentes grupos sociais da área de influência da atividade ou empreendimento, na construção e implementação do PEA.

§ 3º - O PEA deverá ter como sujeitos prioritários da ação educativa os grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade socioambiental impactados pela atividade em licenciamento, sem prejuízo dos demais grupos potencialmente impactados (IBAMA, 2012)

De acordo com CARVALHO (2004, p. 17) é possível denominar EA a práticas muito diferentes do ponto de vista de seu posicionamento político-pedagógico. Assim, torna-se necessário situar o ambiente conceitual e político onde a EA pode buscar sua fundamentação enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade. Diante das diversas vertentes, a EA crítica traz elementos imprescindíveis para a realização de programas e projetos de educação ambiental que envolva grupos sociais afetados por algum tipo de empreendimento devido ao fato de que suas práticas educativas são a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado.

Para Paulo Freire (1987, p. 57), a importância da “visão crítica e dinâmica da realidade é que, empenhando-se em favor do seu desvelamento, desmascara a sua mitificação e busca a plena realização da tarefa humana: a permanente transformação da realidade para a transformação dos homens.”

“Participar trata-se de um processo que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo”. Estas interações se dão em uma arena de disputas que se manifestam em níveis diferentes já que estão atrelados aos interesses, valores e percepções dos envolvidos. O processo educativo é movido pela participação à medida que possibilita aos envolvidos constantemente invisibilizados atuar como protagonistas (LOUREIRO, 2004, p. 71). Porém, como afirma QUINTAS (2010, p. 82), “há que se considerar que ser participativo não é uma conduta social automática dos indivíduos. É algo que se aprende somente na prática e sob algumas condições”

Quintas (2006, p. 18) sugere que os resultados dos programas de EA no âmbito do licenciamento em relação aos grupos sociais envolvidos permitam a estes:

a) perceber a escala e as consequências explícitas e implícitas dos riscos e danos ambientais no seu cotidiano;

b) se habilitar a intervir, de modo qualificado, nos diversos momentos do processo de licenciamento ambiental, produzindo, inclusive, suas agendas de prioridades.

Diante disso, é fundamental a concepção metodológica adotada para a articulação dos elementos estruturantes do processo de ensino/aprendizagem: conteúdo, subjetividade e contexto.

Adiante trataremos da questão da justiça ambiental que se faz iminente para melhor entendimento da importância da EA nos ditames do licenciamento ambiental.

2.2.1 Justiça Ambiental

A história do movimento por justiça ambiental teve início nos EUA, no Condado de Warren em 1982, e foi estampada por um caso emblemático em que diversos moradores em manifesto se deitaram na estrada para barrar os caminhões que traziam a carga tóxica. Os habitantes do condado requeriam que não fosse instalado um depósito de material perigoso que poderia contaminar todo o abastecimento de água local; o movimento afirmava que a localização do empreendimento estava relacionada ao fato de que a população da região era majoritariamente negra, definindo-se, assim, o conceito de racismo ambiental, que entende que atividades poluidoras são implantadas em locais dominados por minorias étnicas. Um dos resultados da manifestação dos moradores de Warren foi a prisão de mais de 50 pessoas, todavia, aquele foi o estopim para situações de injustiças ambientais.

Este movimento evoluiu até alcançar o ponto de compreensão de que a luta era maior: a luta era por direitos civis (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 386–387).

O movimento por justiça ambiental a partir de 1987 avançou nas discussões sobre as ligações entre etnias, pobreza e poluição, dessa forma

Pesquisadores iniciaram estudos sobre as ligações entre problemas ambientais e injustiça social, procurando elaborar os instrumentos de um “Avaliação de Equidade Ambiental” que qualificasse socialmente as tradicionais avaliações de impacto. Neste novo tipo de avaliação, a pesquisa participativa envolveria como coprodutores do conhecimento os grupos sociais ambientais em desvantagem, viabilizando uma integração analítica entre processos biofísicos e processos sociais. Postulava-se assim que aquilo que os trabalhadores, grupos étnicos e comunidades residenciais sabem sobre seus ambientes é parte do conhecimento relevante para elaboração não discriminatória das políticas ambientais (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 388).

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), em seu manifesto de lançamento (ANEXO 5), definiu o conceito de justiça ambiental e de injustiça ambiental que é

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (RBJA, 2001).

Outro conceito que transita pelo escopo da justiça ambiental é o de vulnerabilidade ambiental, que se configura na ameaça às condições de vida e de trabalho a que grupos sociais são submetidos em função da degradação ambiental. Assim, se estabelecem conflitos socioambientais, uma vez que os beneficiados não são os afetados. É neste contexto que urge a justiça ambiental (LAYRARGUES, 2009). ALIER (2012), afirma que “a justiça ambiental assinala que desgraçadamente o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente”.

Ampliando a noção anteriormente citada, entende-se aqui que a ideia de “racismo ambiental” se aplica, também, a todos os empreendimentos que consideram o quesito financeiro única e exclusivamente, submetendo, assim, grupos sociais à vulnerabilidade ambiental.

A luta por justiça ambiental é, também, uma luta pelo território, aqui entendido como “o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e da vida, sobre os quais ele flui.” (SANTOS, 2010)

Esses grupos sociais diretamente afetados estão mais vulneráveis, e de acordo com ACSELRAD (2010), “para barrar a pressão destrutiva sobre o ambiente de todos, é preciso começar protegendo os mais fracos.”. Para tanto, se faz necessário dialogar com o campo da justiça ambiental e obter apoio de atores sociais que possam auxiliar na concretização desta.

Localizar o conceito de justiça ambiental por nós adotados é essencial para discussão do recorte desta pesquisa no que tange aos processos discriminatórios e invisibilizadores ocorridos nos bairros da Grama e Reassentamento 21.

2.4 ENTREVISTAS E SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Por se tratar de uma pesquisa que utiliza o método da história oral, selecionamos a técnica de entrevistas abertas. A técnica de entrevistas abertas ou em profundidade é aquela “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (MINAYO *et al.*, 2013; p. 64-66). As entrevistas abertas podem propiciar um conteúdo rico que não seria possível observar numa outra modalidade; elas podem evidenciar conflitos e conhecimento sobre o objeto de estudo que não tinham sido cogitados.

Em conjunto com as entrevistas foi feita a observação participante, uma vez que a captura daquilo que é falado não é o bastante para descrever o espaço social da pesquisa. Além disso, a observação participante permite que o pesquisador fique livre de julgamentos e possibilita melhor entendimento do grupo, permitindo que novos questionamentos sejam formulados e que algumas perguntas consideradas irrelevantes deixem o roteiro (MINAYO *et al.*, 2013; p.70-71)

Cabe ressaltar ainda que cada entrevistado recebeu um documento de apresentação desta pesquisa, e com informações importantes para os procedimentos de concessão de entrevistas, com garantia de anonimato, por exemplo.

A técnica de amostragem utilizada foi *snowball* (BIERNACKI; WALDORF, 1981) que consiste em definir um primeiro informante que indicará um posteriormente e assim por diante. Essa técnica possibilita o desenho das redes de interações entre os grupos pesquisados. O número de

entrevistados não foi definido e foi utilizado o critério da exaustão, no entanto, o pouco disponível pode ser empecilho para o trabalho, uma vez que há ainda todo um processo posterior às entrevistas. Cabe expormos aqui que as pessoas indicadas por entrevistados não resultaram todas em entrevistas. No bairro Km 21 o contato inicial foi com moradores que já eram nossos conhecidos. As entrevistas foram feitas entre agosto e setembro de 2015.

Sempre iniciávamos as perguntas após as apresentações⁹ e esses rituais comuns desse tipo de trabalho de campo, pedindo que os entrevistados falassem sobre suas vidas, as coisas boas e ruins de antes da implantação do empreendimento, enquanto ocorriam as obras e após; que nos contassem como eram suas vidas, o que faziam, o que passaram a fazer, o que não podem fazer mais. Essa era nossa única fala comum para todos os entrevistados. No decorrer das entrevistas tentávamos aprofundar alguns assuntos ou trazer de volta para o tema, quando necessário. Para não ficar monótono e causar o desinteresse nos entrevistados, mantínhamos a entrevista como um diálogo, tentando tirar qualquer vestígio de interrogatório que pudesse abalar a confiança dos entrevistados. PORTELLI, em uma entrevista coletiva na Universidade Federal de Uberlândia fala sobre os assuntos proibidos com os entrevistados e aponta que essa relação é tênue e, portanto, deve ser cuidadosamente construída (ALMEIDA; KOURY, 2014).

No próximo capítulo explicaremos melhor como se desenrolaram as indicações dos entrevistados, pois junto com a explicação fazemos uma discussão entendendo essa teia como um dos resultados da nossa pesquisa. Todavia, precisamos explicar como nomeamos os entrevistados, utilizamos para todos a inicial “E”, referente ao termo “entrevistado” e um número associado às letras que seguiu a ordem do nosso trabalho de análise. Prestes a encerrar nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de fazer algumas perguntas a um ex-morador através de conversa por *e-mail*, dessa forma, demos a ele a nomenclatura EE com o segundo “E” sendo relacionado à palavra *e-mail*. Além disso, por não ser uma fonte oral, não poderíamos analisar da mesma forma que fizemos com as outras entrevistas, portanto, essas respostas nos serviram para corroborar algumas respostas e tornar mais rica a discussão. As perguntas feitas e respostas do entrevistado se encontram na íntegra no ANEXO 6.

⁹ É importante salientar que o momento da apresentação foi crucial em todas as entrevistas. Nem com toda a simpatia é possível deixar o entrevistado confortável e seguro. Para tanto, além da apresentação pessoal e acadêmica da entrevistadora e dos objetivos dessa pesquisa, mostrar aos entrevistados que eles se relacionavam com pessoas que a entrevistadora também tinha proximidade e a indicação de outros entrevistados através da técnica *snowball* foram cruciais para conseguir a confiança dos participantes

A forma de nos expressarmos oralmente é, quase sempre, distante da forma escrita: acreditamos que exibir aqui as falas dos entrevistados sem qualquer tipo de tratamento poderia expor essas pessoas a uma situação desagradável. Diante disso, tivemos o cuidado de deixar as falas mais dinâmicas, retirando os possíveis vícios da fala. Esse tratamento é considerado, inclusive, um respeito à contribuição sem tamanho dos entrevistados. Ao ser questionado sobre o manejo das falas, PORTELLI comenta:

Porém, não tenho medo de manejar o testemunho, porque o que é importante é realizar um texto que aproxime o leitor, o mais possível, à experiência do diálogo que encontramos no trabalho de campo. Ou seja, que este texto renda, a quem o lê, algo da experiência do encontro entre historiador e testemunho. Então, a reprodução exata e passiva da transcrição da fita, frequentemente, não é a mais fiel, porque vai interferir com a qualidade do relato. Um discurso oral muito envolvente, se é transcrito exatamente, palavra por palavra sobre uma página, torna-se algo que não se pode ler. Assim, não é fiel, porque não se pode ler a experiência que está contida nesse relato extraordinário. Há que se preservar a qualidade da experiência e basicamente a qualidade de performance: o fato é que os entrevistados, todos nós, quando falamos oralmente (eu mesmo, agora), estamos buscando as palavras e estamos construindo o que queremos dizer ao mesmo tempo em que o dizemos, ou seja, “tateamos”, e algo disso deve permanecer no texto escrito, mas não na mesma dimensão nem na mesma quantidade do que é possível e aceitável oralmente (ALMEIDA; KOURY, 2014).

CAPÍTULO 3

QUANDO A ORALIDADE EXTRAVASA: A HISTÓRIA ORAL PARA RESGATAR AS VOZES DOS QUE FICARAM

Neste capítulo abordaremos as entrevistas feitas nos bairros Reassentamento 21 e Grama, localizados no município de Três Rios-RJ. Como foi mencionado anteriormente, esses bairros foram atingidos pelo empreendimento da empresa Furnas S/A, AHE Simplício – Queda Única. A intervenção no local iniciou no ano de 2007 e os deslocamentos dos moradores ocorreram a partir de 2009 (VANTINE, 2010).

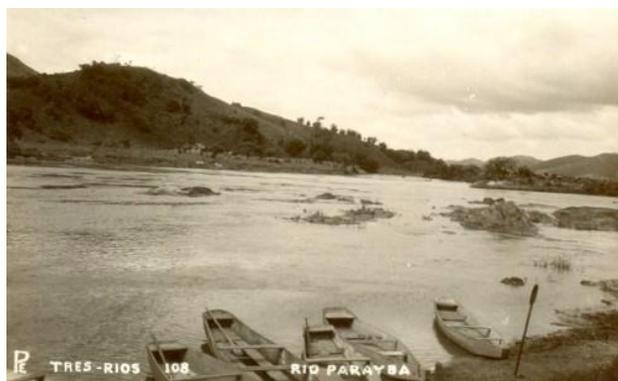


Figura 15. Foto da vista do rio Paraíba do Sul em Três Rios.

Fonte: Jorge A. Ferreira Jr. ([s.d.]).

3.1 BOLA DE NEVE: ANALISANDO AS REDES DE INTERAÇÃO ATRAVÉS DA TÉCNICA *SNOWBALL*

A necessidade desse subtítulo surgiu em uma tentativa de compreensão dos processos sociais que configuraram e continuam fazendo parte do recorte estudado. Neste estudo de caso nos deparamos com dois bairros que, apesar da proximidade, fizeram movimentos diferentes durante o evento que aqui vimos (a implantação do AHE Simplício).

Ambos os bairros compartilham costumes e há uma certa semelhança entre as histórias e apelos. Por outro lado, a identificação dos moradores da Grama como um grupo é um domínio não

experimentado pelo Reassentamento 21. Ainda que tenhamos ouvido quatro moradores de três famílias diferentes neste último, e esta parcela é pequena se considerarmos o universo de famílias ali residentes; no entanto, as E6 e E7 fazem parte da família com o maior número de moradores da vila e, mesmo assim, não foi identificado o caráter união comunitária. No bairro da Grama entrevistamos três pessoas nos termos da HO e um ex-morador com um questionário nada ambicioso: foram abrangidas três diferentes famílias. Todos eles deixaram à vista a identidade comunitária que os une.

Não queremos julgar a organização social dos residentes de ambos os bairros, contudo, temos de explorar esses laços, inclusive, por termos escolhido a técnica *snowball* para seleção dos entrevistados.

Falaremos agora sobre como entramos em contato com os moradores entrevistados. Começamos pela Grama.

Nosso contato com os moradores da Grama não se iniciou por indicação de nenhum outro entrevistado. Por motivos de falta de comunicação entre os residentes dos dois bairros, tivemos que iniciar uma nova “bola de neve”. A pessoa que nos indicou o primeiro contato da Grama é uma secretária do Colégio República do Líbano que funciona fora da sede (que está localizada no distrito de Anta, em Sapucaia) na Escola Municipal Guilhermina Guinle, em Bemposta. Solicitamos ajuda a essa funcionária que entrou em contato com um dos alunos: o adolescente forneceu o número do telefone da sua mãe (E3). A E3 aceitou participar da nossa pesquisa e indicou a sua mãe (E4). Deixamos a escolha da data e do local a cargo da E3 que deu preferência a uma entrevista em sua própria casa com a presença da E4. Aceitamos a solicitação e, portanto, foram entrevistas simultâneas. Pudemos avaliar esse formato de duas formas: um ponto negativo foi a condução de uma das participantes enquanto a outra comentava as respostas da primeira, apesar de ter dado relatos de sua história, a E4 foi mais tímida enquanto a E3 dominou a entrevista; contudo, o ponto positivo é que o assunto nunca findava, às vezes se repetiam as mesmas coisas, mas elas se completavam no discurso e por vezes traziam mais fatos para o relato daquela que estava com a voz no momento.

As E3 e E4 indicaram outras sete pessoas. O correto seria que nos indicassem um nome e desse conseguiríamos a indicação de outro e assim por diante. Porém, elas nos alertaram sobre a dificuldade de encontrar as pessoas no bairro e fora dele: no primeiro caso por conta do distanciamento entre as casas que faz com que tenham menos contato atualmente e porque poucos têm telefone, inclusive celular, na localidade, o que prejudicaria nosso acesso a eles; no segundo caso o motivo é que, como exaustivamente pontuamos neste capítulo, as pessoas têm muito pouco contato

com os que se mudaram do bairro, sendo assim, elas poderiam me dar nomes, no entanto, não saberiam se conseguiríamos encontrá-los. Dos indicados conseguimos falar com três: um morador do bairro que trabalha em Bemposta (E5), um ex-morador residente na zona urbana de Três Rios (EE) e um ex-morador que atualmente está em Bemposta. Falaremos a seguir dos E5 e EE, no momento nos focaremos em expor os motivos do ex-morador residente em Bemposta. O acesso a ele foi fácil, ele nos atendeu e disse que teria prazer em nos conceder a entrevista, havia, contudo, o problema de disponibilidade dele, uma vez que este senhor é dono de uma pequena padaria em Bemposta e trabalha sozinho das 5h da manhã até às 20h. Ele nos disse também que o pouco tempo que tem fora do trabalho está sempre muito cansado e que, se não conseguíssemos mais ninguém, para voltar a entrar em contato que ele tentaria nos ceder algum tempo enquanto estivesse fazendo suas tarefas. Achamos por bem respeitar a labuta desse senhor, e não voltamos a solicitar entrevista por este motivo e pelo fato de que ele nos receberia em seu trabalho e não poderia dedicar o tempo que ali estaríamos apenas com a entrevista, o que ocasionaria inúmeras interrupções e descontinuidades, afetando a qualidade do relato.

Em relação ao E5, fizemos contato com ele pelo telefone comercial. Ele aceitou nos receber e foi agendada uma entrevista em seu local de trabalho, porém, tivemos que remarcar. Após alguns problemas com a disponibilidade do entrevistado, conseguimos, finalmente, definir data, hora e local para fazer a entrevista. Nos encontramos em seu trabalho e esta entrevista é marcada pelo pouco tempo disponível e pelo relato sólido e direto do entrevistado. Pouco tempo de entrevista, cerca de 30 minutos, nos rendeu quase dez páginas de transcrição. Foi um relato muito rico que nos possibilitou ter melhor entendimento da situação que viviam e do dano sofrido coletivamente pela comunidade. Porém, esta foi uma conversa marcada também pela timidez e pela condução retilínea do entrevistado. Ele nos indicou mais uma pessoa, mas quando localizamos o indicado já não havia tempo hábil para prosseguir com a entrevista e a análise que haveria de ser feita desta.

O primeiro contato com o EE aconteceu por *e-mail*: conseguimos o endereço com a pesquisadora que citamos anteriormente. Ele nos respondeu após sete meses e, por motivo de trabalho, não teria tempo disponível em data próxima, mas que poderia responder à algumas questões se fosse possível fazê-lo por e-mail (ANEXO 6). Aproveitamos a oportunidade para fazer algumas perguntas e cabe reforçar aqui que este modelo não está avaliado dentro dos ditames da HO, contudo, suas respostas nos auxiliaram no complemento dos relatos dos outros entrevistados trazidos.

No Reassentamento 21 o contato também foi iniciado por indicação da secretária do Colégio Estadual República do Líbano, que nos indicou uma moça e, após pedir a permissão desta, nos concedeu seu número de telefone. Foram diversas as nossas conversas com a moça e agendamos algumas vezes a data, horário e local para entrevista. Contudo, não tivemos sucesso. Também tínhamos o conhecimento do endereço de dois ex-moradores do bairro que tiveram que se mudar para outras localidades. Ambos aceitaram participar da pesquisa e prosseguimos com os trâmites de agendamento das entrevistas. Uma dessas pessoas não nos respondeu mais depois de ter sido agendado o encontro e o outro não nos atendeu quando chegamos à sua casa para entrevista-lo.

Naquela localidade conhecíamos duas moradoras (E1 e E2), e entramos em contato por telefone para saber se gostariam de contribuir com nossa pesquisa. Não nos direcionamos a elas inicialmente, pois já havíamos entrevistado as duas na entrevista feita para pesquisadora que contou com nossa ajuda em seu trabalho. Elas aceitaram participar e nos receberam na casa da E1. Foi uma entrevista que durou cerca de duas horas, no entanto, parte desse tempo foi dedicado a outros assuntos que nada tinham a ver com esta pesquisa. Isso se deu porque diversos familiares das E1 e E2 vieram visita-las e isso acabou dificultando a finalização das entrevistas. Elas disseram que não poderiam indicar ninguém por falta de contato com os moradores da vila, que por ali as pessoas pouco se relacionavam, apesar de se conhecerem e ter no bairro um ambiente amigável e tranquilo.

O contato com as E6 e E7 foi estabelecido em uma saída de campo piloto, quando pretendíamos verificar hipóteses e angariar conhecimento sobre a região atingida pelo Complexo Simplício (MAXWELL, 1998, p. 79). Estas entrevistas foram adicionadas à nossa discussão por ter trazido elementos relevantes que enriqueceram a análise. Apesar de ter os números 6 e 7 para identificação, estas foram as primeiras entrevistas feitas por nós. Assim como as E1 e E2, as entrevistadas já não haviam indicado outros moradores naquela ocasião.

Após explorar o circuito que fizemos para obter as histórias que expostas, podemos fazer uma breve análise das redes de interação que dominam ambos os bairros. MAXWELL (1998, p. 87) aborda a questão da amostragem em pesquisas sociais qualitativas, e afirma que diferentes amostras revelam diferentes aspectos, sendo assim, amostras homogêneas dão peso aos dados, mas não são conclusivas; ao passo que amostras mais heterogêneas possibilitam várias conclusões, contudo, os dados não costumam ser fortalecidos com outros. Ainda assim, é possível em ambos os casos analisar suas relações e dependência entre os participantes da pesquisa. A técnica *snowball* nos possibilita desenhar

as redes de interação estabelecidas entre os participantes e permite identificar o âmbito social que as permitiu nascer (BIERNACKI; WALDORF, 1981, p. 160).

Dessa forma, notamos que há uma grande e forte rede de interação no bairro da Grama que pode ser percebida em vários elementos: as inúmeras indicações das E3 e E4 e pela indicação do E5, ainda que não tenhamos conseguido falar com algumas pessoas e proceder com as entrevistas, pudemos identificar o relacionamento com outros entes; na união da comunidade para enfrentar problemas antigos e contemporâneos; e nos discursos carregados de referências ao lugar, ao grupo e, mais importante, por se reconhecerem como um grupo único, ainda que não neguem as diferenças individuais, o sentimento de coletividade constantemente evocado por eles deixa ainda mais clara essa rede de interações no bairro da grama.

Por outro lado, no Reassentamento 21 não conseguimos identificar redes de interações. Não consideraremos aqui os laços familiares como correntes da rede pois, como demonstramos ao longo deste capítulo, ainda que fragilizados nos dois bairros, os laços familiares existem e persistem. Contudo, daquilo que pudemos apreender, as interações no Reassentamento 21 não são fortes o bastante para estabelecer correntes as interligando. Apesar disso, as relações mais superficiais de vizinhança e bons costumes existe e mantém a tranquilidade entre os moradores dali.

3.2 O REASSENTAMENTO 21

Os moradores do antigo bairro Km 21 foram atingidos tanto pela inundação da área em que foi instalado o reservatório principal do Complexo S mpl cio, quanto pela mudança do trajeto da Rodovia Lúcio BR-393, conhecida também por antiga Rio-Bahia. O local é uma tradicional parada de caminhoneiros, e este trânsito aquece um pouco o comércio do lugar. Há de se esclarecer que o único comércio nesta região, além do posto de combustíveis,   uma pequena venda nos arredores da paragem. Atrás do posto está localizada a vila que recebeu o nome de Reassentamento Bairro 21 (FIGURA 16), com 22 casas, uma escola, que está fora de funcionamento e uma igreja. De acordo com o *Termo de Entrega das Chaves e Permissão de Uso do Imóvel* (ANEXO 7) disponibilizado para consulta por uma das entrevistadas, o imóvel tem 360 m² e a constru o com dois quartos tem 76 m². Alguns outros moradores receberam casas com três quartos, e estes devem ter tamanho diferente do

prédio, contudo, pelo que pudemos observar, as moradias e seus respectivos terrenos têm tamanhos muito aproximados.

As casas têm varandas e espaço para jardim e estacionamento de um veículo na frente. É possível ver que poucos são os jardins cultivados, aspecto curioso, uma vez que os moradores que ali vivem tinham o costume de plantar e, inclusive, foram indenizados por árvores frutíferas e hortas que plantaram em seus quintais antigos, assim como por suas criações de animais, antes da remoção para o novo local.

Em algumas casas era possível notar que o terreno havia sido mexido, com covas no chão, como se fossem plantar algo. Noutros poucos percebemos uma grama rala e seca tentando cobrir o solo. Umhas três casas tinham alguma vegetação no solo e, coincidentemente, estavam alinhadas lado a lado. Uma das casas exibia um jardim muito verde, com cerca-viva florida, mesmo estando no inverno. Esse exercício de descrever o ambiente em que fomos é necessário para que possam entender como os modos de vida se modificaram.

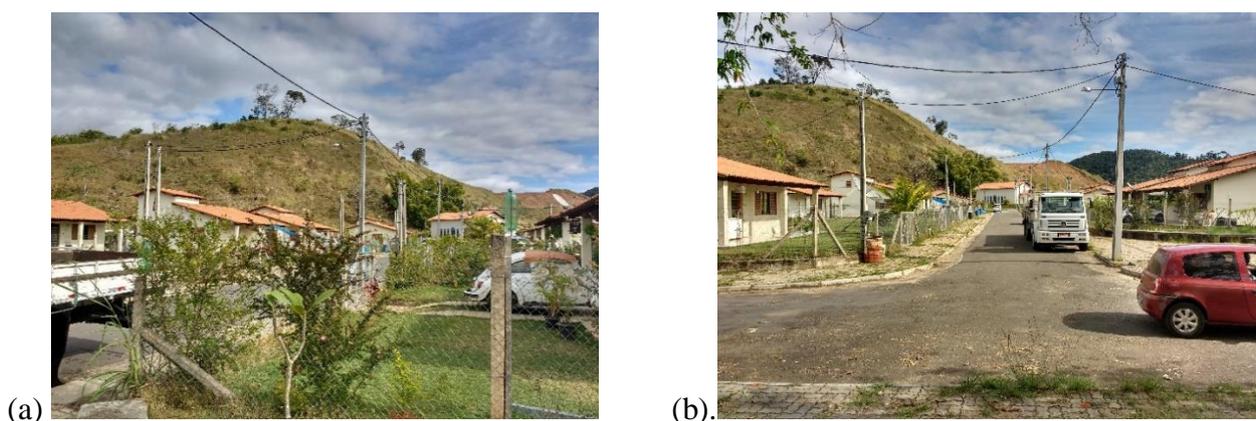


Figura 16. (a) Vista do quintal de uma das residências do Reassentamento 21; (b) Vista geral do Reassentamento 21.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

As subseções 3.1.1 e 3.2.1 abordaram as entrevistas feitas com 4 pessoas que serão tratadas pela letra “E” referente ao termo entrevistada (o) e um número que os identifica nesta pesquisa para assegurar o anonimato celebrado nos termos de consentimento assinados pelos participantes. Essas entrevistadas representam duas famílias que vivem no local: a E1 e E2 são parentes e vivem em casas separadas, além disso, não têm mais relações de parentesco com o restante dos moradores, elas vivem ali há seis e 22 anos, respectivamente; as E6 e E7 vivem na mesma casa e compartilham parentesco com grande parte dos moradores da vila. Essas últimas moravam na ADA há alguns anos antes e posteriormente, quando ficaram sabendo do AHE Simplício, se deslocaram para um local nos

arredores e voltaram para vila após o que chamaram de “negociação” entre o proprietário da Cerâmica Porto Velho e o “pessoal de Furnas”. Elas vivem na região há cerca de sete anos, embora tenham se mudado três vezes dentro da região atingida.

Ao perguntar às E 1 e E2 sobre a relação com os vizinhos antes e depois, ambas disseram que não mudou muita coisa para elas. A E1 completa: “Para mim acho que não mudou nada, não. Eu só vivo dentro de casa mesmo. Aí, para mim não mudou nada, eu continuo na mesma.”.

As moradoras E6 e E7, ao contrário, têm relações estreitas com outros moradores da vila. Elas relataram que, mesmo quando não moravam na ADA, estavam em contato com as pessoas dali, com visitas frequentes porque “é tudo família”, diz a E7. Perguntamos se não tinham vontade de morar em outro lugar e a E6 diz que vivem ali porque o marido quis ficar perto dos pais, no entanto, da forma que está agora, ela considera que não é mais um lugar bom para morar. Porém, ela diz que gostava de morar na região antes e continua: “A gente sempre preferiu ficar aqui, mesmo porque a cidade a gente não...”, e abaixa a cabeça fazendo sinal de negação. Como veremos mais à frente, muitas dessas pessoas mantinham um modo de vida com poucas possibilidades de reprodução na cidade.

3.1.1 A promessa travestida de benfeitoria se revela

Como dito anteriormente, as pessoas que foram atingidas pelo AHE Simplício – Queda Única têm um estilo de vida muito simples, estão acostumadas a viver uma vida sem luxos ou, sequer, o básico que deveria ser provido pelo poder público, como os serviços de saúde, educação, transporte e segurança. Discutiremos nesta seção, baseados nos relatos dos moradores, como a promessa dos representantes de Furnas de que tudo ficaria melhor acabou se traduzindo na realidade cotidiana desses moradores.

A pergunta inicial que devemos nos fazer é: o que “tudo vai melhorar” significava para os técnicos de Furnas que reproduziram incessantemente esse discurso?

Após levantarmos essa questão, nos cabe pensar em outras que surgem por consequência: Como eles poderiam saber o que esse discurso significava para os moradores atingidos se não os

ouviram de verdade? Como eles entenderiam essas pessoas e poderiam propor algo realmente relevante se deixaram de fora, inclusive do PEA, esses moradores deslocados, isolados?

Ao fazermos a pergunta inicial, a E1 e a E2 dizem:

A vantagem que teve é que a gente mudou para cá e aqui a gente não paga aluguel, né. E para falar nisso, nem a folha, o documento da casa... os documentos ainda nem saiu para a gente pagar, né. Eles ainda estão pagando. Certo que eles estão ainda em dúvida se vão tirar a gente ou não. Por isso que achamos ainda que eles vão tirar a gente daqui. (E1)

Apesar da diferença do aluguel, né? [...] agora dizem que é nosso, né?! Apesar de que a gente não pode fazer o que quer. Às vezes a gente quer fazer uma coisa e eles dizem que não pode fazer. Quer dizer... melhorou e piorou. Antes a gente pagava aluguel e não pagava água e esgoto. Não mudou muita coisa, não. O que a gente gasta de água aqui... a gente usando ou não usando a gente paga 60 [reais]. Aí, quando a gente gasta um pouco [a mais] dá mais que um aluguel se a gente tivesse pagando um aluguel. Aí não mudou muita coisa. (E2)

Algumas questões devem ser observadas nesses depoimentos: o clima de dúvidas em que eles vivem e gastos novos que não faziam parte das contas desses moradores e que foram incorporados com o deslocamento para a vila.

A expectativa que obras como as do AHE Simplício gera o início de forte boataria que rodeia as comunidades próximas. Essa expectativa deve ser vista sempre pelo lado negativo, pois mesmo quando é uma esperança de que algo melhore, as pessoas tomam atitudes derivadas dos rumores. Um exemplo do que ocorreu na região do empreendimento antes do início das obras foi que o mercado imobiliário supervalorizou os preços praticados na região. Além disso, a mão-de-obra da construção civil local também teve aumentos estratosféricos como relatou VANTINE (2010, p. 41) em suas investigações na região.



Figura 17. Notícia veiculada no Jornal Entre-Rios em 11 de março de 2005.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

Dos boatos que surgiram, o que mais assola os moradores da vila é o que talvez tenham que deixar novamente a região porque o tamanho do reservatório é pequeno. Segundo a E2, os rumores são de que Furnas terá que aumentar a área alagada ou aprofundar o reservatório; no caso disso acontecer, mudariam o trajeto da estrada novamente, retirando não apenas os moradores da vila, como também os que ainda resistem no bairro da Grama. Nesse cenário, os atingidos não receberiam casas construídas pela empresa, apenas indenizações para buscar uma residência em outra localidade. Partindo do pressuposto de que isso não tem fundamento, ainda assim é uma situação incômoda que deixa os moradores em estado constante de alerta e medo. Isso é possível compreender nos relatos a seguir:

Isso é muito chato, né?! Porque você nunca tem certeza de nada. Um fala uma coisa, pergunta para outra pessoa e fala outra. É chato... porque a gente não tem certeza se vai ou se não vai... eu, por exemplo, apesar de tudo, eu não queria sair daqui. Não queria mudar de novo (E2).

Nem eu. Falei: graças a Deus, essa vai ser a última mudança que eu ia fazer (E1).

O pessoal ainda fala que isso aqui vai acabar de novo (E6).

Além dos rumores, os moradores da vila contaram que o período de espera pela entrega das casas foi agonizante. Perguntada sobre a esperança de que as promessas fossem cumpridas, a E6 relatou que “demorou muito. E sempre dava um prazo para entrega. Chegava aqui no prazo, aí dava

mais um prazo para frente”. Quando foram entregues as casas, as construções eram completamente diferentes daquilo que havia sido apresentado (E1; E2; E6; E7).

As moradoras E1 e E2 falaram que além da diferença entre o que foi apresentado no papel e o que foi feito, eles não podem fazer modificações no imóvel. No entanto, elas fizeram benfeitorias no telhado, colocando forro, já que todas as casas foram feitas sem lajes e nas residências dessas moradoras estava entrando água pela cobertura; “minha chovia muito aqui na sala. Aí depois que colocou a calha e o forro que parou um pouco. Porque aí a água que bate e escorre e não vem para cá”, disse a E1 e logo completa a E2: “apesar [de] lá a casa ser bem velhinha, não chovia tanto igual chove [dentro dessa] aqui”. De acordo com o *Termo de Entrega das Chaves e Permissão de Uso do Imóvel* (ANEXO 7), os moradores só podem fazer modificações nos imóveis mediante autorização prévia de Furnas. Essa é uma questão compreensível, uma vez que a área ainda está em processo de regularização junto aos órgãos públicos locais. Porém, ao desconsiderar as particularidades de cada família e apresentar um projeto fechado e ao descumprir as promessas feitas e consagradas no projeto apresentado aos moradores, Furnas teve uma atuação negligente diante dos moradores.

SEVÁ FILHO (2013, p. 242) fala que o início de projetos hidrelétricos é tomado por uma espécie de “peste moral” que é

a boataria deliberada, em parte incontrolável, sobre as indenizações e preços de aquisição de glebas de terras e de benfeitorias, sobre o licenciamento, sobre as possíveis compensações. Ocorre uma transformação radical, vivida também em outros locais e em outros tempos da história, expressa por uma sequência na qual podemos entrever a acumulação primitiva capitalista; um tipo de espasmo rápido e intenso que perdura por vários anos no caso de obras menores e por uma ou duas décadas no caso das maiores

Em relação aos gastos que esses moradores passaram a ter¹⁰, é importante pensar também na qualidade do serviço que os atendem. Todas as entrevistadas desse bairro relataram que a água é utilizada com ressalvas: utilizam apenas para lavar roupas, fazer a limpeza da casa e tomar banho; para consumo e preparo de alimentos, elas consideram que é imprópria pela quantidade excessiva de cloro. (E1; E2; E6; E7). Segundo a E2, a água tem tanto cloro que mancha os azulejos, tem cor de ferrugem e às vezes está com consistência de detergente para lavar louças. Ela ainda explicou que está sempre enviando amostras de água para ser feita a análise na empresa responsável pela distribuição, eles analisam e dizem que tem algo alterado e melhora por uns dois dias, depois fica tudo como estava. A E1 ainda adicionou: “a água tem cheiro de carrapato. ”.

¹⁰ Esse assunto será abordado na subseção 3.1.2, quando trataremos da questão da relação dos moradores com a terra.

As moradoras E6 e E7 comentaram sobre um episódio que ocorreu pouco depois de se mudarem: elas falaram que ao lavar o arroz, ele ficou verde e que a panela de pressão explodiu, manchando a parede toda de verde. O feijão continuava cru.

Além da água disponibilizada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios (SAAETRI) (FIGURA 18), num terreno um pouco mais elevado do que a vila há uma nascente e a proprietária havia proibido que os moradores da vila fizessem uso da mesma. Porém, após negociações ela permitiu acesso a esse corpo hídrico a um custo de 15 reais por mês (E1; E2).



Figura 18. Ao fundo, caixa d'água para distribuição nos imóveis do Reassentamento 21.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

A E7 apontou: “essa água nem precisava de colocar cloro porque é água de mina. ”; ao que a E6 diz que tiveram alergia na pele por conta do cloro e completou: “Estamos acostumados com água de mina para chuveiro, para tudo. ”.

O caráter relevante nesses depoimentos é no que concerne à relação dessas pessoas com o meio físico e biológico que foi alterada. A certeza deles de que toda água que vem de fontes naturais está em condições de consumo revela muito do vínculo íntimo entre eles e a terra em que vivem (LASCHEFSKI, 2011b, p. 46–47).

Como foi descrito, a vila tem casas, um prédio para uso religioso e um prédio escolar que não está sendo utilizado. Há uma praçinha ao lado do prédio da escola. Fora da vila tem um posto de gasolina e uma paragem de caminhoneiros, bem como uma borracharia, uma lanchonete e uma pequena mercearia. Do outro lado da BR-393, há um parquinho instalado por Furnas. A E2 disse que

ninguém costuma brincar no parquinho porque é perigoso atravessar as pistas¹¹ e o local se tornou ponto de uso de drogas por passantes. Ela disse também que a praça é praticamente inutilizada porque além da falta de vegetação que proteja o local e os moradores do sol, a fossa sanitária da vila encontra-se exatamente embaixo da praça (FIGURA 19).

Vem um caminhão aqui para retirar. Tem uma fossa ali. Inclusive, é no meio da praça. É... como é que se diz ? Cartão postal: fossa no meio da praça (muitos risos). Quando a maquininha (máquina para limpar fossas) começa a bater lá, se tiver alguém almoçando para na hora porque ninguém aguenta o fedor. É ali na praça. Logo depois da minha casa. [...] E depois que a gente está morando aqui, esse caminhão só veio aqui umas duas ou três vezes, se veio (E2).



Figura 19. (a) Praça do Reassentamento 21; (b) tampa de esgoto localizada no meio da praça; (c) Estrutura exterior da fossa do Reassentamento 21 nos fundos da praça.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

Ao questionarmos às E6 e E7 sobre o lazer dos moradores do local, elas riram bastante e a E7 diz: “Ah... de dia, às vezes, a gente vai para rua jogar bola. ”. A E6 completou que alguns moradores

¹¹ O parquinho citado não está próximo às casas da vila (FIGURA 16). A empresa Furnas o instalou do outro lado das pistas de rodagem, e isso dificulta o acesso das crianças da vila aos brinquedos. Além disso, não há nenhuma residência próxima daquele lado em que o parquinho se encontra, visto que este espaço está localizado à margem do rio Paraíba do Sul e os moradores que ali viviam agora estão na vila ou foram para outro local.

se juntam e sentam no meio fio na rua para conversarem nos dias de verão; mas no inverno quase ninguém sai de casa. Também falou da promessa da prefeitura de construir no local uma quadra para uso dos moradores das proximidades, isso foi prometido há alguns anos e até o momento do fechamento deste trabalho não havia qualquer indício de que algo seria feito. Elas ainda lembraram do Priscila's Bar, comércio que movimentava a vida dos moradores antes das remoções. Elas relataram que ficava muito agitada a noite nas proximidades do bar que era o ponto de encontro local. A E7 ainda comentou que antes tinha mais moradores no bairro e que isso também movimentava as noites e finais de semana. De acordo com o 3º relatório anual do AHE Simplício, para Três Rios estavam previstas quatro benfeitorias culturais e de lazer: os ancoradouros Km 21, da Cerâmica e do Parque Municipal, e uma biblioteca (FURNAS, 2015, p. 193). Tanto o ancoradouro do Parque Municipal e a Biblioteca, que fica no mesmo local, estão localizados no Centro de Três Rios e, como veremos adiante, os moradores do Reassentamento 21 - e posteriormente os da Grama - não têm transporte público que os facilite a locomoção. Dessa forma, as únicas benfeitorias trazidas para a localidade no tocante à cultural e ao lazer são os dois decks citados que, de acordo com os relatos, se tornaram pontos de uso de entorpecentes e só podem ser utilizados à luz do dia, pois nem iluminação elétrica eles têm.

A displicência com os modos de vida locais evidencia a frieza dos EIAs que, no geral, tratam os moradores de áreas atingidas como números e ignoram a relação social existente entre eles. Dessa forma, o Reassentamento 21 é o retrato desta afirmação: seus locais coletivos são um *playground* próximo ao ancoradouro Km 21 que não pode ser utilizado pelas crianças dado o perigo para chegar até ele (FIGURA 20), e uma praça fétida. A cegueira dos órgãos licenciadores e dos empreendimentos em ver mais do que números é o que reproduz essa condição de melhoria para reassentados que passaram a se tornar proprietários (TEIXEIRA, 2011, p. 140–141).

Os residentes do bairro viviam em uma área muito verde, com extensos quintais para crianças brincarem, criar animais e manter as plantações para consumo próprio. A disposição espacial e os mecanismos presentes para o momento de lazer dessas famílias estão restritos a um parque inacessível para essas crianças e uma praça inabitável para quem lá vive. Não há espaços para manifestação da infância das crianças da localidade nos moldes anteriores. A maior parte das crianças do local conheceu outra realidade, brincou de uma forma que foi escolhida pelos responsáveis.

Eu não me acostumo aqui porque eu sempre morei em lugar silencioso. Sempre em canto, sem barulho, sem nada. Eu não me acostumo aqui de jeito nenhum. Dois anos aqui e eu não me acostumei ainda. O barulho da estrada incomoda

muito. À noite aqui a gente não consegue ouvir a televisão se não colocar no volume mais alto. À noite parece que o barulho aumenta mais (E6).

Lá era mais tranquilo, né? Não tinha tanto barulho (E7).



Figura 20. Vista do playground construído por Furnas e Reservatório de Anta.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

Em dado momento da nossa entrevista com as E1 e E2, a filha mais nova desta última chegou no cômodo em que estávamos e falávamos justamente do espaço em que eles viviam no momento. Perguntamos para menina de nove anos (à época) se ela gostava mais de morar ali ou se preferia a casa anterior. A menina permaneceu em silêncio e depois apontou para o lado oposto de onde estávamos. Perguntamos o porquê e ela disse que ali não tinha árvores e nenhum espaço para brincar, que ela não gostava de onde estava e sentia saudades. Salientamos que há quintal em todas as casas e isso não está sendo discutido. No entanto, não há o quintal que fora conhecido: não se vê árvores, não há sombra, não há frutas no galho mais alto para se pegar; não se tem várias espécies de bichos nos quintais, não se brinca com eles, não os alimentam, não fazem a higiene do criadouro deles, não se ensina mais aos filhos como cuidar dos animais; não há mais hortas para cuidar, para arar, para plantar, para colher, não se ensina mais aos filhos o que lhes foi ensinado pelos pais.

O entendimento do território enquanto recurso e não como parte da reprodução social, potencializa casos como o descrito no parágrafo anterior. Segundo TEIXEIRA (2011, p. 141), “não se trata apenas de ter um espaço físico disponível, mas da existência das condições sociais consideradas necessárias para a realização plena de uma família”.

Notamos que na maioria das casas da vila as cortinas cobrem não somente as janelas, como as portas também; quando não são cortinas, são adesivos escuros colados nas portas. Perguntamos para as E6 e E7 o porquê dos adesivos e elas responderam que era para tentar proteger a casa do sol, que os cômodos ficavam muito quentes e para dar um pouco mais de privacidade. “Aqui a gente não

tem privacidade nenhuma. Ali [a entrada da vila] ficou muito aberta e acessível. Andarilhos e pessoas estranhas entram na vila. Roubaram até a bicicleta da minha irmã. “, relatou a E7 que ainda apontou que, por conta do contrato com Furnas, eles só poderão fazer muros na casa depois de dez anos. A E6 adicionou: “Plantei uma cerca-viva aí para ver se tampa um pouco. Mas não sai de jeito nenhum. ”. Em sua tese de doutoramento, CÂMARA também identificou e pontuou a falta de privacidade experimentada pelos moradores do bairro Reassentamento 21 (CÂMARA, 2014, p. 250).

Os moradores do reassentamento 21 não têm disponível serviço público de saúde. Os locais com postos de saúde mais próximos são o bairro da Grama, o centro de Bemposta, o distrito de Anta ou no trecho urbano de Três Rios. No primeiro, o acesso é dificultado pela qualidade da via que leva ao bairro e pela inexistência de transporte público ao local, dessa forma, para chegar ao bairro é necessário que os moradores tenham um veículo ou que façam o caminho a pé; a estrada é íngreme, irregular e sem vegetação que possa proteger o transeunte do sol, além disso, os bairros vizinhos ficam a uma distância superior a 3 km. Ademais, às condições do acesso, o posto de saúde da Grama só tem atendimento médico disponível duas vezes por mês. Em Bemposta, Anta e Três Rios os problemas são similares. Para aqueles que não têm veículo próprio, chegar a qualquer um desses locais é necessário que se tenha transporte disponível do transporte público devido ao fato de que são muito distantes para fazer o trajeto caminhando. A filha da E2 fez uma brincadeira ao perguntarmos como faziam as pessoas que não tinham carro quando alguém precisava ir ao hospital numa emergência: “se tiver que morrer, morreu (!)”. Em seguida a mãe respondeu que era quase isso, que as pessoas pediam ajuda aos outros moradores em casos extremos. E aqui chegamos a um dos principais problemas do local: o transporte público. A empresa que atua na região é a Viação Progresso e além da linha urbana que percorre o trecho Três Rios – Bemposta e vice-versa, há a linha interestadual que faz o trajeto Além Paraíba – Três Rios e o contrário; está última linha de ônibus passa na BR-393 e, segundo relato dos moradores, “leva quando quer”. É muito comum os ônibus não atenderem à população da região, inclusive, é muito comum que não se tenha vagas nos ônibus para mais passageiros (CÂMARA, 2014, p. 226–227). Aliás, a passagem do trajeto urbano custa R\$ 1,75, enquanto o preço da passagem interurbana custa quase cinco reais.

Alguns problemas locais surgiram com a implantação da barragem, e isso é um fato. Porém, outro fato inegável das comunidades que ali vivem é que o poder público sempre foi o agente mais omissor na história da região. O Reassentamento 21 e o bairro da Grama são território trirriense e não dispõem de qualquer atenção dos órgãos públicos. Todos os moradores entrevistados falaram por diversas vezes da invisibilidade do local diante da atuação dos governos municipal que se sucederam.

Na época das eleições, eles falaram, os políticos que tiveram aqui, falaram que iam botar o [ônibus de] Bemposta para virar na Grama. E até hoje não foi nada feito. Então, Bemposta e Grama para eles não existe. Quer dizer, Grama e 21, no caso. Bemposta existe (E2).

Até para limpar a rua aqui eles só vêm na época das eleições (E7).

Aqui não vem ninguém, minha filha. Nem agente de saúde. Nada. Ninguém (E6)



Figura 21. (a) Frente do prédio escolar construído no Reassentamento 21; (b) interior da escola tomado pela vegetação.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

Apesar da escola construída na vila (FIGURA 21), as crianças dali sempre estudaram no bairro da Grama, no entanto, a configuração espacial era bem diferente do que se vê nos dias de hoje, e a escola era um lugar muito mais acessível. Atualmente, as crianças do Reassentamento 21 e do bairro vizinho têm de ir para Bemposta estudar, mesmo aqueles menores que ainda estão na educação infantil, sendo que antes isso acontecia apenas a partir da segunda fase do EF. A E2 tem uma filha que estava cursando o 4º ano do EF e disse que

A educação até piorou, né? Porque antes a gente tinha um colégio aqui [no bairro da Grama]. Hoje o colégio está ali estragando. As crianças têm que ir pra Bemposta. Então, nessa área também piorou. Eu preferia que fosse aqui porque é bem cansativo para ela também, né? E perigoso também. Às vezes a gente leva uns sustos [...]porque nunca chega no horário certo. Às vezes os ônibus quebram e eles vão levar todas as crianças de todos os lugares antes e não avisam. Então, para mim, piorou.

A E2 ainda relatou a situação da sua sobrinha de 16 anos. Segundo ela, a adolescente foi criada por ela e viveu com sua família até iniciar o ensino médio (EM), quando teve de se mudar para casa de sua mãe biológica por causa do transporte. Ela disse que teve que escolher entre deixar a sobrinha estudar no turno da noite em Bemposta ou em um colégio em Três Rios no período da manhã. Ao se decidirem pela segunda opção, a menina não poderia continuar ali por falta de transporte para escola,

visto que as linhas interestaduais não oferecem gratuidade para os alunos da rede pública de ensino. A adolescente, que estava presente há alguns minutos onde estava acontecendo essa entrevista, e a sua tia disseram que foi uma decisão difícil e que sempre que a menina pode ir ficar com a família que a criou ela vai.

Nesse caso vemos que a mão astuta que tenta desatar os laços afetivos e familiares é a do poder público com sua miopia que afeta a visualização das necessidades mais básicas dessas comunidades (TEIXEIRA, 2011, p. 144). Esse caso é, na opinião delas, até positivo, pois a menina tem onde ficar. Elas lamentaram por outros adolescentes que têm a vontade de ter a oportunidade de estudar em uma escola com melhor estrutura e têm cerceados o direito de escolha por uma insuficiência do poder público em prover o mínimo básico para todos que vivem em seu território.

Quase ao fim da entrevista com as E6 e E7 pedimos que dissessem as coisas boas e ruins de estar vivendo ali e, diante dessas respostas, que nos dissessem se consideravam melhor estar vivendo do Reassentamento 21; as duas fizeram silêncio durante uns segundos e começaram a rir e em seguida a E7 diz: “ah..., sei lá. Foi bom porque agora tem a casa própria, mas todo o resto era melhor antes”. A E6 afirmou que “[é] melhor agora... (silêncio por uns segundos) a casa é melhor, né? Mas o resto... (ela fez silêncio outra vez e balançou a cabeça com um sinal de negação). A gente vai levando, né?”. Perguntamos sobre o chamavam de resto e a E6 diz: “Ah, [tinha] mais liberdade”.

Ao finalizarmos este item avaliamos os relatos e considerações anteriores. “Tudo vai melhorar”, o discurso *brainwashing* dos técnicos que representavam Furnas, pelo que foi possível perceber até aqui, estava relacionado tão e somente à entrega de casas próprias e indenizações para pessoas que antes viviam do aluguel. Porém, a casa própria custa mais caro todos os meses do que pagar o aluguel: custa dinheiro, custa perda de qualidade nutricional, custa enclausuramento da infância, custa exposição excessiva, custa privacidade, custa a manutenção dos modos de vida locais.

Pudemos perceber, também, que os impactos gerados pelo AHE Simplício se misturaram à cegueira do poder público diante dessas famílias.

3.1.2 Nesse chão, tudo o que se planta, nada se colhe

No capítulo 1, item 1.1.1, descrevemos o município de Três Rios e localizamos o recorte desta pesquisa como pertencente à zona rural trirriense. Sabemos que nem todos os moradores das áreas rurais têm plantações e criações de animais de abate em suas propriedades; e, sabemos também, que isto não é exclusivo dessas regiões. Ainda assim, baseados naquilo que nos foi relatado e no que pudemos observar, grande parte dos moradores teve alguma prática relacionada ao uso da terra ou ainda insiste em manter algum vínculo com as habilidades desempenhadas no passado. Discutiremos nesta parte do trabalho os relatos dos entrevistados que rodearam essa questão.

Afirmamos no início do capítulo 3 que iniciávamos o circuito das entrevistas pedindo que os moradores relatassem como era a vida e como está agora; em resposta a esse pedido, ouvimos os seguintes depoimentos

Sinceramente, em relação a terreno, eu preferia lá de cima. Lá em cima tudo o que você plantava saía. Aqui não. Aqui você tem que tirar a terra, você tem que colocar uma outra terra, carregar de longe para colocar. Então, matéria de terreno, de terra, eu preferia lá em cima, [...] porque aqui a gente planta, mas não dá igual dava lá em cima (E2).

Não dá para ter horta por causa do espaço, da terra e por causa do sol. Fica muito difícil plantar porque precisa de sombra: hortaliças não gostam muito de sol. [...] Agora eu só tenho um garnisé, porque nem dá para ter mais do que isso (E6).

As moradoras entrevistadas deixaram explícito o desejo de manter a relação próxima que tinham com atividades ligadas à terra: a E6 fala que só tem um galináceo pois é o que consegue criar em espaço tão limitado, e a E2 fala do esforço que faz para continuar plantando. Na casa dessa última moradora e da E1, os jardins eram muito bem cuidados e coloridos, mesmo sendo um período de seca e inverno. No pequeno quintal atrás da casa a E2 conseguia manter ainda uma pequena horta e, em um momento que não estávamos gravando a entrevista, ela nos convidou para ver sua plantação: era um pequeno canteiro, com umas poucas hortaliças e uma goiabeira jovem que servia, também, de diversão para sua filha caçula. Enquanto tomávamos café na cozinha da casa da E1, elas falaram muito sobre como era a vida ali e a falta que sentiam de “sujar as mãos de terra para plantar e para colher” (E2). A E1 não lamentava estar vivendo ali pois, além de ter agora um imóvel próprio, tão sonhado, o terreno era plano e a casa ficava muito próxima da rua, quase no mesmo nível, o que facilitava as pequenas caminhadas com seu marido, que tem problemas de locomoção pois havia sofrido alguns acidentes vasculares cerebral (AVC) e passado por algumas cirurgias relacionadas a problemas circulatórios. Esses relatos foram anotados após o encontro com as entrevistadas citadas, porém, não pudemos anotar e jamais poderemos reproduzir o tom da voz da E2 ao dizer que sentia muita falta “do seu pedaço de terra boa”. Em um trecho do seu relato, a E2 disse:

Lá em cima eu podia criar mais bicho, aqui embaixo eu não posso. Não era nem para ter o que eu tenho ali, que é galinha, porque eles não queriam que colocasse bicho nenhum. Lá em cima eu criava porco, mas, aqui não pode. Então, em algumas coisas, piorou. Outras melhoraram, né?

As E6 e E7 também lembraram do quintal repleto de árvores, das criações de animais e das plantações. A E6 lembrou que as frutas e hortaliças que plantavam tinham um gosto muito bom, ao passo que a E7 relatou:

Minha mãe tinha um monte de bichos, né, mãe? A gente tinha criação de galinhas, de porcos. A gente tinha até peru. Tinha pato, coelho. A gente tinha um cachorro. Tinha um monte de árvores no quintal, tinha horta. A gente tinha até cana, né, mãe?

O que se questiona não é a mudança, mas a mudança forçada pela qual esses moradores passaram. O que questionamos aqui são os abusos ao exigir que essas famílias abrissem mão das formas de viver suas vidas que conheciam e não ter tratado com o mínimo cuidado a particularidade local (ZUCARELLI, 2011, p. 154). Não é e não era, muito menos, difícil de perceber que uma das características mais compartilhadas entre os moradores atingidos era justamente o vínculo com a terra. Ao escolher viver perto de onde viviam, essas famílias optaram por manter laços e costumes. Exigir que essas condições fossem protegidas não é uma tentativa de “barrar o desenvolvimento”, ao contrário, é uma forma de progredir respeitando os direitos dos cidadãos como assegurados em nossa constituição.

Se não bastasse a falta de espaço e baixa disponibilidade de nutrientes no solo que dificulta o plantio de qualquer planta (ACSELRAD; SILVA, 2011, p. 62), os moradores contam que o único comércio próximo para comprar mercadorias para o consumo do lar é uma pequena mercearia e que os preços praticados ali são abusivos. Em época de fazer compras de alimentos e outros produtos necessários, os moradores têm de se deslocar para localidades com mercados, o que exige utilização de transporte.

Devido a esse quadro, os moradores reclamam: “Agora a gente tem que comprar mais...” (E1). Segundo as E1 e E2, as compras do mês ficaram muito mais caras do que antigamente agora que não têm à disposição o espaço e as criações e plantações. Além disso, o cardápio ficou muito menos variado e de menor qualidade nutritiva.

Quando tratávamos com as E6 e E7 sobre este assunto, elas, claramente, não tinham percebido que o valor que gastavam com comida tinha aumentado em detrimento da ausência de produtos de consumo cultivados e criados pelos próprios moradores. Perguntamos se a conta do mercado e a

variedade de alimentos tinha sofrido variações e ambas afirmaram que havia ficado mais cara fazer compras e que a qualidade e sabor dos produtos comprados eram bem inferiores. Perguntamos se conseguiam informar os valores da diferença e ao responder a E7, com uma expressão facial surpresa afirmou: “está mais caro do que o aluguel”.

Não podemos afirmar se os moradores utilizavam em suas plantações defensivos agrícolas e aditivos químicos, ou se a carne consumida por eles de criação própria fazia uso de antibióticos e hormônios para acelerar o crescimento. O que nos chama a atenção e pode indicar que os alimentos produzidos por eles tinham qualidade superior, está no fato de que o sabor dos alimentos foi mencionado algumas vezes. Ao levarmos isso em consideração, temos que atentar também para a condição local da produção que onera estradas e tem embutido em seus preços todos os custos da produção, que encarece o produto.

Ainda assim, interpretar esta conjuntura apenas a partir de valores financeiros e utilização de defensivos agrícolas e hormônios animais é muito raso. Há algo anterior a todo este cenário que é justamente a abordagem que objetivamos nesta pesquisa: a manutenção da história, dos modos de vida dessas pessoas.

O impacto não é apenas no cardápio, no salário. Os impactos percebidos no salário e no cardápio cotidiano atingiram antes os modos de vida locais. Ao longo deste terceiro capítulo estamos versando sobre relatos soltos, sobre assuntos surgidos nas conversas com os moradores. No entanto, esses depoimentos todos formam parte de uma história, que é local, que é de muitos e de longa data. Ao relacionar as falas dos entrevistados com observações nossas e de outros autores, tentamos evitar senso comum pois temos um olhar acadêmico; contudo, para existir, a história dessa comunidade não precisa de autores renomados ou de pesquisadores de pós-graduação; para existir, eles só precisam continuar com suas vidas. O que tentamos aqui é através da expressão oral dessas pessoas mostrar um pouco do que são e de como o trajeto que seguiam foi desviado pelos interesses do capital que pouco sabe sobre produção para subsistência, tradição, laços afetivos, senso de comunidade.

Para que suas histórias existam, eles não precisam do nosso trabalho. No entanto, para conseguirem ultrapassar a barreira do íntimo e tornar visível suas histórias e mostrar a face dos invisibilizados, eles precisam se mostrar, e nisso podemos ajudar um pouco.

Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta,

ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente.

Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia (PORTELLI, 2010).

3.3 O BAIRRO DA GRAMA

O bairro da Grama, assim como o Reassentamento 21, foi afetado pela mudança no trajeto da BR-393 quanto pelo AHE Simplício. O bairro é muito conhecido nas redondezas por suas festas populares, de santos padroeiros. Grande parte do bairro sofreu com o alagamento do reservatório de Anta que forçou a relocação do trecho da rodovia Lúcio Meira que hoje passa aos pés da Grama; com isso “deixou de existir” após um açoitado de niveladoras e motosserras, o que ainda persiste é apenas parte do que se tinha antes.



Figura 22. (a) Entrada do Bairro da Grama e igreja ao fundo; (b) Vista de casa próxima à igreja no Bairro da Grama.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

Quem visita o bairro vê uma organização esparsa de casas, uma igreja católica numa área mais central e algumas poucas estradas de terra batida (FIGURA 22). A estrada de acesso ao bairro é

íngreme, com pavimento quase inexistente e muitas rochas aflorando ou soltas. Quase não se vê pessoas nas ruas e, em geral, os portões das casas estão sempre abertos com cachorros transitando por onde bem querem (FIGURA 23).



Figura 23. Costume local: casa localizada no Bairro da Grama.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

Os relatos mostram uma comunidade unida e resiliente, que poucas vezes falaram de si e, na maior parte do tempo usaram o pronome “nós” em referência aos moradores do local, além de termos ouvido inúmeras vezes a expressão “nossa gente”. Eles falaram no plural e são uma gente que age no plural.

Os moradores da Grama mostraram que, além dos fortes laços sociais e familiares que os unem, a relação com o meio é forte e muito próxima. Em determinada situação de contaminação do córrego que atravessa o bairro, os moradores se uniram para denunciar uma empresa de laticínios instalada no bairro, ainda que isso significasse perder os empregos que eram ofertados em um local com ofertas de emprego escassas. Os empregados da empresa perderam seus empregos, a empresa foi embargada, mas falaram com orgulho da conquista e não lamentaram os empregos idos.

Os moradores do bairro da Grama contam que todo mundo pescava, que era uma prática passada de uma geração para outra; que desbravar as matas ao redor era brincadeira comum; que a vida sempre foi simples, e também sempre foi boa; que as festas eram tarefas da comunidade, fossem elas de aniversários de crianças ou da igreja, todo mundo participava, inclusive, na organização. Eles falaram com muito sentimento de pertencimento, com orgulho na voz e tristeza, pois, como disse o EE, “o que fazia a localidade eram as pessoas que moravam lá. Sem elas o local nunca mais seria o mesmo. ”

Assim como procedemos ao falar sobre os moradores do Reassentamento 21, fizemos uma breve apresentação daquilo que foi observado e registrado nas entrevistas, na intenção de introduzir a realidade dessas pessoas que contribuíram com essa pesquisa. E, como fizemos nas outras entrevistas, após o contato inicial com os participantes, iniciamos as gravações pedindo que nos falassem como era a vida antes do AHE Simplício, como foi o período de implantação do mesmo e como está a vida agora.

Foram entrevistados três moradores do bairro da Grama. Uma das visitas ao local foi para encontrar com duas de nossas entrevistadas. O outro entrevistado nos concedeu entrevista em Bemposta. Além desses, um ex-morador do local respondeu ao nosso contato às vésperas do fechamento desta dissertação. Aproveitamos a oportunidade para fazer algumas perguntas e o contato foi feito via *email*. O ex-morador respondeu às perguntas e disponibilizamos, com o consentimento dele, a entrevista nos anexos (ANEXO 6). Ao longo da abordagem aos relatos dos moradores do bairro da Grama, eles serão identificados por E3, E4 e E5, além do ex-morador, que chamaremos de EE (entrevistado por *e-mail*).

3.2.1 A vida antes do Complexo Simplício

Vários são os motivos que levam pessoas, famílias inteiras, a descobrir novas formas de obter sustento, a se reinventarem: crises econômicas, guerras, perseguições políticas, violência, a fome, a pobreza, ou, simplesmente, a esperança por melhores condições. Em suma, é a necessidade, seja ela qual for, que mantém o ser humano em movimento. Essa roda de engrenagem que está sempre girando depende de outras engrenagens e, quando a engrenagem maior, leia-se capital, é barrada por outra roda do conjunto, esta deve ser movida à força. Esta breve metáfora não está apenas no mundo das ideias. Não. Ela é real e podemos vê-la em qualquer nível da vida humana, mesmo em sistemas não capitalistas.

O estudo de caso que nesta dissertação se apresenta corrobora a afirmação feita acima. Os moradores atingidos pelo AHE Simplício fazem parte de um grupo muito maior de pessoas que rodaram obedecendo ao bel-prazer do capital manipulador e aniquilante; e, assim como outros megaempreendimentos, o Complexo Simplício impôs suas vontades e dizimou a ordem local

(organização social e espacial, laços afetivos, costumes e práticas resistentes ao tempo) (SEVÁ-FILHO, 2013, p. 243). Para exemplificar essa característica podadora e nefasta do capital e a capacidade de resiliência anteriormente explanada, expomos a seguir dois relatos de dois entrevistados do bairro da Grama (um moradores e um ex-morador) ao abordar a necessidade de ajuste pela qual sua família passou:

O meu pai, na época do empreendimento, ele tinha um bar, ele tinha um comércio, campo, essas coisas. [...] Então, ele tinha um bar, tinha um campo que funcionava normalmente... mais na sexta, sábado e domingo, ou à noite durante a semana. E final de semana e meio de semana ele trabalhava como agricultor. Hoje em dia ele só tem a renda dele de agricultor, porque, devido à evasão do pessoal ele não teve como continuar com o comércio. Não tem para quem vender. Então ele [...] achou melhor fechar o comércio porque ele estava no prejuízo. Porque tem gasto, né? Aí ele ficou realmente só com a agricultura (E5).

Essa é a grande questão. Nada me faz pensar que não estaria melhor lá. Quando fomos forçados a sair (digo forçado já que não tive escolha, foi uma imposição, "te pagamos o valor que achamos justo e você sai") havia uma esperança de uma vida equivalente a que tínhamos, mas o mesmo não ocorreu por vários motivos. O que importa é que os quase 40 mil [...] que recebi pela casa que eu construí lá não daria nem para começar a reconstruir a vida aqui. Você deve se perguntar, o que tem de mal em se mudar para um local a 35 minutos de onde morava antes? A questão não é se mudar e sim se mudar de forma coercitiva e o local que você nasceu e sempre viveu deixar de existir, ou pelo menos como você o conhecia antes (EE). (Grifos nossos)

Quando pedimos às E3 e E4 para falar sobre a vida no local, como era, a E3 me interrompe e diz “É porque você não conheceu a Grama antes, né? ”. Continuamos dizendo que há muito tempo não visitávamos o bairro, então ela abriu um sorriso e balançou a cabeça como se a nossa resposta apenas confirmasse sua pergunta. Contamos que há muitos anos frequentamos algumas festas locais na igreja (FIGURA 24) e perguntamos se ainda fazem festas no bairro e ela responde:

Tinha... mas tem ainda, tem ainda... Só que, o que que acontece? Antes de Furnas a gente tinha venda, lá tinha padaria também, quer dizer, [tinha] pão fresquinho todos os dias. A estrada da gente não era essa “morraria” que tem que você subiu aí, que é complicado para a gente que pega ônibus.



Figura 24. Igreja católica localizada no centro do bairro e o pátio frontal onde ocorrem as festas da comunidade.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

Ao pedirmos às moradoras que nos contassem como era a vida no bairro antes, a E3 tem uma atitude que sugere que considera tão gritante a diferença, que não precisávamos perguntar. Explicamos para ela novamente o nosso interesse e que não podemos tirar conclusões apenas, que precisávamos dos relatos dos moradores para construir nosso trabalho, uma vez que era uma oportunidade de contar para outras pessoas que não conhecem a região e que, provavelmente, nunca conhecerão, o que acontecera ali. Este foi um momento delicado da entrevista, pois não parecia estar claro para as entrevistadas a abrangência e objetivos da pesquisa. Foi necessário ter calma e sensibilidade para entender a posição da E3 e para mostrar que estávamos ali para dar ouvidos às vozes que foram silenciadas. Agindo com muita sinceridade, o que pareceu ganhar a confiança das E3 e E4, falamos que não poderíamos prometer nada além de respeito às suas histórias, em contrapartida, esse estudo poderia ser utilizado por outras pessoas posteriormente dentro ou fora do meio acadêmico; além disso, a história deles estaria registrada e seria tornada pública, dando a eles a chance de buscar novas oportunidades (ALMEIDA; KOURY, 2014).

Em relação ao trecho da entrevista citado, é importante notar que em seu discurso a E3 começa falando de festas e logo aborda outra questão, a da falta de comércio no local. As festas continuam ocorrendo e, provavelmente, não têm o mesmo significado de antes, já que um grande contingente de moradores foi deslocado. Devemos considerar ainda que festas são comemorações; o que esses moradores têm para comemorar se até o pão fresco, que tinha todos os dias na padaria que havia no bairro, não tem mais? O direcionamento que a E3 deu em sua resposta aponta para essa assimilação.

Em nossa entrevista com o E5, ele faz um panorama de como era a vida no bairro antes do Complexo Simplício:

Então... a vida mesmo no bairro funcionava... tinha uma cerâmica, que era uma empresa no bairro; umas 30 casas em volta da cerâmica Porto Velho. E tinha uma escola que funcionava no bairro; tinha mercearia, padaria... a gente tinha uma vida bastante tranquila. Tinha o comércio e a gente estava sempre comprando ali. [...] Isso facilitava a vida das pessoas. A nossa estrada era melhor do que a que nós temos hoje. E, assim, a gente tinha uma vida bem tranquila e a comunidade era bem maior: perdemos cerca de 250 e 300 pessoas, então reduziu muito.

O relato do EE completa:

Era uma vida simples, mas com muito sabor, tudo tinha muito mais graça. Cada conquista era repleta de alegria e de mais coisas que não dá para descrever. Acho bem difícil descrever como era a vida lá. [...]o que fazia a localidade eram as pessoas que moravam lá. Sem elas o local nunca mais seria o mesmo.

Os lugares não são apenas um pedaço de terra. Lugares, territórios, são conjuntos de aspectos que têm, como uma de suas características mais marcantes, as pessoas. Ainda que o local não tivesse submerso no momento, as pessoas que davam o sentido aquele lugar já não estão mais (FROCHTENGARTEN, 2005).

Prosseguimos a entrevista e perguntamos para as entrevistadas sobre o que existia no bairro que não tem mais e a E3 apontou:

Tudo! Areia, tijolo, tudo a gente tinha com facilidade. Tudo [tinha] aqui. Hoje não tem mais nada disso. Então, impactou muito a nossa vida, muito, muito. O [lugar] que mais impactou foi aqui. E eles não viram essa parte, não.

Eles tinham disponível um comércio que funcionava e atendia bem às necessidades do lugar. São pessoas muito simples; eles lamentam não ter mais algo tão corriqueiro no dia-a-dia de grande parte dos brasileiros: pão fresco. “Tudo”, nesta fala da E3, é a pequena mercearia que vendia coisas básicas para atender às famílias do local, era a disponibilidade de materiais de construção para benfeitorias nos imóveis, era a oferta de empregos próximos às suas casas, era o sinal de celular que não existe mais. Sair do bairro sempre foi difícil para eles, agora está mais difícil ainda. E, sem esses pequenos comércios, eles têm que sair mais vezes. Além disso, sair é caro para as pessoas que vivem nesse bairro, como veremos no próximo item “Ilhados no bairro” (3.2.2). O relato acima pode ser comparado ao exposto por ACSELRAD & SILVA (2011, p. 62):

Trabalho, terra e recursos naturais serão assim incorporados em formas sociais distintas das precedentes, à medida que grandes projetos governamentais intervenham no território. Novos sistemas de trabalho são introduzidos e muitos trabalhadores são integrados a novas trajetórias sociais. As transformações

regionais, as alterações dos meios físicos bióticos, a realocação de populações requerem a construção de estratégias adaptativas de trabalho e imprimem novas trajetórias sociais.

Podemos perceber também no relato do E5 e nos próximos que abordaremos aqui, que ele fala no plural: “a gente tinha uma vida bastante tranquila”, “a gente estava sempre comprando”, “das pessoas”, “nossa estrada”, “perdemos”; bem como no relato que seguiu da E3, que disse “impactou muito a nossa vida”. É axiomático o senso de coletividade nas falas dos moradores do bairro da Grama que foram entrevistados, inclusive na fala do EE reproduzida na íntegra no ANEXO 6. Como realçamos no início do subtítulo 3.2, numa visão geral do bairro e dos entrevistados, podemos notar que esse senso de coletividade é dominante entre os membros da comunidade. Essa característica será constante em toda discussão que faremos sobre o bairro da Grama.

As pessoas do bairro da Grama, se não eram parentes, tinham relação muito próxima a de parentesco. Talvez pelo fato de terem esse laço quase parental, que eles falem tanto no plural. Os moradores entrevistados nesta conversa quase não falam no singular. Tudo o que falavam era como se fosse a evocação das histórias dos outros também. E, no fim das contas, são histórias dos outros também. A mudança não foi dentro do lar deles somente, foi no ambiente de interação social, foi no exterior, o que modificou também o interior.

É uma vida tranquila? É! Grama? Adoro a Grama! Nasci e criei aqui. Só que complicou um pouquinho. Muitos dos nossos vizinhos que moravam aqui embaixo... só aqui embaixo tinha o que? Mais de 20 famílias, só aqui, depois da ponte para cá. Dentro da Grama mesmo. Na cerâmica a gente perdeu umas 50 famílias ou mais. [...] [na]Cerâmica eram conhecidos de você conhecer [desde] criança. Os conhecidos foram todos embora. As pessoas que estudaram comigo, que criaram e casaram e ficaram ali na cerâmica foi todo mundo embora [...]O meu tio faleceu... foi um impacto muito grande, né? Não... aceitaram, né? Eles que moravam na beiradinha lá... eles não aceitaram muito. Meu tio acabou falecendo... deu um infarto nele e acabou falecendo. Acaba se aborrecendo, né? É muita coisa, [você] tem uma vida. Ele fez uma casa linda. Ele disse que ia ficar até o resto da vida dele. Ficou. Infelizmente, faleceu novo. Tinha os “inquilinhos” deles. As casinhas de aluguel. Aí tinha os vizinhos, vizinhos amigos, né? Para tudo. Precisava, dependia [dos vizinhos], então, tudo ele tinha ali. Mas, infelizmente, a gente tem que se afastar uns dos outros. Obrigados, né? Porque ninguém queria ir, não. Eu tenho [...] uma vizinha nossa ali de baixo que foi pra Levy Gasparian. Nossa, toda a vez que ela está com a gente, ela abraça, ela chora, porque sentiu muito. Ela já é um pouco deprimida, aí que foi para longe, pior ficou (E3).

Dos que moravam lá [na cerâmica], né? Trabalhavam lá e estudavam ali também. [...]Nascidos e criados juntos (E4).

Eles se reconhecem como parte do lugar. E o lugar é parte do que eles são. Eles querem terminar a vida nesse lugar, querem criar os filhos lá, porque a vida que conhecem é assim, porque

aquele lugar é parte do que eles são e parte da tarefa de educar os filhos é baseada naquilo que os pais são.

Sobre o enraizamento e participação social dos entes, FROCHTENGARTEN (2005) diz que

a participação social do homem enraizado está assentada em meios onde recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irão informar sua existência. Participação que pode vir do nascimento, da casa, da vizinhança, do trabalho, da cidade.

É preciso esclarecer que a comunicação enraizada com o passado não se confunde com uma atitude meramente contemplativa. Tampouco assume uma orientação reacionária. Onde os homens espraiam raízes, as lutas e construções dos antepassados, suas ideias e tradições, alicerçam realizações que, por sua vez, poderão revesti-las com novos significados.

Observando que é recorrente a afirmação dos moradores da Grama de que a vida na comunidade antes era mais fácil devido a uma série de serviços disponíveis, perguntamos sobre saúde, educação e coleta de lixo.

Já funcionava assim, né? Já tinha o caminhão do lixo, o gás já estava passando, isso não impactou, não. Continuou passando a mesma coisa. E, em relação mais à parte de estudo e de emprego que ficou muito péssimo aqui. De 1ª a 4ª série tinha muito aluno. [...] as crianças da gente [agora] estão num veículo daqui até Bemposta. No princípio a gente ficou um pouco apreensivo de deixar ir: “Como que vai?”, “É perigoso!”, “Pega a pista.”... Mas, tem que entregar na mão de Deus e deixar ir (E3).

Mas era aqui que tinha o colégio, era aqui que funcionava. Lá nunca tinha... lá [no bairro 21] eram só uns 6 alunos. Aqui não, o foco das crianças era aqui, né? Aí, tinha o que? Teve um ano que teve até a 7ª série (E4)

Isso assim, a situação do bairro mesmo... [O] poder público nunca deu atenção. Hoje em dia tem dado mais atenção porque... pelo fato do inquérito civil [movido pela associação de moradores], entendeu? (E5)

Com a evasão dos dois bairros, o número de alunos da localidade diminuiu muito, embora o questionamento das moradoras seja em relação à reforma e existência de uma escola no bairro Km 21, esse não é o ponto crucial, pois esta escola também não está em funcionamento. Ocorre que eles perderam força enquanto comunidade e uma exigência de escola na localidade incorre na questão de número de alunos. Sem o número anterior de pessoas, os argumentos de que precisam de uma escola próxima não têm robustez diante do poder público, que analisa números. Quanto a este último ponto, as autoridades estão afastadas da realidade local, segundo relatos dos entrevistados, não parece haver empatia com a situação que enfrentam atualmente, como não parece ter havido em momento algum. MARIO FUKS (2001, p. 50) indica que determinados grupos têm sucesso em suas campanhas por saciamento de suas demandas; do lado opostos encontram-se aqueles que não se organizaram e os

assuntos que foram deixados fora da agenda pública: ambos podem ser resultado de ausência ou debilidade de atores interessados ou, ainda uma estratégia promovida por grupos interessados em invisibilizar essas demandas.

Ainda sobre a atuação do poder público, a E3 fala que o prefeito que mais deu atenção ao bairro foi o Raleigh Ramalho –PDT (1996-2000), quando foi instalado o serviço de coleta de lixo e iluminação pública. Além disso, ela também falou que no mandato do ex-prefeito era mais recorrente a presença de pessoas trabalhando fazendo capinas e passando maquinas nas ruas de terra do bairro. Em contraposição, outro entrevistado que respondeu a essa questão foi o EE que atesta as palavras do E5 ao dizer que quase sempre foram omissos.

Diante dos relatos que aqui vimos, o bairro da Grama era uma localidade praticamente familiar, com famílias vivendo na região por diversas gerações, com estreita relação com o território e manutenção constante do que LYGIA SIGAUD chamou de “laços de solidariedade” (SIGAUD, 1988). As pessoas que viviam naquele lugar sempre tiveram hábitos simples e um sentimento forte de amor pelo solo em que pisam/pisavam e por tudo que ali os cercava. Nem mesmo com um evento tão desgastante, intimidante e traumatizante esse sentimento parece ter sido abalado.

O pouco que restou da vida como era conhecida se esvai lentamente, acompanhando a velocidade das águas eutrofizadas do reservatório que afogou a história que se podia pegar. E, em meio a tanta dor e desrespeito ao passado, ainda vive a voz que não hesita em demarcar os espaços percorridos pela história local que não pode ser silenciada pelo poder avassalador que outrora a tentou calar (VAINER, 2004, p. 187).

Na seção a seguir traremos à luz outro capítulo dessa história que falará sobre os mecanismos enclausurantes que foram acionados com a implantação do AHE Simplício, além daqueles já cristalizados pelo poder público.

3.2.2 Ilhados no bairro

Modificações espaciais, em linhas de transporte público, do trajeto de estradas, entre outros, podem acarretar no confinamento de comunidades, princípio este compartilhado, inclusive, com a

ecologia. Assim aconteceu com os moradores atingidos pelo AHE Simplício no município de Três Rios, em especial, com o bairro da Grama.

Os moradores entrevistados falaram sobre dificuldades de comunicação existentes no bairro desde seus primórdios e o agravamento dessas. Também se pronunciaram sobre o acesso ao bairro e à capacidade de locomoção dos moradores diante da oferta limitada e constantemente encurtada de serviço público de transporte. Além disso, rememoram a mirrada demanda local que acabou por acometer o comércio local, deixando esses moradores em situação agonizante: com o fechamento dos estabelecimentos do bairro, eles têm a necessidade de buscar produtos alimentícios, para manutenção do lar, entre outros, na cercania, entretanto, os que não possuem veículo próprio dependem de ônibus, serviço esse praticamente inexistente atualmente.

Porque carro, eu tenho carro, mas meu marido sai para trabalhar. Ele vai com o carro, aí eu fico sem. Para sair é só o ônibus mesmo, o grande. E, é R\$4,70 para você ir pra Três Rios. R\$4,70! Você já pensou? A gente paga lá [em Bemposta] R\$1,75. [O vereador] Pratinha correu atrás para ver se conseguia [uma linha que atendesse ao bairro], mas infelizmente, não conseguiu, não. [...]Até a Progresso¹² piorou. Porque a Progresso antigamente levava todo mundo que tivesse [nos pontos]. Hoje não. Hoje só leva se tiver uma passagem ou se ônibus tiver alguma vaga. Outro dia eu fui com meu filho para Três Rios e o motorista [disse]: “Ah, não sei se vou poder te vender essa passagem, estou com um pouco de medo...”. Por muito custo ele me vendeu as duas passagens. Não pegou mais ninguém e lá dentro estava com mais de cinco lugares vazios. [...] E tudo piorou. Tudo! Não sei porque eles mostram tão pouco interesse para a gente aqui. Não estão mostrando nenhum interesse. (E3).

Diz que ia ver se conseguia o ônibus, sabe? Daí esse de Bemposta até aqui, mas não querem deixar. De lá [de Três Rios] para cá [no bairro da Grama] é mais caro ainda porque tem ainda a taxa rodoviária (E4).

No RIMA do AHE Simplício, na tabela que relaciona os impactos ambientais previstos para região (ANEXO 8), item nº20, é apontado que o transporte terrestre poderia ser modificado. No tocante a essa questão, as medidas definidas no PT 85/2005 tratam de acessos vicinais, estradas e ferrovias afetadas e coloca a necessidade de se garantir, nos termos do que se tinha antes do empreendimento, outras estruturas (IBAMA, 2005). Como sinalizamos no final da seção anterior, a história dessa localidade é abarrotada de situações de descaso do poder público local; diante de um quadro mais danoso às liberdades da população, alguma atitude deveria ter sido tomada para contornar o panorama, porém, os moradores nunca tiveram essa esperança. Poderemos visualizar melhor essa descrença para com o poder público na seção 3.2.4.

¹² A Viação Progresso é a empresa que faz a linha municipal para Bemposta e a linha interestadual Além Paraíba X Três Rios, linha essa que passa na BR-393 e em frente à saída/entrada da estrada vicinal do bairro.

O cenário descrito restringe as pessoas não apenas no que tange a locomoção, mas, também, a tudo o que a locomoção permite: ir à compromissos pessoais, profissionais; sair para comprar comida e medicamentos; e mais uma infinidade de possibilidades. Adiante veremos o relato da E3 que fala sobre uma das tarefas que não consegue cumprir enquanto mãe e responsável por uma adolescente de 12 anos.

Ali [em Bemposta] são dois ônibus [escolares]. Aí quando tem reunião de colégio eu não vou mais. Minha filha estuda agora no período da tarde e eu não consigo mais ir em reuniões, porque... eu posso até ir, no ônibus escolar. Vou. Às vezes a reunião é 13h, o carro [nos] pega aqui ao meio-dia, eu vou. Mas e para voltar? A reunião acaba umas 14h, 14h30 lá. Como é que eu venho? Eu tenho que pegar um ônibus, se tiver horário, porque eu nem sei os horários de lá, até o trevo de lá¹³ e pegar outro para cá. Não consigo. Aí eu não vou. Falei mesmo com a diretora: eu não consigo ir. Reunião, fora de cogitação.

Não bastasse o transporte público ineficiente, o bairro da Grama sofreu modificações em seu único acesso: além do trajeto, a inclinação da estrada e as condições da mesma a tornam muito inferior àquela anterior (FIGURA 25).

Por exemplo, a estrada mesmo eles [técnicos de Furnas] falam: “ A gente vai deixar vocês com uma estrada melhor que... igual ou melhor do que vocês têm ”. E não foi o que aconteceu. Eles fizeram uma estrada bem pior. [...] A nossa estrada era melhor do que a que nós temos hoje; porque a estrada que nós temos tem bastante pedras, a inclinação dificulta um idoso na hora de sair de casa, um cadeirante não tem como sair, uma mãe com carrinho de criança não consegue andar (E5).



Figura 25. (a) Acesso na BR-393 ao Bairro da Grama; (b) Calçamento deteriorado e inclinação íngreme da estrada de acesso ao bairro.

Fonte: Acervo pessoal (2016).

¹³ Ao apontar o trevo como um local conhecido, a entrevistada estava se referindo a uma rotatória que fica na rodovia Lúcio Meira, BR-393, que direciona para o aglomerado urbano de Bemposta ou para continuar na estrada. O local apontado fica a cerca de 5 km do bairro da Grama.

O direito de ir e vir foi mais uma vez alijado, como pudemos perceber pelo depoimento acima. ACSELRAD & SILVA falam de um caso que ocorreu em Tucuruí, em que famílias realocadas sofreram com a falta de projetos públicos que viabilizassem a permanência e acesso dos atingidos (ACSELRAD; SILVA, 2011, p. 82). Apesar de terem acesso e, portanto, não vislumbrarem o cenário cruel indicado pelos autores, os moradores do bairro da Grama vivem atualmente em condições muito piores devido ao acesso limitado e precário que lhes foi imposto. E, quanto mais falavam os moradores, mais clara ficava a imagem desrespeitadora de Furnas e a cegueira do poder público municipal que não tomou qualquer atitude em prol de melhores condições para o bairro; ao contrário, permitiu que Furnas bancasse a embarcação carregada com homens que expropriariam os nativos de algum território no século XV.

No bairro em que sempre era possível ver pessoas nas ruas caminhando, conversando com outras pessoas, indo à venda buscar pão ou um produto para preparar o almoço, já não se conta mais com encontros inesperados ou pão fresco: o comércio acabou, mais da metade dos que ali viviam se foi. Este caso foi pontuado no PT 85/2005: os técnicos consideraram que o EIA não verificou esse cenário e afirmou que “as alterações das atividades econômicas e formas de subsistência, que ocorrem com a implantação de empreendimentos deste porte, costumam gerar um passivo social que não foi contemplado no Estudo.” (IBAMA, 2005).

Mais de 100 [famílias foram embora]. Entendeu? E o comércio... para a gente comprar um pão a gente tem que pegar um carro ou uma moto, andar 12/15 km, vir a Bemposta ou ir a Anta que são uns 12/13 km também de distância. Então, assim, dificultou bastante a vida das pessoas que permaneceram no bairro (E5).

Nos dias de hoje fazemos muitas coisas pela internet, inclusive, resolver questões bancárias. Não é mais comum a troca de cartas, como acontecia há uns 20 anos; agora trocam-se *e-mails*. Os correios atendem basicamente à entrega de encomendas, de boletos bancários, notificações oficiais etc.. Contudo, ainda têm relevante papel em nossa sociedade. Os moradores do bairro da Grama, no entanto, podem contar com o serviço de uma forma muito precária: as correspondências que são enviadas para eles, são direcionadas à agência de Bemposta e o presidente da associação de moradores do bairro da Grama faz a coleta, contrariando a vontade do funcionário da agência. Se assim não fosse, cada morador deveria ir até a agência para fazer retirada da sua correspondência, uma vez que carteiros não fazem entrega no bairro. Imaginemos como seria a situação desses moradores tendo que ir buscar suas correspondências com acesso e transporte precário como viemos mostrando. Certamente, desanimadora, para dizer o mínimo.

Um agravante ao quadro exposto é a dificuldade de acesso à internet apresentado no bairro. Nem mesmo sinal de celular há no local após a implantação do Complexo Simplício. Não sabemos os motivos que afetaram a cobertura que funcionava plenamente antes, porém, esse foi o relato dos entrevistados. Para obter sinal de telefonia móvel é necessário conseguir o celular rural, como nos informou a E3, que também fala do impasse vivido com sua filha mais nova, estudante (à época) do 6º ano do EF:

Não tem internet: quer fazer um trabalho? A [minha filha] está no sexto ano e de vez em quando fica: mãe, tem que ir em Anta, tem que fazer trabalho. Não tem uma internet, não tem telefone direito, não tem nada (com a voz embargada). Aí complica, porque, se tivesse com o celular bom, você consegue até puxar pelo celular. Mas agora sem sinal de telefone também... aí a gente fica assim, fica sem nada.

Conseguir emprego nas proximidades também está difícil, o que dificulta ainda mais a vida dessas pessoas que, além do dano causado pela miragem da abundância de empregos sustentada por Furnas, se juntaram a outros milhões de brasileiros desempregados neste momento de recessão econômica. A promessa de empregos, como é possível ver no site de Furnas e nos EIA e RIMA (ANEXO 8) não foi o bastante (ENGEVIX, 2004a, 2004b; FURNAS, 2016). Esses moradores tiveram emprego, leia-se subemprego, enquanto as obras estavam em andamento. Finalizadas as obras, os empregos também cessaram. Muitos tiveram que abandonar o local em que cresceram e onde pretendiam manter seus filhos por falta de emprego (ACSELRAD; SILVA, 2011, p. 64).

Os meninos estão ficando rapazes e tão querendo trabalhar, mas por aqui é difícil. A vontade deles [filhos] é tudo ir embora. Porque, o estudo complica mais, tudo fica mais difícil. Em Bemposta, vai até a oitava série ali [no período da manhã e da tarde], depois é só à noite. Tudo complica. A gente não tem outro ganho. E aqui, como tem poucas pessoas, a gente não tem nem como fazer um biquinho. Porque, quando a gente tem alguma coisa para fazer, alguma faxina, alguma coisa, né? A gente até tenta, mas, desse jeito que está aí, [com] poucas pessoas... não tem mais nenhum meio de ganhar dinheiro. (E3).

O bairro conta com um posto da saúde familiar (PSF) que abre todos os dias, conquanto, opera sem material e a presença de médicos se dá a cada 15 dias, segundo relatos das E3 e E4. Elas falaram ainda que para conseguir atendimento médico especializado é necessário ir a outros lugares, como o centro de Bemposta ou Três Rios, mas eles não dispõem de transporte para tal. Elas contam que lá tinha médico mais vezes durante a semana quando o bairro tinha mais moradores. Em uma situação em que alguém necessite de socorro, a ambulância não chega. Às vezes, levam a pessoa enferma até um posto da Acciona¹⁴, pois lá tem ambulância. Para marcar consultas médicas, elas precisam dos

¹⁴ Empresa detentora da concessão do trecho da rodovia em que moram.

agentes de saúde que trabalham no posto do bairro para marcar para eles. Essas agentes pegam o pedido médico e entregam para uma moradora de Bemposta que, “com boa vontade”, como relata uma das entrevistadas, se dispõe a marcar consultas e exames para essas pessoas.

3.2.3 E nós que estamos aqui?

Aludiremos neste item sobre o enfraquecimento que acometeu o bairro da Grama, resquício das remoções compulsórias que assolaram a região. Vimos durante as entrevistas, principalmente nos momentos em que estivemos com as E3 e E4, uma tristeza visceral nas vozes.

Já falamos aqui sobre a perda local das forças produzidas pelo contingente de moradores da Grama. As entrevistadas falaram sobre essa matéria:

É muita gente, foi muita gente [embora]. Enfraqueceu muito o nosso lugar. Aí, o que que acontece, por todo mundo ir embora de cerâmica, cerâmica era muito grande¹⁵, tinham muitas pessoas, aqui embaixo eram muitas pessoas, ninguém anima de abrir um armazém mais. Para que? (E3)

Eles falaram que a Grama acabou. Quer dizer... não acabou. Ficaram algumas famílias (E4).

Um descontentamento com a forma como Furnas e o poder público lidaram com a situação é visível nas falas e configura mais uma das reclamações dos moradores no que toca à localidade.

Porque alguém fala que acabou e a gente fala: “não acabou, né? ” Algumas [pessoas] foram embora. Mas, e os que ficaram, né? Aí o pessoal de lá de [Três Rios] fala que acabou. Mas a prefeitura tem verba que vem de Furnas e que era para manter o lugar. Mas, não ligam para aqui, para a Grama. Falam que aqui acabou. Quer dizer, que o lugar acabou... aí ficou mais difícil por isso. Mas eles têm verba. Falam que a verba é para manter o lugar. Furnas manda a verba para prefeitura. Eles falam que não, que não vem. Vem sim! Os próprios [técnicos de Furnas] na reunião falaram que vinha verba para investir aqui, em Chiador... nos lugares que foram atingidos. Tem a nova [escola no Reassentamento 21] agora. Lá foi que Furnas deu. E aqui eles só prometeram (E3)

Lá eles fizeram tudo. E aqui só prometeu. Aqui que foi mais prejudicado, menos eles fizeram. Lá [no Reassentamento 21] que foi o [lugar] menos prejudicado, fizeram tudo. [Lá] era tudo gente de fora, então eles fizeram para lá e deixaram aqui sem. Entendeu? Eu acho... (E4)

¹⁵ A moradora se referiu à cerâmica como um lugar, parte do bairro que já não existe mais.

Essa redução prejudicou porque tudo o que a gente pede, por exemplo, para a prefeitura... qualquer órgão que a gente vá, as pessoas pensam até que o bairro acabou de tanta evasão que teve do bairro (E5).

No relato da moradora E4 observamos a distinção entre “eles” e “nós” não baseada apenas na geografia, claramente consideram o outro indigno pois são considerados forasteiros, o que não é absolutamente verdade; ainda assim, nos debruçamos na tentativa de identificar o campo em que se localiza o discurso da entrevistada que, provavelmente entende o território como o que HAESBERT chamou de “território-ideal”, que é aquele carregado de “‘valor’ territorial no sentido simbólico” (HAESBAERT, 2012, p. 42). A região que era ocupada pelo bairro km 21 foi tardiamente povoado, o que não os deslegitima, nem mesmo as histórias desses. Não obstante, a distinção feita pela moradora não tem, em seu íntimo, a intenção de desqualificar a luta do outro: a separação está impregnada de descontentamento e sentimento de injustiça que vivem; assim como a E4, outros relatos mostraram o mesmo apontamento o que sugere, na verdade, uma busca por sentidos para tamanha negligência que os afetou. Talvez seja mais fácil imaginar que tudo aquilo que se poderia fazer por parte de Furnas foi feito pelos outros, do que entender que não foi feito tudo o que se poderia e deveria fazer.

O prenúncio de extinção do bairro da Grama afeta, sobretudo, a autoestima da comunidade e causa um sentimento de impotência percebido, inclusive, nas vozes captadas.

Muitas pessoas agem como ‘a Grama acabou’. **Até o prefeito tem hora que chega a falar isso, que a Grama acabou, que não tem mais ninguém. E a gente que está aqui?** Ainda bem que ainda tem ônibus escolar que pega as crianças aqui... aí, se acontece de quebrar, ficam as crianças sem aulas. Outro dia que teve aí ficou dois dias sem vir porque o ônibus quebrou... e a gente vai ficando assim (E3). (Grifo nosso)

Não podemos afirmar que o prefeito de Três Rios diz que o bairro acabou, ainda assim, o não-dito ou as fantasias dos entrevistados têm certo valor, pois carregam informações que muito dizem sobre o olhar de quem está falando (FERREIRA, 1997).

Além do enfraquecimento da população local no que tange a questão identitária e as suas lutas, o abalo que os laços afetivos sofreram surge como mais uma força que configura esse quadro desestruturante. Ao falarem sobre o contato com amigos e familiares que dali se mudaram, o discurso foi unívoco:

Não, a gente se perdeu mesmo. A gente acabou perdendo o contato. Quando a gente sai daqui e ainda está com a pessoa, a gente ainda consegue [de vez em quando]. Ele virem aqui para passear, eles não vêm. A gente também acaba que não sabem nem onde eles estão, porque cada um... [eles] esparramaram. Cada um

ganhou sua casa: uns tão no Pilões, outros estão lá para o centro da cidade [de Três Rios], outros estão lá para “não sei aonde”. Então, quer dizer, cada um está para um canto. Eu não sei mais onde está ninguém. Uns que ainda foram pra Bemposta ainda está mais fácil de a gente entrar mais em contato. Mas mesmo assim ainda fica difícil. Não é fácil estar indo em Bemposta, então a gente acaba ficando sem contato. A gente acaba se perdendo (E3).

Com os ex-moradores a gente se encontra num acaso, porque, igual você mesmo acabou de falar: no 21 tinha o Priscila's Bar, lá na Grama a gente tinha dois comércios, então, num final de tarde num domingo o pessoal ia para o bar bater papo, sentar, jogar uma sinuca, conversar, as crianças brincavam... hoje a gente não tem mais esse espaço, não tem mais esse encontro, entendeu? Até mesmo para o pessoal de fora vir encontrar, eles têm que bater de porta em porta, casa em casa... aí fica complicado também até para a pessoa vir. O pessoal vem e não tem, por exemplo, um lugar para fazer um lanche, para comprar um nada. Então, assim, eu acho que isso aí, o social principalmente foi muito prejudicado, né? E não foi visto nada para mudar essa [situação]... (E5)

A falta de contato fez com que nos afastássemos muito. Hoje em dia raramente nos vemos (1 vez a cada 2 anos) tem pessoas que nunca mais vi. E já faz uns 6 anos que me mudei, se não me engano (EE).

Como falamos no início da abordagem do bairro da Grama, o que se tem por lá hoje em dia é uma organização de casas distanciadas e algumas encontram-se, inclusive, vazias. Com isso, para os visitantes a viagem fica mais sacrificante ainda: existe o problema do transporte, das péssimas condições da estrada, da evasão quase em massa do bairro e da falta de espaços públicos para encontro – o que restringe a visita à uma casa, a uma família, no geral, enquanto poderia ser um encontro do bairro com os entes que retornam para manter atados os laços sociais e afetivos. E a falta de espaços comuns não dificulta apenas àqueles que estão de passagem, mas, também, aos que ficaram e não tem um ambiente adequado para reconstrução da identidade local e renovação das relações sociais. Na Grama, assim como grande parte dos lugares interioranos e pequenos, as crianças brincavam também nas ruas, se revezavam pelos quintais das casas; os pais iam assistir aos jogos, jogar futebol, eram amigos dos pais das outras crianças; a evolução das crianças era conhecida de todos; a morte de um morador era mobilizadora e causava o fechamento dos comércios, velórios com a presença de quase todos os habitantes da comunidade, a tristeza e o respeito pelo luto da família era geral.

É difícil conceber a manutenção desses costumes se parte do que os movia já não existe mais. Contudo,

as populações locais, colocadas sob possibilidade de usurpação de suas terras a partir da implantação de projetos industriais, atualizam e fazem emergir discursos de valorização de seu território, de composição de uma identidade política, de resgate e recriação de sua memória coletiva (TEIXEIRA, 2011, p. 130).

Outro relato sobre como essas pessoas são impulsionadas para fora da região por motivos de completo descaso pode ser apreciado abaixo:

[Uns parentes nossos] ganharam um sítio bem afastado da rua, aí para as crianças poderem ir para o colégio eles têm que descer um trequinho bem bom. E é puro morro... aí eles preferiram ir pra Bemposta, deixar o sítio aqui parado, e alugar uma casa lá para poder facilitar um pouco. E a vida da minha tia também, porque a Ampla também impactou nossa vida: as fiações antes passavam por baixo, vinha pelo [Reassentamento] 21 e vinha para cá. Hoje ela passa por dentro do Sítio Novo; e por passar por [lá] tem muito galho, tem muita árvore, de vez em quando a gente está sem energia. Agora não, porque no tempo do inverno não tem chuva, não tem relâmpago, mas, fora isso, às vezes a gente fica dois dias sem luz. Acaba a luz e até que a Ampla vem resolver o problema... E [minha tia] tem problema de falta de oxigênio no cérebro, ela não pode ficar sem energia à noite, senão ela pode até acabar falecendo durante a noite. Por isso, foi embora, preferiu não ficar aqui (E3).

E o filho dela foi junto por causa das crianças, [para] estudarem lá [em Bemposta] também (E4).

O processo de licenciamento - se bem fiscalizado pelos órgãos responsáveis, se respeitado pela empresa proprietária do empreendimento -, pode, entre outras coisas, garantir uma execução menos traumática do projeto para com a população atingida, além de salvaguardar as necessidades e peculiaridades locais, incluindo-as no projeto e nos programas pertinentes ao processo como um todo. Longe disso, o que nos foi relatado em ambos os bairros, foi que o trato dos representantes de Furnas com os bairros atingidos em Três Rios foi baseado em promessas sem fundamentos e interesse de se cumprir. Também vimos que os programas relativos ao processo de licenciamento não foram respeitados. Os moradores do bairro da Grama, assim como tantos outros Brasil e mundo afora atingidos por empreendimentos hidrelétricos, acreditaram nas promessas torpes feitas pelos representantes de Furnas que, talvez, operassem uma tentativa de conter manifestações populares que atrasam (dificilmente embargam) a iniciativa capitalista em se concretizar (ZHOURI; GOMES, 2011, p. 274–275). Esta manobra pode ser resumida no seguinte relato:

Em relação a Furnas o principal mesmo é que, assim, eles vieram antes do empreendimento, fizeram várias promessas: que o bairro ia melhorar, que poderíamos ter certeza de que o bairro não iria ficar pior do que era, que eles iam trazer algo para acrescentar ao bairro. E nada aconteceu. Isso foi tudo feito em reuniões passadas. Eles vieram e falaram que provavelmente fariam uma quadra, um centro comunitário, algo melhor para o bairro (E5).

Tiveram reuniões, [os representantes de Furnas] prometeram. Prometeram fazer a mesma estrada que a gente tinha aqui, fácil, com bom acesso. Que ia fazer [pavimentação] para cá [na minha rua]. Que ia ter um desvio, mas ia ser um bom acesso para a gente. A gente ficou esperando: “Não... tudo o que eles prometeram eles vão fazer.” Não fizeram! Eu sei que prometer, prometeram! Prometeram bastante. Enquanto eles ainda estavam aqui, estava até bom, porque enquanto ainda estava mexendo na estrada ainda tinha emprego. Nem que fosse de

bandeirinha para quem não tivesse estudo, tinha. Mas, depois que eles foram embora, acabou. Furnas acabou todo o projeto deles, acabou tudo (voz embargada). E a gente foi ficando... e a gente vai ficando (E4).

Abaixo encontram-se descrições de dois programas ambientais previstos no RIMA do AHE Simplício (ANEXO 9) que se fazem necessários para compreendermos o abismo que existe entre o discurso oficial de Furnas e o que realmente foi feito.

17 – Redimensionamento e Realocação da Infraestrutura

Recuperar a infraestrutura comunitária afetada pela execução das obras, e compensação relativamente às mudanças ambientais que ocorrerão no trecho entre a Barragem de Anta e a Casa de Força em Simplício, que ficará com sua vazão reduzida nas estiagens, **contemplando a recomposição do sistema de transportes**, relocação do depósito de lixo em Anta e requalificação das margens do rio Paraíba do Sul.

20 - Programa de Apoio ao Planejamento

Fornecer apoio técnico e financeiro aos municípios de Além Paraíba, Chiador, Sapucaia e Três Rios para elaboração de adequação dos respectivos planos diretores; e **subsidiar as prefeituras no planejamento de ações para atender as novas demandas que surgirão com o empreendimento**. (ENGEVIX, 2004b, p. 43) (Grifos nossos)

Apesar de no item 17 estarem previstas ações apenas no que diz respeito a estradas, aterros sanitários e estações de tratamento de efluentes, no PT 85/2005, ao ser abordada a questão de lazer na região, os técnicos definem que

O fator de minimização do impacto é a potencialidade de o reservatório de Anta se tornar um atrativo turístico que, associado à melhoria da infraestrutura, criará condições para o surgimento de empreendimentos destinados ao turismo e ao lazer, favorecendo o incremento e a permanência das atividades turísticas.

Entretanto, as condições da qualidade de água no reservatório de Anta, de acordo com o diagnóstico apresentado, dificilmente permitirão o uso do reservatório para atividades de lazer/turismo. As recomendações previstas no EIA: Plano Diretor de Uso do Reservatório e seu Entorno; Programa de Redimensionamento e Relocação da Infraestrutura; e Requalificação das Margens do rio Paraíba do Sul no Trecho de Vazão Reduzida, são importantes, porém insuficientes para mitigação do impacto. É necessário que se apresente um plano de ações compensatórias para os núcleos urbanos e rurais, com alternativas que não considerem o uso primário do rio (IBAMA, 2005).

Em relação ao ponto 20, o parecer dispõe sobre a interdependência dos programas (e mais outros) e assume que “o EIA propõe o apoio técnico às prefeituras da AID para planejar ações e instrumentos, potencializando as atividades turísticas e pesqueiras.” (IBAMA, 2005). Dessa forma, questionamos a execução dos programas se quase dez anos depois do início das obras do complexo e cerca de três anos de sua finalização, não há quadras ou qualquer espaço comunitário erguido por

Furnas; vimos que fizeram ancoradouros, contudo, diante dos relatos nos dois bairros, eles não atendem à população do local por questões de localização, depreciação por usos escusos, falta de iluminação pública, entre outros. Isso levanta, mais uma vez, a falta de comunicação por parte do empreendedor que não levou em conta os costumes e interesses da população. Veremos na seção a seguir a quais instrumentos os moradores recorreram para garantir alguns direitos em relação a essa questão. Ainda assim, podemos afirmar que pouco desse ponto foi concretizado, apesar das promessas em reuniões com moradores e do compromisso assumido no projeto oficial do empreendimento. Um dos acontecimentos mais contraditórios que relataram se referia à iluminação da estrada de acesso ao bairro: o trajeto anterior contava com iluminação e, após a modificação, Furnas, uma empresa geradora de energia, se recusava a instalar as luminárias na via pública. Segundo a E4, “o pessoal de Furnas queria deixar a gente no escuro”. A E3 continua....

Queriam! Até lá embaixo. Ai a gente teve, também, que colocar na justiça. “Não, vocês tiraram nossa estrada com iluminação que tinha. Vocês estão querendo tirar? Não vai, não! ”. “Não, isso é caso da prefeitura, não temos mais nada a ver com isso! ”. Ai eu falei: “Não, vocês tiraram uma coisa e agora vocês vão ter que colocar. ”. Ai, a associação de moradores entrou no ministério público e conseguiu. Hoje nós temos de novo a iluminação desde lá da pista até aqui em cima.

O E5 falou ainda sobre os espaços comunitários e disse que para conseguir algo teve que ser

na briga. Igual, a gente pediu no ministério público uma quadra e um centro comunitário, porque a gente tinha escola para fazer eventos. A gente pedia o espaço e a diretora cedia. Então, assim, se hoje eu quero fazer uma festa das crianças, não tem um espaço fechado, um lugar para fazer nada. Então, a gente está pedindo um centro comunitário e uma quadra. O terreno Furnas já começou... assim... já deixou claro que vai fazer a doação de um terreno para a gente. Nesse terreno que, possivelmente, vão ser feitas as duas construções. Basta saber se a gente vai conseguir ou não o terreno. A gente acha que vai conseguir, entendeu? Porque ele foi dividido lá no ministério público: quadra ficou por parte da prefeitura e a prefeitura está construindo, e o centro comunitário por parte de furnas. E eles sabem que estão devendo ao bairro, que eles têm que fazer algo pelo bairro. Por isso a gente acredita que eles vão fazer alguma coisa pela gente.

Ainda sobre o ponto 20 e o relato do E5 que sinalizou para a ausência de escolas no bairro, ao invés da agenda pública providenciar o funcionamento de uma escola que atendesse às localidades do Reassentamento 21 e da Grama, o contingente local foi transferido para já superlotada Escola Municipal Guilhermina Guinle, em Bemposta. O que deixa claro que tanto o poder público se fechou para necessidade desses bairros, quanto Furnas não cumpriu seu próprio programa ao não se colocar diante dessa falta de planejamento público no sistema de ensino.

VAINER (2007), ao dissertar sobre a evolução do debate sobre energia hidráulica e sobre o problema das questões sociais e ambientais aponta que

o processo de licenciamento ambiental foi subvertido sem que fossem claras as responsabilidades e atribuições do poder concedente e da agência que o representa (ANEEL), da empresa concessionária e das agências ambientais (estaduais ou nacional), criando uma terra de ninguém na qual passou a vigorar a improvisação, cujos custos passaram a recair, como de hábito, sobre as populações atingidas e sobre o meio ambiente.

A esperança e a capacidade de acreditar que todos (inclusive pessoas jurídicas) têm um lado bom é realmente muito bonita, assim como perigosa: após anos de descaso e de reincidência por parte de Furnas, o E5, membro da associação de moradores do bairro, entende que a empresa visualiza a situação precária em que estão e que se considera em débitos com a região. E esse trecho do depoimento é posterior ao que ele aponta as promessas preteridas pelos representantes de Furnas. Não nos cabe aqui julgar o entrevistado e tampouco é o que estamos fazendo. Nossa tentativa aqui é encontrar os elementos introjetados no discurso popular através de uma campanha dissimulada encabeçada por Furnas e licenciada pela miopia do poder público; pois, sem qualquer auxílio e amparo, as promessas de tempos venturosos causaram fascínio e abandonar essa crença ainda custa. Aqui é possível ver a ideologia do poder hegemônico (Furnas) atuando sobre os entes alienados (moradores) num movimento que, nas palavras de Iasi, encontra “uma base favorável para a sua aceitação” (IASI, 2011, p. 22).

No depoimento a seguir, a E3 fala sobre a aproximação (eles vêm e prometem) e o distanciamento (eles foram só se afastando) e há indícios de que a promessa e o belo cenário pintado pelos técnicos que tiveram contato com os moradores era, além de tudo, uma estratégia para mantê-los deslumbrados e dóceis. Nos relatos pouco vimos os moradores defrontarem os representantes de Furnas. A fala abaixo é um exemplo disso, ao passo que ela coloca “eles” como os sujeitos da ação enquanto os moradores atuam numa posição passiva e receptora do que dos técnicos viriam a fazer. Essa é uma situação que está dada desde de os estudos de impactos que tratam os moradores como atingidos com uma clara tentativa de estabelecer que aquele cenário é prioritariamente para inserção do empreendimento e os habitantes fazem parte dele podendo ser deslocados como uma peça em jogo de tabuleiro (TEIXEIRA, 2011, p. 136; ZUCARELLI, 2011, p. 156)

No início eles vêm, te prometem. Falam mundos e fundos. Eles vêm, falam tanta coisa, fala que vai fazer. E, nossa! No princípio eles estavam sempre reunidos, e reuniam a gente e falavam mundos e fundos. Depois, eles foram só se afastando, se afastando...

Aproveitando o ensejo, iniciamos a questionar sobre ações voltadas para a conservação do ambiente natural e sobre o PEA e as atividades de EA praticadas na região. O E5 respondeu categoricamente: “Exatamente. Nada! Não fizeram nada. ”. As falas a seguir completam a resposta anterior:

Fizeram nada, não. Ambiental não fez nada. A única coisa que fizeram uma vez foi pegar a gente aqui e mostrar lá os projetos [nos canteiros de obras], os projetos deles. E depois disso também nunca mais fizeram nada. Só vinham mesmo avisar nos dias de fogo que ia ter fogo, essas coisas. Muito poucas vezes vieram nas casas da gente. Muito poucas vezes (E3).

Houve algumas reuniões para informar sobre o empreendimento, mas nada diretamente relacionado a isso [educação ambiental]. A única coisa que era sempre reforçado era que não poderíamos ter acesso ou construir na APP (Área de Preservação Ambiental) (EE).

Antes de iniciar a arguição sobre o PEA e seu cumprimento na região, devemos esclarecer quanto ao posicionamento do Ibama, órgão licenciador e do próprio empreendimento em relação à educação ambiental e sua utilidade e necessidade em um processo de licenciamento ambiental; esse esclarecimento se torna necessário pois, devido ao caráter único de cada estudo de caso, estamos aqui expondo os pontos relacionados à questão da EA neste cenário. Como trouxemos no subcapítulo 2.2, a Lei 9.795/99, instrumento legal que regula a PNEA no Brasil e dispõe sobre a EA, reconhece-a como processos de construção de valores sociais e saberes que buscam a conservação do meio ambiente, resumidamente; e, de forma igualmente resumida, são elencados os princípios básicos da EA que nos interessa no momento, como enfoque democrático e participativo; interdependência das esferas natural, cultural, socioeconômica; abordagem que considere os aspectos regionais (BRASIL, 1999). Além desta lei, o decreto nº 4.281/02 e a lei que institui a PNMA são utilizados como base da Instrução Normativa (IN) do Ibama que direciona as ações de EA no âmbito do licenciamento ambiental federal (BRASIL, 1981, 2002; IBAMA, 2012). O arcabouço legal que circula a EA e, por consequência, o PEA, reforça a importância desse último como instrumento do processo de licenciamento inclinado à mitigação e prevenção de impactos e deve ser elaborado de forma correlata a outros programas previstos para os empreendimentos licenciados. Segundo a IN 02/2012 do IBAMA em seu

Art. 3º - O PEA deverá compreender a organização de processos de ensino-aprendizagem, objetivando **a participação dos grupos sociais das áreas de influência** atividades ou empreendimentos licenciamento, **na definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação**, exigidos como condicionantes de licença.

§ 1º - O PEA deverá ser elaborado com base nos resultados de um diagnóstico socioambiental participativo, aqui considerado como parte integrante do processo educativo, cujo objetivo é projetos que considerem as especificidades locais e os impactos gerados pela atividade em licenciamento, sobre os diferentes grupos sociais presentes em suas áreas de influência.

§ 2º - O diagnóstico socioambiental deverá fundamentar-se em metodologias participativas, aqui entendidas como recursos técnico- pedagógicos que objetivam a promoção do protagonismo dos diferentes grupos sociais da área de influência da atividade ou empreendimento, na construção e implementação do PEA.

§ 3º - O PEA deverá ter como sujeitos prioritários da ação educativa os grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade socioambiental impactados pela atividade em licenciamento, sem prejuízo dos demais grupos potencialmente impactados;

§ 4º - O diagnóstico socioambiental participativo a que se refere o § 1º poderá, a critério do IBAMA, ser exigido como parte do diagnóstico socioeconômico que compõe os estudos ambientais, em conformidade com a Resolução CONAMA no 01, de 23 de janeiro de 1986;

§ 5º - O PEA deverá ser formulado e executado de modo a buscar sinergia com políticas públicas e instrumentos de gestão em implementação na área de influência do empreendimento (IBAMA, 2012). (Grifos nossos)

O Ibama aponta ainda, na IN, que as ações educativas contempladas nos programas devem ter caráter não formal e estar voltadas para a mitigação dos impactos da atividade licenciada.

Em contrapartida, além de uma descrição pífia do PEA nos EIA e RIMA, o termo de referência de Furnas para contratação de pessoal para a execução do programa não previa qualquer atividade para o município de Três Rios (ENGEVIX, 2004a, 2004b; PALMEIRO et al, 2012). Cabe ressaltar que o PT 85/2005 do Ibama que analisou o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ao meio ambiente aponta para a necessidade de um PEA que interaja com outros programas e atente para questões locais e regionais (IBAMA, 2005). Em seguida, no PT 42/2007, é feita a análise da solicitação de licença de instalação do AHE Simplício; neste documento é dado como condicionante atendida o PEA (ANEXO 10) baseado nos princípios do Termo de Referência para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento¹⁶, elaborado pela CGEAM do IBAMA. Estes princípios são:

apoiar as ações de conscientização da mão-de-obra empregada e da população direta e indiretamente atingida pelo empreendimento com atendimento no meio rural, urbano-rural e urbano;

implementar ações educativas na área do empreendimento e nos municípios localizados na sua área de influência num processo participativo e dialógico;

¹⁶ Este TR, inclusive, era a condicionante exigida pelo Ibama que Furnas atendeu.

contemplar ações a serem definidas em conjunto com a população afetada direta e indiretamente pelo empreendimento, devendo subsidiar pessoas, grupos ou segmentos sociais das áreas abrangidas para atuar na gestão dos recursos ambientais;

incentivar por meio da informação e conscientização ambiental a proteção e o aproveitamento racional do Reservatório, tanto como um recurso ambiental como um recurso de valor econômico para o desenvolvimento regional (IBAMA, 2007). (Grifos nossos)

O PEA exposto no PT 42/2007 (ANEXO 10) informa que está baseado no compromisso de Furnas em “minimizar, mitigar e compensar os impactos negativos e potencializar os efeitos dos impactos positivos do empreendimento, com ações de informação e reordenamento das relações que forem alteradas” e a

metodologia do Programa de Educação Ambiental considera a **participação comunitária** a quem o Programa se destina como estratégia, viabilizando de forma dialógica a mobilização dos interlocutores e a capacitação e formação dos professores, técnicos, empresários, lideranças, trabalhadores do empreendimento sobre os temas, problemas e conflitos identificados durante os levantamentos e diagnósticos. [...] esse público deverá ser segmentado em três categorias discriminadas a seguir: (i) **população diretamente afetada – famílias cujo local de moradia ou instalações de trabalho terão de ser remanejados para a liberação do empreendimento, proprietários ou ocupantes dos imóveis atingidos**; (ii) **população indiretamente afetada** – composta pelos municípios de Além Paraíba e Chiador, em Minas Gerais e **Três Rios** e Sapucaia, no Rio de Janeiro; (iii) outros atores sociais - associação de moradores, lideranças comunitárias, sindicatos, ONGs, órgãos públicos municipais, escolas, estudantes e professores (IBAMA, 2007). (Grifos nossos)

Assim como ações de EA não foram identificadas no bairro Reassentamento 21 (pois os moradores do bairro também negaram a existência de qualquer atividade do tipo), o bairro da Gramma também não foi contemplado. O 3º relatório anual referente à licença de operação, que aborda o andamento dos programas ambientais define os três “componentes” do público alvo do PEA e o Componente I são os “grupos sociais da área de influência da atividade em processo de licenciamento ambiental, em especial, à população direta e indiretamente atingida e lideranças comunitárias”. No decorrer do documento é delimitado o alvo que se restringe à Além Paraíba (Torrentes e Aterrado) e Chiador (Sapucaia de Minas) (FURNAS, 2015). Visto que a EA se faz pertinente não apenas para atendimento de condicionantes para obtenção de licença ambiental, é cristalina a falta de rigor de ambos os atores: Furnas e Ibama, já que o primeiro excluiu Três Rios do escopo e o segundo nada fez para que a situação fosse revertida. Falaremos no subcapítulo 3.4 sobre a EA de forma mais pormenorizada considerando aspectos teóricos e o diálogo possível com a HO.

Logo após afirmar que não tem o conhecimento de nenhuma ação de EA no bairro, a E3 emendou...

A única coisa que falaram que era para deixar o terreno parado que ela mesma vinha sozinha. A parte de replantio de árvores, que era 30% de área de APP que foi caindo, foi caindo, foi caindo, e depois caiu a 30%, até hoje eles não mexeram em nada. Não replantaram nada. Muitos lugares só têm capim! Porque as árvores não crescem, e ainda de vez em quando resolve pegar fogo... para acabar com o pouco que a gente ainda tem.

De acordo com informações do PT 02001.004361/2015-35 do IBAMA que trata de abertura de estrada vicinal, a recomposição da vegetação não poderia ser feita naquele local por ser muito íngreme, contudo, outro terreno seria florestado, o que é permitido pelo atual código florestal (IBAMA, 2015). O documento, no entanto, tratava de um local específico e, portanto, não sabemos se era o mesmo mencionado pela moradora. Este relato foi adicionado aqui para reforçar algo que havíamos mencionado ainda na descrição do bairro, que fala sobre a relação estreita que esta população tem com o meio.

O IBAMA, ao analisar o EIA e RIMA do empreendimento constatou que diversas informações ali contidas não revelavam a realidade local, pois não considerou, entre outros pontos, que a região é o polo produtor agrícola, apesar de não ser de grande expressão; disse, ainda, que, apesar da baixa representatividade nos levantamentos oficiais, tinha de ser levada em consideração, assim como a pesca artesanal, uma vez que se tratava do único ganho de algumas famílias (IBAMA, 2005).

O documento acima mencionado aborda também a questão da qualidade da água à montante e jusante, e dos reservatórios. Os analistas do IBAMA questionaram a falta de técnicas para prevenção de problemas comuns em empreendimentos do tipo. Apesar disso, como veremos no relato a seguir, os moradores do local têm mais uma preocupação para lidar:

E, assim, não tem um cuidado por parte do empreendimento na região. Por exemplo, lá próximo ao bairro, a represa mesmo, é cheio de gigoga, não sei se você já ouviu falar. É um mato verde, e aquilo provoca doença. Aumentou muito o número de insetos nas casas. As pessoas de noite... antes disso as pessoas ficavam no terreiro conversando, batendo papo, hoje não dá: tem que entrar para casa porque o mosquito não deixa [ficar do lado de fora]. Entendeu? (E5)

Cenário parecido ao exposto acima ocorreu em uma área próxima ao lago do reservatório da UHE de Tucuruí com intensa proliferação de macrófitas, quando expropriados que há pouco tinham sido realocados foram acometidos pelo fenômeno que chamara de a “praga dos mosquitos”(ACSELRAD; SILVA, 2011, p. 67).

Como ocorre no Reassentamento 21, na Grama os moradores também estão envolvidos em boatos e incertezas . O fantasma do fim de ambos os bairros perturba dia e noite. Resolvemos deixar esta última fala do E5 por último nesta seção para fortalecer a urgência que essa comunidade tem pela resposta da pergunta que não quer calar: E nós que aqui estamos?

Para te falar a verdade eu não sei nem se está já gerando energia. E, a gente ouviu muito boato, informação de Furnas a gente não recebe, nenhuma. Assim, o que a gente sabe é que, talvez, eles vão ter que aumentar mais a represa, vão ter que elevar o nível de água dela.... Talvez o pessoal vai ter que ser realocado de novo. Então, assim, a gente não tem informação nenhuma. Não sabe se foi viável, se não foi o empreendimento. Mas, eles não passam informação para a gente. Eles estavam muito presentes durante as obras, lá trabalhando. Acabou as obras, acabou o contato.

3.2.4 A voz que emana rouca e a reinvenção necessária

Os moradores do bairro da Grama rejeitaram a possibilidade de fazer silêncio enquanto os rolos compressores esmagavam suas casas e o rio virava um lago de histórias arfantes. A associação de moradores do bairro havia funcionado por alguns anos, mas o instrumento de batalhas coletivas encontrava-se *démodé*: o marasmo entrou em cena. A calma cotidiana, no entanto, cedeu lugar para o caos e, após algumas derrotas, os moradores resgataram a associação do esquecimento e deram a ela uma utilidade.

Porque a gente... eu mesmo, várias vezes, me reuni com o pessoal de Furnas, sempre briguei muito com o pessoal de Furnas: eles deixaram a gente ao léu. Eu chegava da faculdade dez horas da noite em dia de chuva e chegava de lama até no joelho em casa. Por quê? Porque passavam durante o dia trabalhando e deixavam a gente naquela situação. Entendeu? Aí, de tanto brigar e a gente viu que não tinha resultado, fomos orientados que teria que montar uma associação, que aí teria peso aos olhos deles. Mediante a isso, a gente se reuniu, remontamos a associação de moradores e a gente está lutando até hoje, cerca de quatro anos, para tentar alguma benfeitoria para o bairro, porque não foi feito nada, como você pode ir lá e comprovar que só foi feita a nossa estrada (E5).

Mesmo diante do quadro exposto no relato do E5, ainda persistia a alternativa do diálogo por parte dos moradores. Como apontado por CÂMARA (2014, p. 244), que também estudou o empreendimento e seus desdobramentos na região, havia um medo de enfrentar Furnas por seu porte e sua qualidade de empresa pública (economia mista, na realidade). Porém, mesmo sabendo que suas

forças seriam gastas em vão, os membros da comunidade entenderam que entrar na luta era a única opção que tinham se não quisessem aceitar que o desrespeito para com eles saísse impune.

Fizemos reuniões, várias reuniões, até que em uma delas um morador falou: “não, a gente não deve entrar brigando. Vamos conversar, vamos tentar dialogar para ver se Furnas faz alguma coisa para a gente”. Nós aceitamos a sugestão. Entramos em contato, conversamos e nada! Eles não se posicionaram em nos ajudar. Aí, um ano depois a gente tornou a tratar o assunto e o pessoal decidiu que o caminho mais viável mesmo seria abrir o inquérito civil para poder tentar resolver o problema. Hoje em dia [Furnas] tem dado mais atenção por causa do inquérito civil, entendeu? Porque têm alguns quesitos no inquérito que eles ainda têm que atender. Por exemplo: arrumar a estrada. E a prefeitura que tem que dar o apoio. Mas, por exemplo, a gente, com a união da associação conseguiu reformar o posto de saúde. A reforma do posto de saúde seria de quem? Cabia a quem fazer? À prefeitura. Mas, se a gente não entrasse com a ajuda de mão de obra eles não fariam a reforma. Eles cederam o material, mas não davam a mão de obra. Então, assim, é o descaso que sempre teve e eu acho que vai continuar tendo (E5).

Para conseguir com que fossem ouvidos, os moradores da Grama se organizaram e resgataram a associação, em um movimento comum entre populações atingidas por UHEs . Contudo, o que tinha o interesse em resolver apenas os problemas causados pela construção do AHE Simplício e a modificação do trajeto da BR-393, mostrou que tinha potencial para ir além:

A partir da associação a gente conseguiu, realmente, a união dos que ficaram. Conseguimos alguns bens para a comunidade, reformamos o posto de saúde. Lá no bairro estava precisando. Conseguimos bastante coisa. Mas com Furnas não conseguimos nada. Somente [após] abrir processo, o inquérito civil, porque essa foi a única alternativa que nos restou (E5). (Grifos nossos)

Na avaliação de impactos do AHE Simplício, está previsto que poderiam surgir movimentos sociais e populares locais (ENGEVIX, 2004b) e, avaliam, dissimuladamente como um impacto positivo, no entanto, fizeram mais do mesmo e trataram o movimento ressurgente com indiferença.

Tais insuficiências somente podem ser explicados pela existência de um espécie de ponto cego no instrumental teórico-conceitual que, por assim dizer, ambientaliza, ou melhor, naturaliza as populações, representando-as, ipso facto, como incapazes de se constituírem em sujeitos aptos a se conceberem enquanto portadores de direitos e interesses, e, em consequência, a se constituírem em atores em condições de operar autonomamente na transformação do ambiente de implantação das barragens em arena de conflito social e político.

[...]

Naturalizadas, reificadas, destituídas de subjetividade e, conseqüentemente, impossibilitadas de se constituírem em sujeitos, as populações não podem ser pensadas como agentes sociais coletivos, reivindicantes, politicamente operantes. O silêncio sobre os movimentos existentes e a impossibilidade de prever o surgimento de organizações de resistência expressam, assim, o próprio limite de uma antropologia e de uma sociologia práticas, amesquinhas porque reduzidas à categoria de ciências aplicadas... à consultoria ambiental (VAINER, 2004).

A organização popular foi muito importante para o bairro, inclusive, para a reafirmação da identidade local. As obras do empreendimento acabaram, entretanto, os problemas deixados persistem e, com a organização que se consolidou na Grama, a busca para o enfrentamento dessa situação continua, pois ainda existe o apoio dos que ali residem. As moradoras E3 e E4 disseram que a atuação da associação é motivo de deboche por parte de algumas pessoas de fora do bairro, segundo elas, “tudo é na justiça agora”. Mas, mesmo concordando com essa máxima, elas apoiam a associação de moradores do bairro. A E3 entende que se não fosse pela atuação organizada deles, estariam desamparados.

Algumas coisas que conseguiu aqui, até pelo que te falei pelo asfalto na nossa estrada, só melhorou por ter colocado na justiça. E acho que tem mais alguma coisa na justiça ainda. Eu nem sou muito de acordo de tudo botar na justiça. Mas ultimamente ficou muito ruim. É ela [a associação] que corre atrás. Aí a gente tem a associação de moradores aqui dentro para poder ficar puxando, para poder puxar alguma melhora para o nosso lugar, porque Furnas não deu muita atenção, não. E, é o que mais ajuda a gente, se não fosse, a gente estaria mesmo abandonada (E3).

Abordamos aqui, algumas vezes, a questão do trabalho na região: falamos do E5 e do seu pai que tinha um comércio voltado para esporte e lazer e trabalhava também como agricultor, ficando atualmente apenas com os ganhos obtidos na agricultura; a E3 falou do marido que trabalha em outra cidade, dos adolescentes do bairro que estão crescendo e se deparando com uma situação de desemprego tão logo têm idade para trabalhar, e da falta de oportunidade até para trabalhar como diarista. O momento é de dificuldade para todo o país, com taxas há muito não registradas de desemprego; no entanto, como se fosse um presságio, a situação na Grama é anterior e igualmente preocupante. Ainda assim, pessoas se reinventam. Esse é o caso de um familiar das E3 e E4, ex-morador do bairro, que trabalhava com extração de areia e, com o fim de sua atividade no local teve de buscar novas formas de sustento.

[O pai do EE] mexia com extração de areia, tinha um areal. Ele teve que ir embora. Hoje ele mexe com coisa de telefone, esses telefones... coisa de telefone rural. Mexe com aquele negócio de internet... um aparelho que a gente usa para puxar sinal de internet. Essas coisas que ele está mexendo, mas o que ele fazia mesmo hoje ele não pode fazer mais. E se ele não inventasse uma coisa para fazer, estaria parado. A família do EE foi mais a impactada nessa parte. O tio dele tinha a vendinha, teve que fechar, teve que ir embora para Bemposta, hoje ele tem a padaria lá (E3).

Apesar do EIA e do RIMA do AHE informar que a atividade agrícola na região é insignificante, há um movimento dos produtores locais para criar mecanismos para burlar a falta de

empregos no local como a ampliação da produção de alimentos e a implantação de um mercado local para distribuição desses produtos.

A vontade da associação de moradores mesmo é de juntar todo mundo para vender os produtos no local, tipo um Ceasa, né? Porque a gente queria na época tentar fazer porque não tem um Ceasa por perto. Só tem muito longe: é em Juiz de Fora ou no Peão. Todos os dois locais são bem longe daqui (E3).

Outra ação que fortaleceu a agricultura local foi a organização dos produtores com o auxílio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Essa associação entre produtores e a EMATER facilitou a negociação com a Prefeitura Municipal de Três Rios para fornecer alimentos frescos às escolas municipais da região.

A cerâmica era o forte daqui, né? Aqui ainda era a cerâmica e a agricultura familiar, né? Alguns ainda ficaram. O pessoal lá da EMATER [classificou] a agricultura [daqui como] familiar. Eles reuniram para entregar nos colégios. Fez o convênio e agora entrega para os colégios. Meu irmão entrega no colégio com meu sobrinho. Aí, eu trabalho lá na horta, para poder ajudar. Tem uma irmã minha que trabalha com eles também. Aí, tudo o que colhe eles levam para os colégios. O que falta a gente pega no vizinho (E4).

A E4 relatou ainda que sempre trabalhou com o cultivo de hortas e que, assim como os seus irmãos, aprendeu o ofício com seu pai, que era agricultor. A agricultura sustentou as todas gerações de sua família de que ela tem conhecimento. Assim como a E3 que é sua filha, a E4 sempre viveu no bairro. A capacidade de reinvenção das pessoas é tamanha que se refazem fazendo aquilo que sempre fizeram: diversos moradores que viviam da agricultura, mesmo tendo perdido consumidores locais e o comércio que absorvia arte da produção, continuaram com a atividade e descobriram que o necessário para reverter esse quadro seria se organizar enquanto um grupo de pares.

Há, ainda, muito o que se fazer; mas não podemos negar a força que surgiu nessa comunidade e como, aos poucos, foram percebendo a importância da organização popular para sair da condição de atingidos e assumir a posição de protagonistas, ao passo que podem até perder, porém, a derrota veio da luta e não da condescendência.

3.4 CONTRIBUIÇÕES: HISTÓRIA ORAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nossa intenção neste ponto do trabalho é mostrar algumas interações possíveis entre HO e EA. Temos a ciência de que não poderemos esgotar este assunto, portanto, para sermos mais féis às contribuições trazidas, nossa análise se dá em virtude do recorte histórico e espacial que aqui pesquisamos.

Diante da necessidade de estabelecer um diálogo entre os dois campos, LEFF o campo da história ambiental e suas potencialidades:

A história ambiental abre uma nova indagação sobre o tempo, sobre as temporalidades que definem os processos ecológicos e as identidades culturais que se integram com os processos econômicos e tecnológicos que marcam o curso da história moderna. A história ambiental será o encontro de racionalidades diferenciadas para cuja abordagem a definição genérica de ambiente como o campo das relações sociedade-natureza abre a porta dos estudos de suas complexas interações (LEFF, 2007).

Ora, se a história ambiental nos permite novas indagações sobre processos e identidades socioambientais e o questionamento do modelo societário que está dado, a HO como meio de localizar os saberes do indivíduos e grupos constantemente silenciados se torna essencial uma vez que se coloca como força contra hegemônica diante da história oficial sustentada socialmente. Contudo, a EA como *leitmotiv* pode providenciar que os ensinamentos possibilitados pela HO sejam incorporados na construção da história ambiental como desenhada por Leff.

Em um trabalho de CARVALHO E TOZONI-REIS (2005) com idosos na cidade de Botucatu, em São Paulo, as autoras abordaram a questão da dicotomia sociedade/natureza que foi fortalecida por determinados métodos de investigação e atentam para novas formas que vêm sendo apresentadas. Nesse ínterim, elas reconhecem a HO como importante contribuinte à EA. Além disso, no trabalho citado, uma constatação das autoras conversa com as colocações de Leff pois, estimular “o resgate de tais lembranças captamos as percepções dos moradores a respeito dos vários problemas ambientais que ocorrem ou ocorreram no seu ambiente, (sua casa, vizinhança e cidade) e podemos, através deles, buscar meios para solucioná-los. ”.

Através dessa metodologia se capta o processo de memória e reflexão crítica de um ser humano sobre as suas vivências tidas em condições sociais altamente específicas, como um testemunho vivo de épocas ou períodos históricos. Por meio desta técnica é possível constatar valores,

expectativas, ideais de vida, ponderações, frustrações e sofrimentos face aos vários processos sociais vivenciados pelos depoentes (CARVALHO; TOZONI-REIS, 2005).

A HO abre um espectro amplo de possibilidades reais para alcançar o sucesso em ações educativas: no campo do licenciamento ambiental, esta pode contribuir para uma construção adequada de um programa de educação ambiental livre do caráter homogeneizante que vemos nos EIAs de gavetas. A prática da EA fundamentada na construção participativa popular de ditames transformadores e emancipatórios abre as portas para novas possibilidades sociais e vence o marasmo das ações vindas de cima, ao passo que “a lógica do povo é uma lógica do pensamento em ação.” (FIGUEIREDO, 2003, p. 156)

ENRIQUE LEFF (2007) afirma que narrativas acerca do massacre ecológico e das etnias “constituem um acervo importante de estudos sobre o impacto do desenvolvimento, do progresso e da modernidade sobre as culturas e sobre a natureza”, o que vai de encontro à nossa posição de reconhecer este aspecto da HO como contribuição necessária à superação das desigualdades sociais que são fortalecidas pela desinformação de práticas ambientais alienantes reproduzidas no âmbito do licenciamento ambiental. Citando o trabalho de Luis Vitalle, que periodizou a história ambiental na América Latina como “o processo histórico dos ecossistemas latino-americanos”, LEFF (2007) pontuou que “esta abordagem abriu a via para superar a visão evolucionista da transformação da natureza assim como a visão economicista da história (a periodização de modos de produção)” e, contudo, seu enfoque totalizante não pode captar a complexidade dos processos socioambientais e completa:

Na concepção que dominou esta "história ecológica", o ambiente permanece, ainda, encapsulado em uma ideia de "impactos sobre a natureza"(mesmo que este passe a ser condicionante dos processos econômicos e não só receptora dos impactos ecológicos). Nesta visão, não se consegue conceber a complexidade ambiental como um processo enraizado em formas de racionalidade e de identidade cultural que, como princípios de organização social, definem as relações de toda sociedade com a natureza; a história ambiental se limitaria a estudar as formas como diversos modos de produção, formações sociais e estruturas de classe se apropriam, transformam e destroem os recursos do seu entorno. Todavia, a história ambiental remete à emergência da complexidade ambiental que problematiza as relações entre ecologia e economia a partir do campo do poder e da cultura.

Diante do que acabamos de expor, a HO não é o bastante para possibilitar ações educativas que permitam a emancipação, é necessário que olhos atentos entendam que este é um campo marcado

por disputas e os processos são mais profundos e emaranhados do que se possa perceber à primeira vista. Há de se considerar que esta arena move interesses dos mais escusos aos mais ingênuos e as forças endereçadas a esta são desiguais (ALMEIDA; KOURY, 2014). Mesmo após abandonar um campo ideológico, as forças hegemônicas dispõem de potente articulação para retoma-los ou instaurar outros que não aqueles (MÉSZÁROS, 2014, p. 105); dessa forma, aqueles que não se encontram nessa frente determinante estão à mercê de suas ações ou em confronto direto e, devido ao poder estar distribuído de forma desigual, a derrota destes últimos é quase sempre certa. Se a HO é um campo de disputas bem como a EA, estas têm elementos que as tornam interessantes até ao mais ambicioso, o que reforça a importância e peso dessas matérias. Diante disso, é preciso mais do que buscar por uma EA, é necessário lutar para que estes planos não sejam impregnados por interesses obscuros que buscam alienar as frentes contra hegemônicas.

E como a HO pode contribuir para EA em casos como das populações atingidas pelo Complexo Simplício? Para tentar responder tal pergunta, trouxemos outros questionamentos: que vozes são essas que nos falam?; que história é essa em meio a tantas outras?; quem são os protagonistas e os antagonistas dessa história?; o que nos dizem?

A HO é um trabalho de conhecer as pessoas, de identificar em suas falas e silêncios a mensagem o mais próximo de sua totalidade o possível; conhecer o entrevistado, aqui no nosso caso as famílias atingidas por uma UHE, é conhecer além dele e não o conhecer completamente, mas abrir inúmeras possibilidades de diálogo. Assim como todo o restante do mundo, somos feitos de um sem número de histórias e identificar as relações dessas histórias com a história que investigamos é um trabalho árduo, porém, necessário para entender o peso de determinado acontecimento e os impactos nas vidas dessas pessoas. Não devemos buscar protagonistas e antagonistas, devemos reconhecer que existem pontos de vista e versões diferentes, no entanto, não podemos descartar a opressão que histórias de grupos invisibilizados sofrem. Por fim, somos capazes de escutar, entender a história daqueles que entrevistamos quando somos capazes de encontrar os apontamentos acima.

Caso o processo de investigação social do licenciamento ambiental do AHE Simplício tivesse se valido da HO, diversas manifestação de descaso não teriam assolado às comunidades aqui estudadas. Um exemplo disso é que até o início de 2016 nenhuma ação de EA tinha contemplado as populações atingidas de Três Rios. Segundo um relato de uma servidora da SMMAA¹⁷, em meados de 2016 será iniciado um projeto de educação na Escola Municipal Guilhermina Guinle

¹⁷ Informação obtida informalmente através de contato telefônico com a SMMAA.

promovido por Furnas. A referida instituição está superlotada e atende a alunos de todo o distrito de Bemposta, o trabalho de educomunicação desenvolvido na EMGG não terá espaço e tempo o suficiente para atender às demandas dos grupos atingidos; e mais: há anos foram terminadas as obras, deslocamentos da população atingida e se iniciou a operação do empreendimento, o PEA nos outros municípios da ADA foi iniciado muito antes de Três Rios, situação sacramentada pelo poder público municipal e permitida pelo Ibama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca incessante por novas fontes energética é uma das marcas do atual modelo que comanda o Brasil. Profundezas inconcebíveis há poucas décadas de serem passíveis da exploração humana agora são leiloadas, assim como cada centímetro dos nossos rios para geração hidrelétrica. A ambição energética nunca parece cessar e, mesmo sempre conseguindo mais, mais se quer.

É essa ambição que vem sentenciando inúmeras culturas, mudando o curso dos rios e da biodiversidade a eles atrelada. É a ganância nunca saciada do motor capitalista que jamais terá o bastante e, enquanto isso, os modos de vida impostos baseados no consumo excessivo e na obsolescência programada e na idiotia cega têm tomado o lugar daqueles que, espantosamente, ainda resistem.

Os impactos causados aos modos de vida nos bairros do Reassentamento 21 e da Grama não foram contemplados na tabela de impactos preparada pela empresa Engevix, contratada de Furnas para preparar os EIA e RIMA, porque não enxergaram quem essas pessoas realmente eram e como funcionava a vida entre eles e, portanto, jamais seriam apreendidos em números e escalas de magnitudes. Com isso, afirmamos que, mais uma vez, o processo de licenciamento ambiental só fez em reproduzir a desigualdade, o abismo que existe entre licenciados e população. Grupos invisibilizados e silenciados novamente figuram um trabalho acadêmico de investigação; quiséramos nós que este fosse o último ou ainda, que não o tivéssemos feito baseados no quadro que aqui expusemos.

Mostramos aqui que a legislação assegura que a educação ambiental também esteja presente em todo o processo de licenciamento ambiental, e que dentre os alvos possíveis, as populações diretamente atingidas devem ser atendidos pela medida. No entanto, não houve qualquer ação de EA nos bairros, o que, além de fortalecer a ineficiência do IBAMA nas análises das condicionantes determinadas pelo próprio órgão, evidencia o descompromisso de Furnas para com as comunidades atingidas e a tentativa de postergar e até mesmo evitar qualquer manifestação popular. Ainda sobre a negligência generalizada das instituições com as populações da Grama e Reassentamento 21, o governo municipal além de não ter intercedido em prol deles, conseguiu emplacar uma obra eleitoreira no centro de Três Rios, dentro de uma área que deveria ser preservada por ser, originalmente, mata ciliar; podemos perceber que não só não se preocuparam com o que acontecia com os moradores dos bairros estudados, como se aproveitaram para receber a maior e melhor obra

– em termos culturais, já que nenhum dos bairros conta com equipamentos culturais públicos – em um local de difícil acesso às populações da Grama e Reassentamento 21 que é, também, determinada pela cegueira do poder público local.

E, mesmo em meio a tanta obstrução, os moradores da Grama não se deixaram abater e reergueram a antiga associação de moradores que estava inativa há vários anos. Esse dispositivo de luta social popular permitiu reaver alguns bens de direito, como estrada calçada com iluminação pública e reforma do posto de saúde; contudo, isso somente foi possível depois de disputa judicial. No Reassentamento 21, todavia, nenhuma manifestação popular ocorreu, assim como não houve articulação entre os moradores. Diversas famílias foram embora do bairro devido ao AHE Simplício e, os que ficaram, foram instalados em uma vila próxima ao local que viviam antes, porém, com espaço e liberdade/privacidade limitados, sepultando os modos de vida locais.

A vila em que vivem os moradores do Reassentamento 21 é formada quase que em sua totalidade por pessoas com graus de parentesco próximos, poucas famílias da vila não fazem parte desse grupo. Uma das nossas hipóteses era a de que esse laço sanguíneo entre os moradores poderia desenrolar uma organização popular que enfrentasse a distribuição assimétrica dos danos causados. Mas não foi isso o que aconteceu: os moradores em sua maioria viviam em casas de aluguel e se sentiram “pagos” pelos impactos suportados ao receberem uma casa – casas estas que não estão de acordo com as moradias anteriores e, tampouco, permitem a reprodução das atividades desempenhadas pelos moradores anteriormente -; mesmo com casos de alergias de pele causadas pela qualidade da água que agora os abastece, perda da escola mais próxima e dos empregos gerados na região com a extração de areia, a pesca e a olaria que também foi deslocada para outra cidade.

No bairro da Grama identificamos os laços parentais predominando as relações sociais e uma forte identificação com o ambiente, o que proporcionou mais combustível à luta deles com a empresa Furnas e, por consequência, o governo municipal. Muitos moradores foram deslocados, o comércio local foi suplantado, a escola do bairro foi fechada e os locais de interações sociais foram soterrados. Muitos empregos foram perdidos, o posto de saúde passou a ter visitas médicas com maiores intervalos de tempo e a comunicação foi agravada com a perda do sinal de telefonia móvel; porém, os moradores se uniram para fortalecer a agricultura local e gerar mais empregos, além disso, a associação de moradores continua lutando para conseguir reconstruir nos espaços de interação. Diante desse quadro, vemos que esses moradores tiveram que se reterritorializar na terra em que já estavam instalados.

O trabalho de HO desenvolvido na região proporcionou um conhecimento rico sobre as populações estudadas e entendemos que se o licenciamento incorporasse os preceitos da HO em todo o estudo de impactos socioambientais, e os utilizasse em conjunto com os ensinamentos de uma EA comprometida com a transformação e emancipação humana, diversos dispositivos da desigualdade social poderiam ser superados. Com isso, sugerimos que se amplie a discussão sobre o licenciamento ambiental pensando nas contribuições da história oral para melhor entendimento dos impactos gerados e a importância desse trabalho no desempenho de um programa de educação ambiental engajada com a luta pelo acesso justo, democrático e amplo que deve vigorar em um processo de licenciamento ambiental em que está em jogo muito mais do que a acumulação de capital.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010.

ACSELRAD, H.; SILVA, M. DAS G. DA. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia. In: ZHOURI, A. (Ed.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ALMEIDA, P. R. DE; KOURY, Y. A. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História e Perspectivas**, v. 50, n. 1, p. 197–226, 2014.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637–651, 2006.

AMBIVERO, M. C. **A influência do atual processo de desenvolvimento de Três Rios na demanda de formação na área ambiental dos professores da rede pública deste município**. Três Rios: UFRRJ, 2014.

AMBIVERO, M. C.; LOPES, A. F.; LOUREIRO, C. F. B. Industrialização e educação ambiental escolar: um estudo sobre práticas e expectativas de professores da rede municipal de ensino de Três Rios (RJ). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 10, n. 1, p. 241–256, 2015.

AMORIM, M. C. DE C. T. Climatologia e gestão do espaço urbano. **Revista de Geografia da UFC**, v. 9, n. 1, p. 71–90, 2010.

ANEEL. **Matriz de Energia Elétrica**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.cfm>>.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological methods & research**, v. 10, n. 2, p. 141–163, 1981.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em: 1 fev. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**, 1999. Disponível em: <portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013

BRASIL. **Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002**, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 20 out. 2015

BRASIL. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2023** (M. de M. e Energia, E. de P. Energética, Eds.) Brasília MME/EPE, , 2014a.

BRASIL. **Sobre o PAC**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>.

CÂMARA, A. A. F. **Entre perdas e dramas: o dilúvio anunciado e a luta dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Simplício**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

CÂMARA, A. A. F.; DANIEL, C. **Os atingidos pelas Usinas Hidrelétricas de Simplício (RJ/MG) e de Belo Monte (Pará)**. (U. F. Piauí, Ed.) Artigo apresentado no XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré- Alas Brasil, Teresina, PI: UFPI, 2012

CARVALHO, I. C. D. M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. (Ed.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. 1. ed. Brasília: MMA, 2004.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSKY, A. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, v. 16, p. 7–24, 2004.

CEIVAP. **Dados Gerais**. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/dadosgerais.php>>.

CMEB. **Experiências e empreendimentos pioneiros (1879-1896)**. Disponível em: <<http://memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pagina=destaques/linha/1879-1896&menu=375&iEmpresa=Menu#375>>. Acesso em: 31 abr. 2016a.

CMEB. **Experiências e empreendimentos pioneiros (1879-1896)**. Disponível em: <<http://www.memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pag=9&codTit1=44261&pagina=destaques/linha/1879-1896&menu=375&iEmpresa=Menu#44261>>.

CMEB. **Capital estrangeiro e grupos privados nacionais (1898-1929)**. Disponível em: <<http://www.memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pag=6&codTit1=44322&pagina=destaques/linha/1898-1929&menu=376&iEmpresa=Menu#44322>>.

CONAMA. **Resolução CONAMA nº 237/97**. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>.

DADOSMUNICIPAIS. **História e Geografia de Petrópolis**. Disponível em: <<http://www.dadosmunicipais.org.br/index.php?pg=exibemateria&secao=12&subsecao=&id=455&uid=>>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

DANIEL, C. **Quando os dois lados se aproximam: o discurso oficial sobre a construção do Complexo Hidrelétrico de Simplício (RJ/MG)** (UFF, Ed.) V **Simpósio Nacional de Geografia Agrária** Niterói, 2009.

ENGEVIX. **Estudo de Impactos Ambientais (EIA) AHE Simplício - Queda Única**. [s.l: s.n.].

ENGEVIX. **Relatório de Impactos ao Meio Ambiente (RIMA) AHE Simplício - Queda Única**. [s.l: s.n.].

FAZENDA-BEMPOSTA. **Home**. Disponível em: <<http://www.fazendabemposta.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FERREIRA, M. DE M. História oral, comemorações e ética. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, n. 2, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 367–376, 2005.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

FURNAS. **Licença de Operação 1074/2012: 3º Relatório Anual - Programas Ambientais**, 2015. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>>. Acesso em: 1 fev. 2016

FURNAS. **Usinas**. Disponível em: <<http://www.furnas.com.br/hotsites/EnergiaFurnas2016/usinas.html>>.

GOMES, J. P. P.; VIEIRA, M. M. F. O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 295–321, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- HERNANDEZ, F. DEL M.; MAGALHÃES, S. M. B. Ciência, cientistas, democracia desfigurada, licenciamento ambiental sob constringimento: o caso Belo Monte. In: ZHOURI, A. (Ed.). . **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 327.
- IASI, M. L. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- IBAMA. **Parecer Técnico nº 85/2005 – COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA**, 2005. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>>. Acesso em: 10 out. 2015
- IBAMA. **Parecer técnico nº 42/2007**, 2007. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>>. Acesso em: 2 dez. 2015
- IBAMA. **Instrução Normativa nº 2, de 27 de março de 2012**, 2012. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>>. Acesso em: 30 mar. 2016
- IBAMA. **PAR.02001.004361/2015-35 COHID/IBAMA**, 2015. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>>. Acesso em: 4 abr. 2016
- IBGE. **Infográfico Três Rios**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=330600&search=||infogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>>. Acesso em: 2 abr. 2016.
- IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- IBGE. **Censo demográfico 2010: Três Rios**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/5AZH>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/48IL>>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- IBGE. **Cidades: Três Rios**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330600&search=rio-de-janeiro|tres-rios>>. Acesso em: 31 abr. 2016.
- IHU. **Atingidos por barragens: Retrocesso extraordinário na política de direitos'**. Entrevista

especial com Luis Dalla Costa. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/518363-atingidos-por-barragens-houve-um-retrocesso-extraordinario-na-politica-de-direitos-entrevista-especial-com-luis-dalla-costa>>.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A. (Ed.). . **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental.** 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011a.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A. (Ed.). . **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011b.

LAYRARGUES, P. P. **Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades** (C. F. B. Loureiro, P. P. Layrargues, R. S. de Castro, Eds.) **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico** São Paulo Cortez, , 2009.

LEHER, R. PAC, educação e heteronomia cultural. **Revista de Políticas Públicas**, v. 11, n. 1, p. 9–33, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Emancipatória** (P. P. Layrargues, Ed.) **Identidades da educação ambiental brasileira** Brasília MMA, , 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAB. **Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/node/109597>>.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. DE. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, v. 2, n. 1, p. 95–108, 2011.

MAXWELL, J. A. Designin a qualitative study. In: BICKMAN, L.; ROG, D. J. (Eds.). . **Handbook of applied social methods.** 1. ed. Thousand Oaks, USA: Sage, 1998.

MENDONÇA, G. M. DE. **O Brasil licenciando e andando: as relações da política pública ambiental brasileira com a produção e a expansão capitalista do território.** [s.l.] Universidade

Federal do Rio de Janeiro, 2015.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIELNIK, O.; NEVES, C. C. Características da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Eds.). . **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais**. 1. ed. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MINAYO, M. C. DE S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOYSÉS, Y. D. S. O COMPERJ: modelo de desenvolvimento hegemônico e contradições no espaço local (Itaboraí, Rio de Janeiro). **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, p. 1–24, 2010.

MPOG. **2º balanço do PAC 2015-1018** Brasília Ministério do Planejamento, , 2016. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/publicacoes-nacionais>>

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

PALMEIRO, B. M.; BORDE, L. Q.; NUNES, G. E. S. DE S. **Termo de Referência: PEA, Complexo de Simplício - Queda Única**, 2012.

PINHEIRO, M. F. B. **Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**. [s.l: s.n.].

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricas**, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricas FGV**, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.

PORTELLI, A. História oral como gênero. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-**

Graduados de História, v. 22, 2001.

PORTELLI, A. História oral e poder. **Mnemosine**, v. 6, n. 2, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 1. ed. Brasília: IBAMA, 2005.

QUINTAS, J. S. **Pensando e praticando a educação no processo de gestão ambiental: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento**. 2ª. ed. Brasília: Ibama, 2006.

QUINTAS, J. S. **Gestão ambiental pública** (R. L. Bozelli, L. M. F. dos Santos, A. F. L. C. F. B. Loureiro, Eds.) **Curso de formação de educadores ambientais: a experiência do Projeto Pólen** Macaé/NUPEM/UFRJ, , 2010.

RBJA. **Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**, 2001. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/destaques/item/8077>>. Acesso em: 20 abr. 2016

ROUGEMONT, L.; PÉREZ, M. S. Tecendo relações entre os conflitos socioambientais territoriais provocados por megaprojetos: COMPERJ e Suape e suas implicações para pescadores e pescadoras artesanais. **Revista Campo-território**, v. 8, n. 16, p. 399–426, 2013.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SEVÁ-FILHO, A. O. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. **Ciência e Cultura**, v. 60, p. 44–50, 2008.

SEVÁ-FILHO, A. O. Capitalismo e energia: alguns mecanismos básicos dos conflitos e das injustiças sofridas pelo povo brasileiro. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (Eds.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2013.

SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Eds.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais**. 1. ed. Rio de

Janeiro: Marco Zero, 1988. p. 199.

SILVA, P. G. DA. **Capítulos de história de Paraíba do Sul**. Paraíba do Sul: Irmandade Nossa Senhora da Piedade, 1991.

SILVA, J. L. DE F. Considerações sobre o desenvolvimento territorial na região administrativa centro sul fluminense - RJ. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, p. 14456–14482, 2005.

SILVÉRIO-NETO, R. et al. Caracterização da Cobertura Florestal de Unidades de Conservação da Mata Atlântica. **Floresta e Ambiente**, v. 22, n. 1, p. 32–41, mar. 2015.

TEIXEIRA, R. O. DOS S. A “rua” e o “nosso lugar”. In: ZHOURI, A. (Ed.). . **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambientalões**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

THOMPSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.

TRÊS-RIOS. **História de Três Rios**. Disponível em: <<http://www.tresrios.rj.gov.br/historia-de-tres-rios/>>. Acesso em: 1 abr. 2016a.

TRÊS-RIOS. **Pontos turísticos de Três Rios**. Disponível em: <<http://www.tresrios.rj.gov.br/pontos-turisticos-de-tres-rios/>>. Acesso em: 5 abr. 2016b.

TRÊS-RIOS. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.tresrios.e-cidadania.com.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2016c.

TRÊS-RIOS. **Plano Diretor do município de Três Rios**. Três Rios: PMTR, 2013.

TRÊS-RIOS. **Indústria, comércio e trabalho**. Disponível em: <<http://www.tresrios.rj.gov.br/secretarias/industria-comercio-e-trabalho>>. Acesso em: 7 abr. 2016.

VAINER, C. Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento dos atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (Eds.). . **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 185–215.

VAINER, C. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 119–137, 2007.

VANTINE, C. E. DE S. **A valoração ambiental: um estudo de caso para a valoração de bens em**

processos de indenização. Três Rios: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383–386, 2007.

WCD. Dams and Development. A new framework for decision-makingThe Report of the World Commission on Dams. London: World Commission on Dams, 2000.

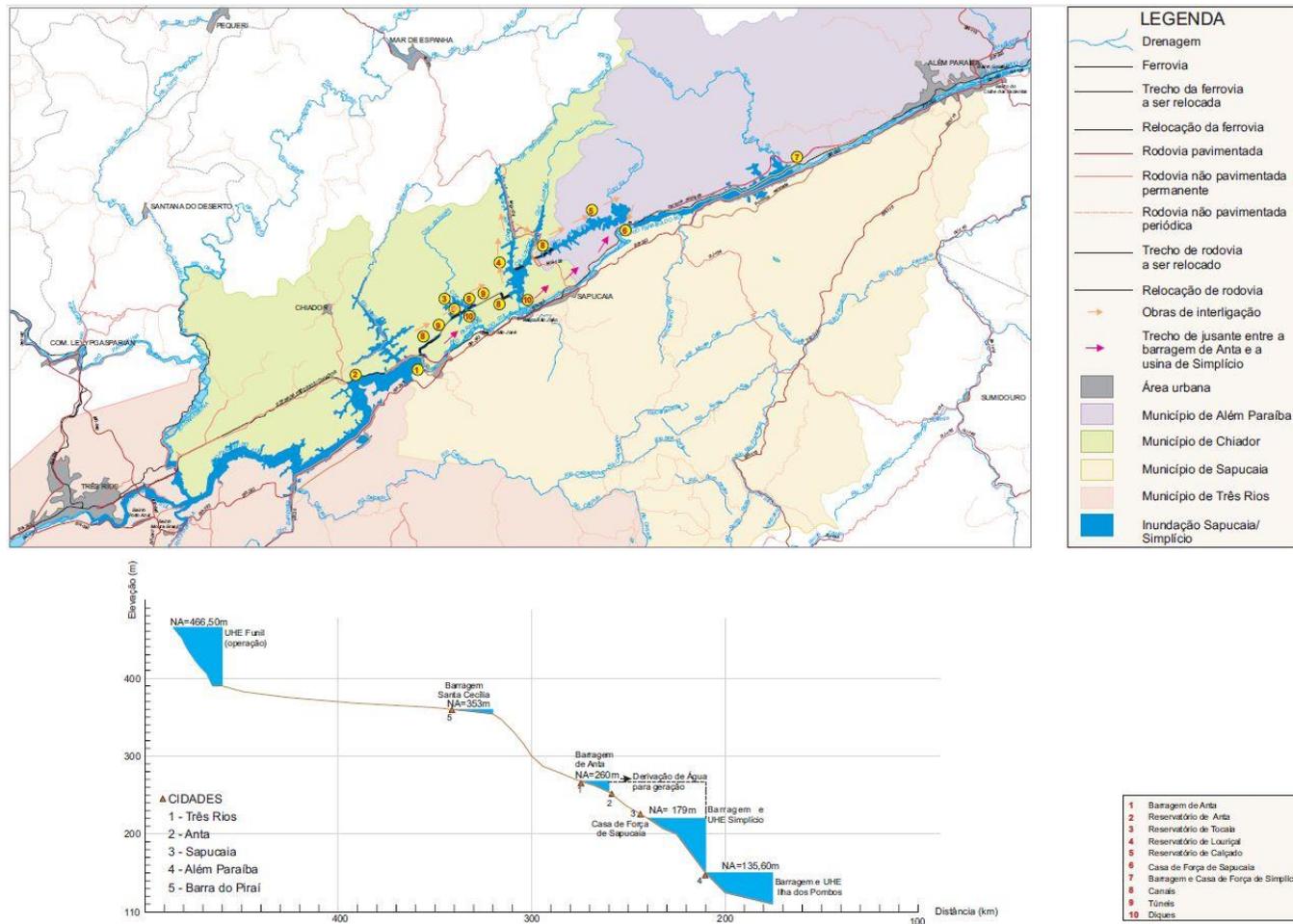
ZHOURI, A.; GOMES, L. A. Da invisibilidade à resistência: atores-rede no licenciamento ambiental das hidrelétricas Capim Branco I e II (Complexo Amador Aguiar), MG. In: ZHOURI, A. (Ed.). . **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 327.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 119–135, 2007.

ZUCARELLI, M. C. O papel do Termo de Ajustamento de Conduta no licenciamento ambiental de hidrelétricas. In: ZHOURI, A. (Ed.). . **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

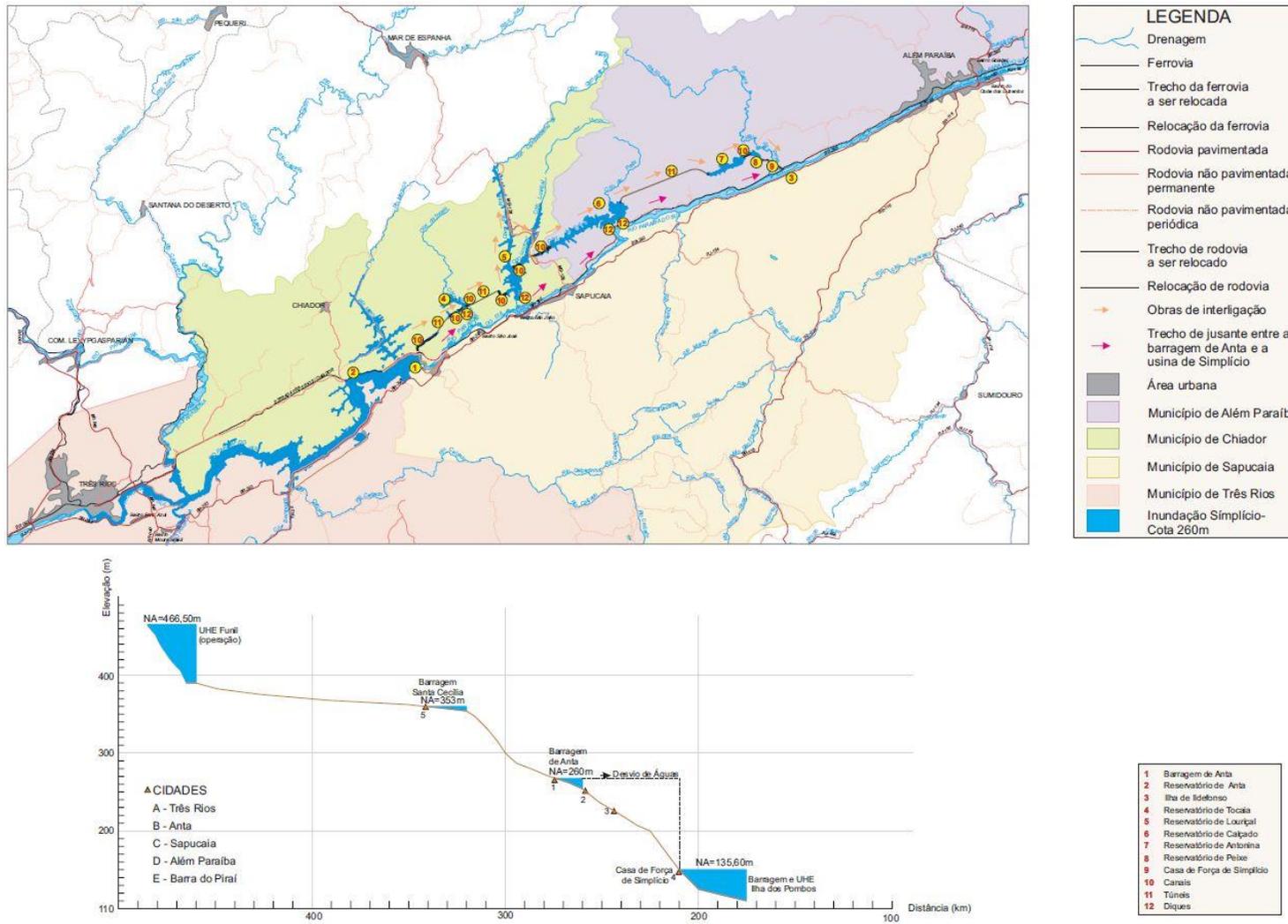
ANEXOS

ANEXO 1



Mapa que ilustra a abrangência do projeto Simplicio no primeiro estudo de viabilidade feito por Furnas. Fonte: Engevix (2004).

ANEXO 2



Mapa que ilustra a abrangência do projeto Simplicio no segundo estudo de viabilidade feito por Furnas. Fonte: Engevix (2004).

ANEXO 3

Três Rios cresce com incentivos e balança cidades vizinhas mineiras - 26/06/2014 - Mercado - ... <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/mercado...>

FOLHA DE S.PAULO

Três Rios cresce com incentivos e balança cidades vizinhas mineiras

1 de 4

12/04/2016 22:03

Três Rios cresce com incentivos e balança cidades vizinhas mineiras - 26/06/2014 - Mercado - ... <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/mercado...>



SAMANTHA LIMA
ENVIADA ESPECIAL A TRÊS RIOS (RJ)

26/06/2014 02h20

Na última sexta-feira 13, representantes da Prefeitura de Juiz de Fora, município mineiro com 516 mil habitantes, viajaram 50 km até Três Rios, na região serrana do Rio de Janeiro, conhecer um premiado programa de apoio ao microempendedor.

2 de 4

12/04/2016 22:03

A cidade fluminense de 78 mil habitantes é a mesma que, desde 2007, levou a melhor em várias disputas com Juiz de Fora por investimentos de novas empresas, com base em incentivos, como menor tributação.

A curiosidade de Juiz de Fora com a pequena rival, desta vez, é com o funcionamento da Casa do Empreendedor, que orienta empreendedores individuais a abrir negócios. A cidade mineira quer fazer algo parecido.

SUDESTE

Região é aglutinadora de capital humano



[Sucesso para crescimento do Sudeste depende de estratégia conjunta](#)
[Novo polo de montadoras, sul do RJ já pensa em diversificar indústrias](#)
[Grandes indústrias aumentam vagas com carteira assinada em Três Rios](#)

O projeto valeu ao enterriense Vinícius Farah (PMDB) o título de prefeito mais empreendedor do Sudeste, concedido pelo Sebrae.

"Demoramos a reagir à guerra com Três Rios. Foi uma briga entre David e Golias", diz André Zuchi, secretário de Desenvolvimento de Juiz de Fora.

Uma das cinco cidades do Rio que não recebem royalty do petróleo, Três Rios partiu da alíquota de 2% no ICMS para novas empresas, válida desde 2006, para formar um pacote de atração de investimentos.

Outras medidas foram oferta de terrenos, isenção de IPTU, redução de ISS de 5% para 3% e isenção de taxa de obra. Foram abertas a Casa do Empreendedor, a Companhia de Desenvolvimento de Três Rios e um posto da Junta Comercial.

A meta era deixar para trás o declínio econômico causado pela quebra de três empresas dos setores metalúrgico e de alimentos, que desempregaram 13 mil pessoas entre 1990 e 2005.

O número de empresas formais em Três Rios cresceu 59%, de 932 em 2008 para 1.439 hoje. A cidade avançou mais nos indicadores econômicos e desestabilizou a vizinha Juiz de Fora.

O PIB de Três Rios, que crescia menos do que o do Rio até 2006, dobrou entre 2006 e 2011 (último dado disponível no IBGE), enquanto o do conjunto de 92 municípios do Estado avançou 68%. Em Juiz de Fora, a alta foi de 64%.

Outros fatores pesaram. "A cidade está perto de grandes centros e tem boa mão de obra, graças às universidades Rural, federal, e

Cederj", diz Riley Rodrigues, especialista em competitividade da Federação das Indústrias do Rio.

'HEAD HUNTER'

"O pessoal de Três Rios vai atrás dos executivos das empresas para convencê-los a vir", afirma Conceição Ribeiro, presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado.

Uma dessas foi a Latapack-Ball, fábrica de latas para bebidas, que, em 2010, investiu R\$ 400 milhões na abertura da terceira unidade no país. Cerca de 200 pessoas foram contratadas. Juiz de Fora foi preterida no processo.

Com mais empresas, a receita da prefeitura de Três Rios dobrou 2007 e 2012, enquanto no conjunto dos municípios fluminenses, turbinado por royalties, o avanço foi de 42%.

Como resultado, Três Rios experimentou um salto no IFDM, Índice da Firjan que mede o desenvolvimento municipal, de 0,586 em 2005, para 0,731 em 2011 –quanto mais perto de 1, mais desenvolvido é o município.

Na mineira Juiz de Fora, o indicador avançou de 0,716 para 0,792.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1476534-tres-rios-cresce-com-incentivos-e-balanca-cidades-vizinhas-mineiras.shtml>

Links no texto:

<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/39044-o-brasil-que-da-certo-regiao-sudeste#foto-555607>

Sucesso para crescimento do Sudeste depende de estratégia conjunta

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1476544-sucesso-para-crescimento-do-sudeste-depender-de-estrategia-conjunta.shtml>

Novo polo de montadoras, sul do RJ já pensa em diversificar indústrias

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1476536-novo-polo-de-montadoras-sul-do-rj-ja-pensa-em-diversificar-industrias.shtml>

Grandes indústrias aumentam vagas com carteira assinada em Três Rios

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1476535-grandes-industrias-fazem-crescer-vagas-com-carteira-assinada-em-tres-rios.shtml>

Copyright Folha de S. Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S. Paulo.

ANEXO 4

Grandes indústrias aumentam vagas com carteira assinada em Três Rios - 26/06/2014 - Mercado ... <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/mercado...>

FOLHA DE S.PAULO

Grandes indústrias aumentam vagas com carteira assinada em Três Rios

1 de 4

12/04/2016 22:06

Grandes indústrias aumentam vagas com carteira assinada em Três Rios - 26/06/2014 - Mercado ... <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/mercado...>



SAMANTHA LIMA
ENVIADA ESPECIAL A TRÊS RIOS (RJ)

26/06/2014 02h23

O aumento no número de empresas em Três Rios fez a média anual de criação de empregos com carteira assinada pular 137%, de 586 entre 2006 e 2009, para 1.394, entre 2010 e 2013, segundo o Ministério do Trabalho.

2 de 4

12/04/2016 22:06

No mesmo período, em Juiz de Fora, a alta foi de 28%, de 4.306 para 5.504.

SUDESTE

Região é aglutinadora de capital humano



[Sucesso para crescimento do Sudeste depende de estratégia conjunta](#)

[Novo polo de montadoras, sul do RJ já pensa em diversificar indústrias](#)

[Em crise, setor de etanol e açúcar procura diversificar produção](#)

O auxiliar de produção Arli dos Santos, 47, trabalha na Quimiplast, fábrica de tetos em PVC, desde a abertura, em 2010. Antes, sofreu com a decadência econômica de Três Rios, entre os anos 90 e início da década passada.

"Pessoas vendiam suas casas para pagar as contas. As empresas penduravam placas dizendo que não tinham vagas. Eu vivia de empregos sem carteira assinada."

Com matriz em Brasília, a Quimiplast veio a Três Rios pelas mãos do empresário Marcílio Navarro. "Foi a prefeitura que melhor nos atendeu e ainda financiou o terreno." A empresa tem 40 funcionários em Três Rios.

Grandes empresas fizeram o mesmo. Além da Latapack, a Nestlé foi o caso mais emblemático. Foram investidos R\$ 163 milhões na abertura de uma unidade que hoje contrata 1.400 pessoas.

Para atender a demanda por mão de obra qualificada, o Senai vai investir R\$ 20 milhões para abrir nova unidade em 2015, triplicando a oferta anual de vagas.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1476535-grandes-industrias-fazem-criar-vagas-com-carteira-assinada-em-tres-rios.shtml>

Links no texto:

<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/39044-o-brasil-que-da-certo-regiao-sudeste#foto-555608>

Sucesso para crescimento do Sudeste depende de estratégia conjunta

ANEXO 5

Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Representantes de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, ONGs, entidades ambientalistas, organizações de afrodescendentes, organizações indígenas e pesquisadores universitários, do Brasil, Estados Unidos, Chile e Uruguai, reuniram-se no Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado em Niterói de 24 a 27 de setembro de 2001. Nessa ocasião denunciaram e debateram a preocupante dimensão ambiental das desigualdades econômicas e sociais existentes nos países representados.

A injustiça ambiental que caracteriza o modelo de desenvolvimento dominante no Brasil foi o foco das discussões. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho, a maioria da população brasileira encontra-se hoje exposta a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circula. Trabalhadores e população em geral estão expostos aos riscos decorrentes das substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias em encostas perigosas e em beiras de cursos d'água sujeitos a enchentes, da proximidade de depósitos de lixo tóxico, ou vivendo sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade. Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária. As dinâmicas econômicas geram um processo de exclusão territorial e social, que nas cidades leva a periferização de grande massa de trabalhadores e no campo, por falta de expectativa em obter melhores condições de vida, leva ao êxodo para os grandes centros urbanos.

As populações tradicionais de extrativistas e pequenos produtores, que vivem nas regiões da fronteira de expansão das atividades capitalistas, sofrem as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às matas e os rios, sendo expulsas por grandes projetos hidrelétricos, viários ou de exploração mineral, madeireira e agropecuária. Ou então têm as suas atividades de sobrevivência ameaçadas pela definição pouco democrática e pouco participativa dos limites e das condições de uso das unidades de conservação.

Todas estas situações refletem um mesmo processo: a enorme concentração de poder na apropriação dos recursos ambientais que caracteriza a história do país. Uma concentração de poder que tem se revelado a principal responsável pelo que os movimentos sociais vêm chamando de injustiça ambiental. Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. Por justiça ambiental, ao contrário, designamos o conjunto de princípios e práticas que:

a - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

b - asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;

c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

d - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

Estamos convencidos de que a injustiça ambiental resulta da lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes, que penaliza as condições de saúde da população trabalhadora, moradora de bairros pobres e excluída pelos grandes projetos de desenvolvimento. Uma lógica que mantém grandes parcelas da população às margens das cidades e da cidadania, sem água potável, coleta adequada de lixo e tratamento de esgoto. Uma lógica que permite que grandes empresas lucrem com a imposição de riscos ambientais e sanitários aos grupos que, embora majoritários, por serem pobres, têm menor poder de se fazer ouvir na sociedade e, sobretudo, nas esferas do poder. Enquanto as populações de maior renda têm meios de se deslocar para áreas mais protegidas da degradação ambiental, as populações pobres são espacialmente segregadas, residindo em terrenos menos valorizados e geotecnicamente inseguros, utilizando-se de terras agrícolas que perderam fertilidade e antigas áreas industriais abandonadas, via de regra contaminadas por aterros tóxicos clandestinos.

Os trabalhadores urbanos e rurais, por sua vez, estão freqüentemente submetidos aos riscos de tecnologias sujas, muitas delas proibidas nos países mais industrializados, que disseminam contaminantes que se acumulam de maneira persistente no meio ambiente. Esses contaminantes, além de provocar doenças nos próprios trabalhadores, produzem "acidentes" por vezes fatais com crianças que circulam em áreas de periferia onde ocorrem descartes clandestinos de resíduos. A irresponsabilidade ambiental das empresas atinge em primeiro lugar e com maior intensidade as mulheres, a quem cabe freqüentemente a lavagem dos uniformes de trabalho contaminados de seus maridos ou o manejo de recipientes de agrotóxico transformados em utensílios de cozinha. Esse ciclo de irresponsabilidade ambiental e social das empresas poluentes e de muitos gestores e órgãos governamentais, ameaça o conjunto dos setores sociais, haja visto que rios e alimentos contaminados por agrotóxicos e pela falta de tratamento de esgoto acabam por afetar as populações nas cidades.

A anencefalia nas crianças nascidas em Cubatão (SP), a presença das substâncias cancerígenas conhecidas como "drins" nas pequenas chácaras de Paulínia (SP), a estigmatização que perpetua o desemprego dos trabalhadores contaminados por dioxina no ABC paulista, a alta incidência de suicídio entre os trabalhadores rurais usuários de agrotóxicos em Venâncio Aires (RS) são exemplos que configuram as manifestações visíveis de um modelo fundado na injustiça estrutural e na irresponsabilidade ambiental de empresas e governos. Apesar do fato de que a lógica deste modelo é sistematicamente negada por seus responsáveis, que alegam a ausência de causalidade entre as decisões políticas e produtivas e os efeitos que têm sobre suas vítimas.

O enfrentamento deste modelo requer que se desfaça a obscuridade e o silêncio que são lançados sobre a distribuição desigual dos riscos ambientais. A denúncia do mesmo, por outro lado, implica em desenvolver articuladamente as lutas ambientais e sociais: não se trata de buscar o deslocamento espacial das práticas danosas para áreas onde a sociedade esteja menos organizada, mas sim de democratizar todas as decisões relativas à localização e às implicações ambientais e sanitárias das práticas produtivas e dos grandes projetos econômicos e de infra-estrutura. Pensamos que o tema da justiça ambiental - que indica a necessidade de trabalhar a questão do ambiente não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça - representa o marco conceitual necessário para aproximar em uma mesma dinâmica as lutas populares pelos direitos sociais e humanos e pela qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental. Por esse motivo criamos a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que tem os seguintes objetivos básicos:

Elaborar coletivamente uma "Declaração de Princípios da Justiça Ambiental no Brasil" - Essa declaração será objeto de um processo de discussão contínuo de médio prazo, servindo para aglutinar forças, afinar conceitos e suscitar estratégias. Nos EUA, o movimento de justiça ambiental foi estruturado nacionalmente a partir do programa dos "17 princípios" elaborado em 1991, na Cúpula dos Povos de Cor pela Justiça Ambiental. No caso brasileiro, assim como naquele país, espera-se que um tal processo ajude a disseminar as lutas e estratégias associadas à noção de justiça ambiental.

Criar um ou mais centros de referências de Justiça Ambiental - Trata-se de uma proposta de democratização de informações, criando bancos de dados que contenham registros de experiências de lutas, casos concretos de injustiça ambiental, conflitos judiciais, instrumentos institucionais, etc. Trata-se também de aglutinar peritos

de diferentes especialidades dispostos a apoiar as demandas de assessoria dos movimentos. Os centros ajudarão a acompanhar e divulgar resultados de pesquisa acadêmica sobre desigualdades ambientais. Fóruns periódicos debaterão e consolidarão as experiências dos diferentes tipos de lutas desenvolvidas.

Diálogo permanente entre atores - Promover o intercâmbio de experiências, idéias, dados e estratégias de ação entre os múltiplos atores de lutas ambientais: entidades ambientalistas, sindicatos urbanos e rurais, atingidos por barragem, movimento negro, remanescentes de quilombos, trabalhadores sem terra, movimento de moradores, moradores em unidades de conservação, organizações indígenas, ONGs, fóruns e redes. Além de encontros específicos por setores, pretende-se organizar encontros maiores que ampliem a cooperação e o esforço comum de luta. Um dos principais objetivos desse esforço é sensibilizar os meios de comunicação, os formadores de opinião e a opinião pública em geral.

Desenvolvimento de instrumentos de promoção de justiça ambiental - Produzir metodologias de "Avaliação de Equidade Ambiental", manuais de valorização das percepções ambientais coletivas, mapeamento dos mecanismos decisórios com vistas à democratização das políticas ambientais em todos os níveis, cursos para a sensibilização dos agentes do poder público envolvidos com a regulação do meio ambiente. Produzir argumentos conceituais e evidências empíricas em favor da sustentabilidade democrática e da justiça ambiental.

Pressionar órgãos governamentais e empresas para que divulguem informações ao público - Reivindicar a publicação sistemática de informações sobre as fontes de risco ambiental no país. As agências estaduais, em particular, deverão ser pressionadas publicamente para produzir dados sobre a distribuição espacial dos depósitos de lixo tóxico e perigoso.

Contribuir para o estabelecimento de uma nova agenda de ciência e tecnologia - Apoiar pesquisas voltadas para os temas da justiça ambiental realizadas sempre que possível através do diálogo entre pesquisadores, comunidades atingidas e movimentos organizados. Ajudar a formar técnicos e peritos que trabalhem dentro dessa perspectiva. Estimular o desenvolvimento de novas metodologias científicas e de novas tecnologias que ajudem a promover a luta contra a injustiça ambiental, sempre respeitando os direitos de cidadania e o saber das comunidades locais.

Estratégia de articulação internacional - Desenvolver contatos com parceiros internacionais no campo da estratégia política, da cooperação científica, da troca de informação sobre normas e padrões ambientais, da luta contra a exportação de processos poluentes e de depósitos de rejeitos perigosos. Preparar uma oficina sobre Justiça Ambiental no II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, 2002.

Consideramos que o termo Justiça Ambiental é um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, freqüentemente dissociados nos discursos e nas práticas. Tal conceito contribui para reverter a fragmentação e o isolamento de vários movimentos sociais frente aos processos de globalização e reestruturação produtiva que provocam perda de soberania, desemprego, precarização do trabalho e fragilização do movimento sindical e social como um todo. Justiça ambiental, mais que uma expressão do campo do direito, assume-se como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades, como sindicatos, associações de moradores, grupos de afetados por diversos riscos (como as barragens e várias substâncias químicas), ambientalistas e cientistas.

As entidades que promoveram e participaram do Colóquio farão reuniões para organizar a estrutura de funcionamento e as primeiras atividades da Rede, com base nos princípios acima descritos. Todos os que se sentirem de acordo com a proposta da Justiça Ambiental estão convidados a participar.

ANEXO 6

Entrevista feita por email com um dos ex-moradores do bairro da Grama atingido pelo AHE Simplício - Queda Única

1- Os técnicos de Furnas fizeram alguma ação de educação ambiental com os moradores da Grama?

Houve algumas reuniões para informar sobre o empreendimento, mas nada diretamente relacionado a isso. A única coisa que era sempre reforçado era que não poderíamos ter acesso ou construir na APP (Área de Preservação Ambiental).

2- Em algum momento os técnicos solicitaram auxílio de vocês para construir uma proposta de ação educativa que integrasse os conhecimentos e costumes regionais no planejamento deles?

Eles sempre diziam que estavam abertos a dúvidas e opiniões mas acho difícil um povo humilde como éramos fazer sugestões sobre isso. Não sei se dizer ao certo se em algum momento eles pesquisaram sobre os costumes da localidade, mas eu nunca fui questionado quanto a isso.

3- Hoje você é casado, é pai. Você considera que seria melhor para sua família viver no lugar em que você cresceu, ou considera que mudar para a parte urbanizada de Três Rios é melhor para sua família?

Essa é a grande questão. Nada me faz pensar que não estaria melhor lá. Quando fomos forçados a sair (digo forçado já que não tive escolha, foi uma imposição, "te pagamos o valor que achamos justo e você sai") havia uma esperança de uma vida equivalente a que tínhamos, mas o mesmo não ocorreu por vários motivos. O que importa é que os quase 40 mil (não escondo de ninguém, está até [REDACTED]) que recebi pela casa que eu construí lá não daria nem para começar a reconstruir a vida aqui. Você deve se perguntar, o que tem de mal em se mudar para um local a 35 minutos de onde morava antes? A questão não é se mudar e sim se mudar de forma coercitiva e o local que você nasceu e sempre viveu deixar de existir, ou pelo menos como você o conhecia antes. E além do mais o que fazia a localidade eram as pessoas que moravam lá. Sem elas o local nunca mais seria o mesmo.

4- Como você avalia a atuação do poder público trirriense durante as negociações e todo o processo de licenciamento ambiental do AHE Simplício?

Totalmente omisso.

5- Como você avalia a atuação do poder público durante todo o tempo que viveu na Grama?

Quase omisso. (Risos)

6- Você sente falta do lugar onde cresceu? Do quê?

Muita. De tudo, difícil dizer o que não faz falta.

7- Como ficaram suas relações com os outros moradores do local? Os laços de amizade e familiares permaneceram ou foram modificados? Como?

A falta de contato fez com que nos afastássemos muito. Hoje em dia raramente nos vemos (1 vez a cada 2 anos) tem pessoas que nunca mais vi. E já faz uns 6 anos que me mudei, se não me engano.

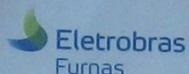
8- Se possível, faça um relato de como era a vida na Grama antes do AHE Simplício, falando também sobre como foi durante o início das negociações e das obras no local.

Era uma vida simples, mas com muito sabor, tudo tinha muito mais graça. Cada conquista era repleta de alegria e de mais coisas que não dá para descrever. Acho bem difícil descrever como era a vida lá.

No início não acreditávamos muito que aconteceria já que já se tinha falado muito e feito nada. Mas ao final com o falecimento do meu Avô tudo se desandou de vez e praticamente nos entregamos e decidimos não lutar. Era muito difícil ver tudo que construímos ser destruído por alguns R\$ [reais].

Muita gente acha que saímos bem e que fomos "indenizados". A verdade é que saímos bem porque fomos fortes para seguir em frente e mal indenizados pelo que construímos em gerações (a propriedade pertencia ao meu bisavô, até onde sei).

ANEXO 7



TERMO DE ENTREGA DAS CHAVES E PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM: **FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**, COMO PERMITENTE, e [REDACTED] e sua mulher [REDACTED] COMO PERMISSIONÁRIOS, NA FORMA ABAIXO:

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, pessoa jurídica de direito privado, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com sede na Rua Real Grandeza nº 219, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ sob nº 23.274.194/0001-19, legalmente representada, neste ato, por seu procurador infra-assinado, doravante denominada **PERMITENTE**, e [REDACTED]

[REDACTED] brasileiros, casados no regime da Comunhão de Bens anterior a vigência da Lei nº 6.515/77, [REDACTED] portador da carteira de identidade de [REDACTED] e inscrito no CPF/MF nº [REDACTED], representado neste ato por sua bastante Procuradora [REDACTED] brasileira, casada, [REDACTED] portadora da carteira de identidade [REDACTED] expedida [REDACTED], inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliada na [REDACTED] Rios/RJ, nos termos da Procuração lavrada às Folhas [REDACTED]

[REDACTED] Ela, empregada doméstica, portadora da carteira de identidade [REDACTED] expedida pelo [REDACTED], e inscrita no CPF/MF sob o [REDACTED], residentes e domiciliados no imóvel alugado de propriedade [REDACTED] denominado [REDACTED] localizado no município e Comarca de Três Rios/RJ, representada neste ato por sua bastante Procuradora Sra. [REDACTED]

[REDACTED] brasileira, casada, do lar, portadora da carteira de identidade nº [REDACTED], inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliada na [REDACTED] nos termos da Procuração lavrada às Folhas [REDACTED]

[REDACTED]; doravante denominados **PERMISSIONÁRIOS**.

As partes têm entre si justo e acertado o presente TERMO DE ENTREGA DAS CHAVES E PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL, à título precário, mediante as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA: Que **A UNIÃO FEDERAL**, proprietária do Potencial Hidrelétrico Brasileiro, conforme expresso no Artigo nº 20, Inciso VIII, da Constituição Federal, autorizou à **PERMITENTE** construir e explorar o Empreendimento denominado **APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SIMPLÍCIO - QUEDA ÚNICA**, localizado no Rio Paraíba do Sul, entre os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, sendo-lhe conferida pela ANEEL, em 30/09/2008, a Resolução de Utilidade Pública nº 1.587, publicada no D.O.U. em 20/10/2008, seção 1, Fl. 81

SEGUNDA: Em virtude da formação do **APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SIMPLÍCIO - QUEDA ÚNICA** foi assegurado tanto aos proprietários de áreas afetadas, como também aos não proprietários que serão remanejados dos imóveis onde mantinham atividade, e dependência econômica das mesmas, indenização conforme expressa o Inciso XXIV, do Artigo 5º, da Carta Magna.

TERCEIRA: Que a **PERMITENTE**, como forma de indenização pela necessidade de desocupação do imóvel afetado, comprometeu-se em promover a Relocação do(s) **PERMISSIONÁRIO(S)** para um reassentamento coletivo, e dando cumprimento ao compromisso firmado entre as partes, no qual os **PERMISSIONÁRIO(S)** optaram em ir livremente para um **REASSENTAMENTO COLETIVO**, a **PERMITENTE**, através deste termo, garante a auto-relocação dos mesmos e atende ao que dispõe o **PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO DE TERRAS E BENFEITORIAS AFETADAS PELO EMPREENDIMENTO E REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO**, que determina a indenização dos moradores proprietários e não-proprietários considerados pelos Programas Ambientais como desamparados, ou hipossuficientes, residentes na área afetada pela construção do empreendimento **APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SIMPLÍCIO - QUEDA ÚNICA**.

QUARTA (objeto): Constitui objeto desta permissão de uso o imóvel constituído da casa de nº [REDACTED] da rua Manoel Soares Gonçalves e respectivo terreno medindo 360,00m², com área construída de 76,28m², composta de: 02 (dois) quartos, 01 (uma) sala, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) banheiro, 01 (varanda) e 01 (uma) área de serviço, situado no município de Três Rios - RJ, no Reassentamento Bairro 21.

QUINTA (Destinação do imóvel): O imóvel objeto desta permissão de uso destinar-se-á, exclusivamente, a moradia familiar dos PERMISSIONÁRIOS, na forma do **PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO DE TERRAS E BENFEITORIAS AFETADAS PELO EMPREENDIMENTO E REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO**, sendo vedada a sua destinação para fins diversos, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

SEXTA (Prazo): Esta permissão de uso é concedida aos **PERMISSIONÁRIOS** em caráter eminentemente precário, ficando ajustado, entretanto, que, essa precariedade, expressamente reconhecida pelos **PERMISSIONÁRIOS**, irá perdurar até a efetiva regularização do Loteamento junto aos órgãos competentes, e cessará com a outorga da lavratura de escritura pública e competente registro imobiliário, compromisso ratificado e de inteira responsabilidade da **PERMITENTE**.

SÉTIMA (não-remuneração): A **PERMITENTE não perceberá qualquer valor** pela permissão de uso concedida aos **PERMISSIONÁRIOS**, tendo em vista que o mesmo visa garantir e atender o **PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO DE TERRAS E BENFEITORIAS AFETADAS PELO EMPREENDIMENTO E REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO**.

OITAVA (Conservação do imóvel): Obrigam-se os **PERMISSIONÁRIOS** a bem conservar o imóvel cujo uso lhe é permitido, trazendo-o permanentemente limpo e em bom estado de conservação, às suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva lavratura de escritura pública.

NONA (Montagens, construções, benfeitorias): Não será permitido aos **PERMISSIONÁRIOS** realizarem construções ou benfeitorias, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização da **PERMITENTE**, tendo em vista que o Loteamento encontra-se em fase de regularização junto às autoridades competentes, não podendo, portanto, haver qualquer modificação no projeto original das unidades.

DÉCIMA (Fiscalização): Obrigam-se os **PERMISSIONÁRIOS** a assegurarem o acesso ao imóvel objeto da permissão aos prepostos da **PERMITENTE**, ou de quaisquer outras repartições públicas, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, da verificação do cumprimento das disposições do presente termo.

DÉCIMA PRIMEIRA (Obrigações para com terceiros): A **PERMITENTE não** será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidos pelos

PERMISSIONÁRIOS com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do imóvel objeto deste termo. Da mesma forma, a **PERMITENTE** não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos dos **PERMISSIONÁRIOS** ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

DÉCIMA SEGUNDA (Outros encargos): Os **PERMISSIONÁRIOS** ficam obrigados a partir desta data, a pagar todas as contas de consumo decorrentes do fornecimento de serviços promovidos pelas concessionárias de serviços públicos de água, luz, telefone, gás etc. Após a lavratura e registro da escritura os encargos referentes aos tributos, taxas e tarifas inerentes à propriedade passarão a ser de exclusiva responsabilidade dos **PERMISSIONÁRIOS**.

DÉCIMA TERCEIRA (Restrições outras no exercício dos direitos desta permissão): Os **PERMISSIONÁRIOS** reconhecem o caráter precário da presente permissão e obrigam-se, por si, seus herdeiros e sucessores:

- a) a respeitar todas as cláusulas e condições acordadas neste termo;
- b) a não usar o imóvel senão na finalidade prevista na cláusula segunda deste termo;
- c) a não vender, ceder, transferir, alugar, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, o imóvel objeto desta permissão ou os direitos e obrigações dela decorrentes, salvo com expressa e prévia decisão autorizativa da **PERMITENTE** e assinatura de termo aditivo para tal finalidade.

DÉCIMA QUARTA: Os **PERMISSIONÁRIOS** deverão manter o imóvel em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

DÉCIMA QUINTA: Caso seja verificado o abandono do imóvel pelos **PERMISSIONÁRIOS**, poderá a **PERMITENTE** promover a imediata retomada do imóvel ficando o abandono caracterizado como ato de renúncia ao direito de recebimento do imóvel através da escritura definitiva.

PARÁGRAFO ÚNICO: Rescindida a permissão, a **PERMITENTE**, de pleno direito, se reintegrará na posse do imóvel e de todos os bens afetados à permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.

DÉCIMA SEXTA (Foro): Fica eleito o foro da Comarca de Três Rios/RJ, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Termo ou de sua execução, renunciando os **PERMISSIONÁRIOS**, por si, seus herdeiros ou sucessores, a qualquer outro foro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

DÉCIMA SÉTIMA (Condições Jurídico-Pessoais): Os **PERMISSIONÁRIOS** apresentam, neste ato, documentos legais comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste termo.

ANEXO 8

CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DIAGNOSTICADOS

IMPACTOS	Natureza		Forma		Duração			Época de Ocorrência		Reversibilidade		Abrangência			Magnitude		Importância		
	POS	NEG	DIR	IND	PER	TEM	CIC	CP	LP	REV	IRR	LOC	REG	EST R	BAI	ALT	PEQ	MED	GRA
1 - Geração de expectativa da população diante do empreendimento		X	X		X			X		X			X			X			X
2 - Surgimento de Movimentos Sociais	X		X			X			X	X			X			X		X	
3 - Alteração nos fluxos migratórios da população		X	X			X		X		X		X				X			X
4 - Alteração no Mercado Imobiliário		X	X			X		X		X		X			X		X		
5 - Alteração no Mercado de Trabalho	X		X			X		X		X			X			X			X
6 - Alteração no Mercado de Bens e Serviços e na Renda Regional	X		X			X		X		X			X			X			X
7 - Ampliação das Responsabilidades e Encargos Associados ao Poder Público Municipal.		X	X			X		X		X		X				X			X
8 - Aumento da demanda por aumento dos serviços urbanos		X	X			X		X		X		X				X			X
9 - Aumento do Tráfego Terrestre		X	X			X		X		X		X				X			X
10 - Alteração no quadro de saúde da população		X		X		X		X		X		X				X			X
11 - Comprometimento dos ambientes físicos		X	X			X		X		X		X			X		X		
12 - Perda da Vegetação		X	X		X			X			X	X			X			X	
13 - Patrimônio arqueológico e histórico e cultural		X	X			X		X			X	X			X			X	
14 - Interferências com Direitos Minerários		X	X		X			X			X	X			X		X		
15 - Início ou aceleração de processos erosivos		X	X		X			X		X		X			X		X		X
16 - Perdas de áreas com potencial agropecuário		X	X		X			X			X	X			X		X		
17 - Mudanças nos Padrões Atuais de Uso e Ocupação do Solo		X	X		X			X			X	X				X			X
18 - Transferência Compulsória da População Atendida		X	X		X			X			X	X				X			X
19 - Interferências na Infra-estrutura Urbana e Urbana/Rural		X	X		X			X		X		X				X			X
20 - Interferências no Sistema de Transporte Terrestre		X	X		X			X			X		X			X			X
21 - Alteração do regime hídrico		X	X		X			X			X	X			X			X	
22 - Alteração do nível do lençol freático		X	X		X			X			X	X			X		X		
23 - Possibilidade de alteração do clima nas proximidades do reservatórios		X	X		X			X			X	X			X		X		
24 - Possibilidade de ocorrência de sismos induzidos		X	X			X		X			X		X		X		X		
25 - Alterações no uso das águas		X	X		X			X			X	X				X			X
26 - Interferências com Atividade Pesqueira		X	X		X			X			X		X		X			X	
27 - Perdas de Áreas de Lazer e Turismo e Interferências com o Potencial Turístico Local		X	X		X			X			X	X			X		X		

IMPACTOS	Natureza		Forma		Duração			Época de Ocorrência		Reversibilidade		Abrangência			Magnitude		Importância		
	POS	NEG	DIR	IND	PER	TEM	CIC	CP	LP	REV	IRR	LOC	REG	EST R	BAI	ALT	PEQ	MED	GRA
28 - Proliferação de macrófitas flutuantes-livres		X	X		X			X		X		X				X			X
29 - Surgimento de criadouros de agentes transmissores de doença		X		X	X				X	X		X				X			X
30 - Supressão de macrófitas enraizadas no substrato		X	X		X			X			X	X			X		X		
31 - Mudança na composição e abundância da ictiofauna a montante do barramento		X	X		X			X			X	X				X			X
32 - Diminuição das populações de peixes pela fragmentação dos habitats a jusante da barragem de Anta		X	X				X	X			X	X				X			X
33 - Interrupção do fluxo migratório das espécies de piracema		X	X		X			X			X		X			X			X
34 - Alteração da qualidade da água a jusante da barragem de Anta		X	X		X			X			X	X				X			X
35 - Alteração da qualidade da água nos ambientes de lagos a serem formados		X	X		X			X			X	X				X			X
36 - Alteração da composição e abundância relativa de grupos de organismos bentônicos.		X		X	X			X			X	X				X		X	
37 - Mudança na composição e abundância do zooplâncton no trecho do Rio Paraíba do Sul que terá a vazão reduzida		X	X		X				X		X	X				X			X
38 - Mudança na composição e abundância do zooplâncton nos ambientes de lagos a serem formados		X	X		X				X		X	X				X			X
39 - Florações de cianobactérias		X	X				X	X		X		X				X			X
40 - Alteração dos ecossistemas dos tributários situados na margem esquerda do rio Paraíba do Sul a jusante dos diques.		X	X		X			X			X	X				X	X		
41 - Fragmentação do habitat		X	X		X				X	X			X		X			X	
42 - Perda de espécies (extinção local)		X	X		X			X			X	X			X		X		
43 - Perturbação funcional nos ecossistemas		X		X		X			X	X	X	X				X	X		
44 - Perda de habitats		X	X		X			X			X	X				X	X		
45 - Surgimento de novos habitats	X			X		X		X		X		X			X		X		
46 - Adensamento das populações de animais		X		X		X		X		X		X			X		X		
47 - Melhoria das condições de vida	X			X		X		X		X		X				X			X
48 - Expansão na Oferta de Energia Elétrica e das Possibilidades de Interligação	X		X		X				X		X			X		X			X

Quadro de impactos ambientais apresentados no RIMA do AHE Simplício. Fonte: Engevix, 2004.

ANEXO 9

Programas Ambientais

	PROGRAMA	OBJETIVOS
1	Monitoramento Climatológico	- Acompanhar a evolução climática local antes e após a implantação dos reservatórios
2	Monitoramento do Lençol Freático e Qualidade das Águas Subterrâneas	- Acompanhar a possível alteração nos níveis d'água dos solos próximos dos futuros reservatórios, e dos níveis de água e qualidade da água nos poços utilizados pela população próxima aos futuros lagos e no trecho de vazão reduzida.
3	Recuperação de Áreas Degradadas	- Revegetação e proteção contra erosão das áreas atingidas pelas obras.
4	Acompanhamento das Interferências Minerárias	- Verificar a situação legal das jazidas que serão afetadas pelo empreendimento junto ao DNPM a acompanhar o processo de negociação dos mesmos.
5	Monitoramento Sismológico	- Acompanhar os possíveis movimentos no sub-solo (sismicidade) antes, durante e após o enchimento dos reservatórios.
6	Monitoramento Hidrossedimentológico	- Acompanhar as níveis d'água a montante e a jusante da Barragem de Anta e no trecho do rio que terá sua vazão reduzida; realizar campanhas de medições de sedimentos transportados pelo rio, e avaliar o regime desse transporte de sedimentos.
7	Limpeza da Bacia de Acumulação	- Retirada da vegetação e limpeza (desinfecção) das áreas que serão inundadas, de forma a evitar o agravamento da qualidade da água nos reservatórios.
8	Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos	- Esse programa procurará acompanhar evolução das possíveis alterações nas comunidades aquáticas (fauna e vegetação) e na qualidade da água antes e após a implantação dos reservatórios.
9	Monitoramento da Ictiofauna (Peixes)	- Levantamento e monitoramento da ictiofauna antes e após enchimento dos reservatórios, caracterizando seus aspectos de reprodução, seus hábitos alimentares e locais de reprodução.
10	Resgate e Monitoramento da Fauna	- Resgatar espécies de animais antes do enchimento e reintroduzi-las em áreas pré-selecionadas e o envio para a formação de plantéis reprodutivas e desenvolver ações de aproveitamento científico.
11	Conservação da Flora e Recomposição da Vegetação	- Permitir a conservação dos recursos genéticos das formações entre os fragmentos florestais e enriquecer com espécies nativas a faixa ciliar no trecho do rio que terá vazão reduzida nas estiagens.
12	Consolidação da Unidade de Conservação	- Estabelecer critérios e procedimentos necessários para a criação de unidade de conservação atendendo a resolução CONAMA 02 (Conselho Nacional do Meio Ambiente).
13	Comunicação Social	- Repassar informações a população das áreas que serão atingidas, criar canais sistemáticos de comunicação com o poder público e entidades representativas, e dar continuidade ao processo de planejamento participativo.
14	Educação Ambiental	- Elaborar ações de conscientização dos trabalhadores e da população do entorno quanto a caça predatória, e importância de preservação da fauna; conscientização das pessoas atraídas pelas obras incentivando a preservação ambiental e evitando a proliferação de doenças.
15	Remanejamento da População	- Elaborar o cadastro físico e socioeconômico das propriedades benfeitorias e da população atingida; estabelecer ações para aquisição de terras e de medidas para compensar a uso temporário das terras; efetuar o reassentamento rural da população da área de influência do empreendimento, bem como apoiar ações de vigilância epidemiológica e de controle de doenças vigentes e desenvolver ações de proteção da saúde do trabalhador.
16	Saúde	- Detectar, prevenir e controlar os impactos ambientais negativos e atualizar os impactos positivos sobre a saúde da população da área de influência do empreendimento, bem como apoiar ações de vigilância epidemiológica e de controle de doenças vigentes e desenvolver ações de proteção da saúde do trabalhador.
17	Redimensionamento e Relocação da Infraestrutura	- Recuperar a infraestrutura comunitária afetada pela execução das obras, e compensação relativamente às mudanças ambientais que ocorrerão no trecho entre a Barragem de Anta e a Casa de Força em Simplício, que ficará com sua vazão reduzida nas estiagens, contemplando a recomposição do sistema de transportes, relocação do depósito de lixo em Anta e requalificação das margens do rio Paraíba do Sul.
18	Salvamento do Patrimônio Arqueológico Pré-histórico	- Proteção e preservação do patrimônio arqueológico pré-histórico existente na área de referência do empreendimento.
19	Salvamento do Patrimônio Arqueológico Histórico e Cultural	- Proteção e preservação do patrimônio arqueológico histórico e cultural existente na área de influência do empreendimento.
20	Programa de Apoio ao Planejamento	- Fornecer apoio técnico e financeiro aos municípios de Além Paraíba, Chiador, Sapucaia e Três Rios para elaboração de adequação dos respectivos planos diretores ; e subsidiar as prefeituras no planejamento de ações para atender as novas demandas que surgirão com o empreendimento.
21	Plano Ambiental de Conservação e Uso no Entorno dos reservatórios	- Definir e aprovar instrumentos legais que permitam a conservação e ordenação do uso do solo no entorno dos reservatórios.
22	Gerenciamento Ambiental	- Assegurar que as ações ambientais propostas sejam implantadas de forma positiva e adequada no tempo previsto para o empreendimento.

Tabela de Programas Ambientais do AHE Simplício. Fonte: Engevix, 2001.

▪ Programa de Educação Ambiental.

O Programa de Educação Ambiental proposto é baseado no compromisso do empreendedor em propiciar as condições necessárias para minimizar, mitigar e compensar os impactos negativos e potencializar os efeitos dos impactos positivos do empreendimento, com ações de informação e reordenamento das relações que forem alteradas. O Programa possui caráter transversal e deverá ser desenvolvido em consonância com o Programa de Comunicação Social, mantendo interface permanente com os demais Programas do Projeto Básico Ambiental, com destaque para os Programas de Recuperação de Áreas Degradadas, Conservação e Monitoramento da Ictiofauna, Resgate e Monitoramento da Fauna, Indenização de Terras e Benfeitorias e Remanejamento da População, Saúde, Salvamento do Patrimônio Arqueológico Pré-histórico, e Salvamento do Patrimônio Arqueológico Histórico e Cultural.

A metodologia do Programa de Educação Ambiental considera a participação comunitária a quem o Programa se destina como estratégia, viabilizando de forma dialógica a mobilização dos interlocutores e a capacitação e formação dos professores, técnicos, empresários, lideranças, trabalhadores do empreendimento sobre os temas, problemas e conflitos identificados

durante os levantamentos e diagnósticos. As ações e atividades foram organizadas de acordo com o público alvo ao qual se destinam, tendo como concepção metodológica os eixos participação e diálogo na construção do saber socioambiental, “em conformidade com o processo dialético identificado por Paulo Freire de ação/reflexão/ação, como forma de conscientização ambiental” (NUNES, 2005). Posteriormente esse público deverá ser segmentado em três categorias discriminadas a seguir: (i) população diretamente afetada – famílias cujo local de moradia ou instalações de trabalho terão de ser remanejados para a liberação do empreendimento, proprietários ou ocupantes dos imóveis atingidos; (ii) população indiretamente afetada – composta pelos municípios de Além Paraíba e Chiador, em Minas Gerais e Três Rios e Sapucaia, no Rio de Janeiro; (iii) outros atores sociais - associação de moradores, lideranças comunitárias, sindicatos, ONGs, órgãos públicos municipais, escolas, estudantes e professores.

O público-alvo do Programa é dividido em público interno (trabalhadores envolvidos com a construção do empreendimento incluindo funcionários de FURNAS, suas empreiteiras e subcontratadas) e público externo (população afetada direta e indiretamente pelo empreendimento) nos quatro municípios. Todos os materiais necessários (projeções) e cronogramas de execução estão descritos no PBA.

Em consonância com a Política Nacional de Educação (Lei nº. 9.795/99), o Programa de Educação Ambiental do AHE Simplício propõe o tratamento da Educação Ambiental na dimensão não formal seguindo as recomendações contidas na Seção III da Educação Ambiental Não-Formal, Art. 13º. – "Entende-se por Educação Ambiental não-formal a ação e prática educativa voltada à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Parágrafo único: O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais".

Segundo o PBA, a dimensão da Educação Ambiental Não-Formal será desenvolvida nas escolas com o objetivo de contribuir com a inserção de alguns temas ambientais, alinhados com o processo de aprendizagem dessas escolas, colocando à disposição apoio técnico aos projetos que busquem inserir a temática ambiental, tanto para os trabalhadores envolvidos com a implantação do AHE Simplício, como para a população afetada (direta e indiretamente).

As ações para o Público Externo, cujos cronogramas propostos no PBA são, em princípio, apropriados, foram subdivididas em:

- Reuniões nas Secretarias Municipais de Educação e Escolas para apresentação do Programa de Educação Ambiental, buscando estabelecer as parcerias na execução das ações e atividades e seleção das escolas que participarão do Programa na condição de escolas-pólo (em comum acordo com cada Secretaria Municipal de Educação, serão selecionadas três escolas do município).
- Capacitação para Educadores da Rede Municipal visando contribuir com as possibilidades e maneiras de inserção da dimensão ambiental, alinhadas com a proposta de educação dessas escolas. Os conteúdos temáticos que emergirem dos debates iniciais ou tenham sido referendados pela comunidade escolar em discussões anteriores, poderão ser integralmente utilizados como núcleos programáticos ou questões-chave a serem tratadas nos processos de capacitação dos educadores. Os principais temas propostos para trabalho são: (i) histórico e embasamento conceitual da Educação Ambiental; (ii) alfabetização ecológica: Noções básicas de Ecologia. A natureza. O ecossistema e seus componentes. O fluxo de energia e circulação da matéria. A sucessão ecológica. Importância do solo e da água para a

sustentação da vida; (iii) biodiversidade; (iv) manejo dos resíduos sólidos (plano de coleta e disposição final do lixo das comunidades); separação do lixo; destino final das embalagens e do lixo orgânico; noções de reciclagem de materiais, em especial o papel. Compostagem e Reciclagem.

- Comemoração de Datas Ecológicas.
- Capacitação para População Afetada pelo Empreendimento, com atividades voltadas às famílias remanejadas, lideranças locais dos sindicatos, associações, agremiações recreativas, grupos religiosos evangélicos, pastorais e igrejas católicas, demais organizações espiritualistas, clubes de mães, grupos culturais (teatro, coral, artesanatos, artes em geral), demais grupos organizados e formadores de opinião nos municípios da área do empreendimento AHE Simplício, visando formar indivíduos capacitados para atuar como educadores ambientais nas suas comunidades.
- Curso de Capacitação em Gestão e Educação Ambiental, visando a formação de multiplicadores entre os representantes e as lideranças das comunidades para a proteção da natureza e participação da gestão ambiental nos municípios. Os temas a serem trabalhados são os mesmos elencados no curso para os educadores da Rede Municipal.
- Curso de Capacitação em Gestão e Conservação da Qualidade da Água, com especial enfoque ao papel das mulheres para a difusão das práticas de conservação e uso racional da água, em função das atividades que realizam nas diferentes tarefas domésticas, de higiene e lazer com a água. Os principais temas a serem trabalhados são: (i) água: ciclo da água no planeta; a relação e importância das plantas no ciclo da água; águas salgadas, doces e salobras; estados físicos da água; principais usos da água: doméstico, agricultura, indústria, lazer; degradação dos recursos hídricos; poluição da água (lixo, esgoto doméstico, agrotóxico, etc.); (ii) controle da poluição da água através da instalação de pequenos biodigestores junto ao sistema de esgotamento sanitário, com o uso de eco tecnologias de transformação de matéria orgânica, para aproveitamento da matéria orgânica e futuramente do biogás; (iii) princípios de gerenciamento de recursos hídricos; custo da água (ecológico e econômico); gerenciamento de bacias hidrográficas.

As ações para o público interno são propostas para promover a capacitação dos quadros gerenciais, técnicos, administrativo do AHE Simplício, visando contribuir para a sensibilização ambiental e conscientização ecológica dos trabalhadores em todos os níveis e instâncias de decisão, além de implementar ações nos canteiros de obras e no escritório regional que sirvam de exemplo às comunidades locais, como por exemplo, o gerenciamento dos resíduos sólidos, uso e conservação da água, entre outros. O Programa prevê a realização de palestras sobre os variados temas da gestão e Educação Ambiental, organizadas com o intuito de motivar o público interno do empreendimento a desenvolver atitudes e comportamentos positivos de respeito ao meio ambiente; além da elaboração de manual de conduta do trabalhador sobre temáticas socioambientais relacionadas à área do empreendimento, levando-se em consideração o problema do analfabetismo. As palestras abordarão, entre outros, temas relacionados ao comprometimento do ambiente físico associado às ações das obras (abertura de acessos, instalações dos canteiros, movimento de terras, medidas para atenuar o aumento da poluição do ar e da poluição sonora). Outros temas propostos no PBA para inclusão, como o impacto ambiental das queimadas, controle da supressão da cobertura vegetal, recuperação de áreas desmatadas e caça predatória, devem ser considerados. Relativamente ao comprometimento do ambiente físico, deverá ser dada ênfase aos cuidados necessários com os patrimônios arqueológico pré-histórico e histórico/cultural, além das interfaces obrigatórias com os programas de saúde e saneamento.

Ainda em relação às ações para o público interno, o PBA ressaltou que, dada a rotatividade dos funcionários, ocorrerão palestras de curta duração, uma a cada semestre, com duração de uma hora. O cronograma será decidido em conjunto com os gestores dos canteiros de obras e do escritório, a fim de compatibiliza-lo com o cronograma de andamento da construção. Neste sentido é importante resguardar que todo o público interno definido no PBA seja orientado pelo Programa.

Como condicionante específica do Programa de Educação Ambiental sugere-se o incentivo à valorização da relação entre cultura, memória e paisagem, assim como a interação entre os saberes tradicionais e populares e os conhecimentos técnico-científicos; além do estímulo e apoio à pesquisa, nas diversas áreas científicas, que auxiliem no desenvolvimento de processos produtivos e soluções tecnológicas apropriadas e brandas, fomentando a integração entre educação ambiental, ciência e tecnologia, conforme orientação do Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA/2005.